



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N. º 03/2026

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026

INICIADA ÀS 10 HORAS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	07
ANTES DA ORDEM DO DIA	11
ORDEM DO DIA	41
ENCERRAMENTO	129

ATA N.º 03/2026ABERTURA

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 2.1 - *Leitura resumida do expediente***
- 2.2 - *Pedidos de informação e esclarecimentos***
- 2.3 - *Declarações de âmbito político e de interesse municipal***
- 2.4 - *Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação***
 - 2.4.1 *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor João Paulo Cardona Fazenda de Almeida (DMI Magna Lourenço e PS)***
 - 2.4.2 *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Luís Manuel Ferreira Martins Sardinha (PSD e PS)***
 - 2.4.3 *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor António João Pereira do Lago de Oliveira Saraiva (PSD)***
 - 2.4.4 *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Manuel Ribeiro (PS)***
 - 2.4.5 *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Fernando Lopes da Silva (PS)***
 - 2.4.6 *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Professor Carlos Eduardo Rego da Costa Salema (PS)* – (proposta incluída na OT aquando aprovação da mesma)**
 - 2.4.7 *Voto de Louvor ao Comandante António Fonseca (PS)***
 - 2.4.8 *Voto de Louvor à Associação Desportiva da Estação – 50 anos (PS)***
 - 2.4.9 *Voto de Louvor a Carolina Pombo (PS)***

- 2.4.10 *Voto de Saudação – 52 anos 25 de Abril e 50 anos da Constituição da República Portuguesa (PCP)*
- 2.4.11 *Recomendação – Plano de Saúde Municipal e Apoio ao Transporte para Cuidados de Saúde (DMI Magna Lourenço)*
- 2.4.12 *Moção – Transportes (PCP)*
- 2.4.13 *Moção – Pela Reposição Urgente e Eficaz dos Serviços e Circulação ferroviária na Linha da Beira Baixa (PS)*

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 3.1 - *Debate entre Grupos Municipais*
 - *“Visão 360.º” (Grupo Municipal do MIPP)*
 - *“Emprego e Empreendedorismo na Covilhã” (Grupo Municipal do PS)*
- 3.2 - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município*
- 3.3 - *Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Atividades – 2025 – CPCJ Covilhã*
- 3.4 - *Tomada de conhecimento do Relatório de Acompanhamento – Processo 60/20 – Windmill Village – Empreendimento Turístico*
- 3.5 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis – Requalificação de Espaço Público – Gradeamento M512 na Barroca Grande*
- 3.6 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na Freguesia do Barco – Requalificação de Espaço Público – Requalificação de passeios na Estrada Municipal 513*
- 3.7 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na Freguesia de Casegas – Requalificação de Espaço Público – Calçada da Rua do Rossio, da 1.ª Travessa da Rua do Rossio e da 2.ª Travessa do Rossio*
- 3.8 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na Freguesia de Cortes do Meio – Requalificação de Espaço Público – Envolvente à Capela de Nossa Senhora do Carmo*
- 3.9 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na Freguesia da Coutada – Requalificação de Espaço Público – Largo da Rua do Calvário e da Fonte do Largo Infante D. Henrique*
- 3.10 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na Freguesia da Erada – Requalificação de Espaço Público – Calçamento de área junto ao miradouro, Largo da Carreira e Rua da Vinha*

- 3.11 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na Freguesia de Orjais – Requalificação de Espaço Público - Implantação de Sanitários Públicos*
- 3.12 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na Freguesia do Ourondo - Requalificação de Espaço Público - Requalificação de passeios da Rua da Escola; Requalificação da calçada da Rua da Carreira e Melhoramentos no Jardim Público*
- 3.13 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na Freguesia do Paul – Requalificação de Espaço Público – Requalificação do Largo Dr. Carlos Coelho*
- 3.14 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na Freguesia do Peso – Requalificação de Espaço Público – Escadaria entre a Travessa da Ladeira e o Largo 25 de Abril*
- 3.15 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na Freguesia de São Jorge da Beira – Requalificação de Espaço Público – junto ao Coreto nas Minas da Panasqueira*
- 3.16 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo – Requalificação de Espaço Público - Implantação de Sanitários Públicos na Borralheira e instalação de estrutura pedonal na ponte da Rua Quintas do Vale de Mouro*
- 3.17 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto – Requalificação de Espaço Público – Requalificação da Fonte Velha e do jardim envolvente em Vale Formoso e Requalificação do Parque de Merendas de Aldeia do Souto*
- 3.18 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências do Município da Covilhã na Freguesia de Vales do Rio - Requalificação de Espaço Público – Implantação de sanitários públicos, mini-bar e Miradouro no Parque de Lazer*
- 3.19 - *Apreciação e votação sobre o Relatório de Gestão e Atividades do ano de 2025 do Município da Covilhã e Prestação de Contas*
- 3.20 - *Tomada de conhecimento do Relatório de Revisão Limitada sobre a Informação Financeira Semestral do ano de 2025*
- 3.21 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de autorização da celebração de Contrato-Programa entre o Município da Covilhã e a ICOVI – Infraestruturas e Concessões, E.M. – Habitação Social, Educação e Saúde*

A Sessão Ordinária foi secretariada pelos 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira e o Senhor Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho. -----

Estiveram presentes na Sessão os Excelentíssimos Senhores(as): Dr. João José Casteleiro Alves, Doutor Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida, Mafalda Lourenço Nunes, Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Mestre Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Mestre João Pedro Cristóvão Silva em substituição do Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano, Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Rui Paulo da Silva Rosa, Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira, Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Enf.ª Vera Cristina Madeira Oliveira, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes, Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco, António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva, Francisco José Neves Farias, Beatriz Mangana Duarte, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Dra. Magna Carla Sousa Lourenço, Dra. Ana Maria Puebla Simões, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho, e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Pedro Gaspar Matias (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Jorge Manuel Freire Santarém (Cantar-Galo), Dr. Hugo Gabriel Correia Gil Carvalheiro (Casegas), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Jaime Afonso Rodrigues (Coutada), Prof. Jorge Manuel Matos Saraiva (Dominguizo), Enf.ª Sara Correia Fonseca (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo), Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul), Prof. Pedro Miguel Tavares Silveira (Peraboa), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro em substituição do Dr. Bruno Madeira Redondo (Peso), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Sofia Isabel Gaspar Sobreiro (Sobral de S. Miguel), Dr. Pedro Eduardo Carrola Farinha (Tortosendo), António dos Santos Lopes (Unhais da Serra), Mestre Licínio Aguilar Machado (Vales do Rio), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Dra. Sónia Isabel Afonso Moura (Vila do Carvalho), Francisco João Pereira Mota (Covilhã e Canhoso), Dra. Joana Filipa Real Sardinha (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceram à presente Sessão a Senhora Dra. Irina de Jesus Rosado Simões em substituição da Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa e o Senhor Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes os Exmos. Senhores: **Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, e os Vereadores Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Eng.º Jorge Humberto Martins Simões, Eng.º Luís Miguel Ferreira Marques, Dr. João Carlos Izidoro Marques e Prof. José Eduardo Brites Cavaco; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, a Técnica Superior – Dra. Ivone Franco Correia e a Assistente Técnica – Susana Raquel Alves da Costa Cameira.** -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à apreciação e após o Deputado Municipal **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves** ter proposto a **inclusão de um novo ponto no 2.4** relativo à proposta de **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Prof. Carlos Salema** por ter sido o primeiro Presidente do Conselho Geral da UBI, a mesma foi **aprovada por unanimidade.** -----

Não votaram, por não estarem presente na sala, o Senhor Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) e a Senhora Dra. Sónia Isabel Afonso Moura (Vila do Carvalho). -----

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Registaram-se duas inscrições, tendo o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** concedida a palavra ao Senhor **Joaquim Barata** que, após cumprimentar todos os presentes, abordou o tema dos incêndios. -----

O Munícipe, natural do Barco, manifestou a sua profunda preocupação com o flagelo dos incêndios florestais. “Estamos perante um crime ambiental terrível. Há que reconhecer que se não houver floresta, a água será cada vez mais escassa e estaremos a contribuir para uma alteração climática mais rápida e acentuada, pois os verões serão cada vez mais quentes e secos. -----

É certo que se atualmente o interior está a ficar desertificado, daqui alguns anos ainda terá menos população. Perante uma paisagem triste e negra, temos bastante dificuldade em fixar população no interior. A qualidade de vida no interior é sem dúvida melhor, mas tem que ser mais apelativa para todos os sectores da sociedade. -----

Os incêndios são um flagelo relativamente ao ambiente e à saúde e, por consequência, um grave problema para as gerações vindouras. Devo aludir que este terrível crime é punido com uma moldura penal de um a oito anos (artigo 274.º do Código Penal). Na minha modesta opinião, além de ser uma pena pequena, existe o problema da sua aplicação. Se for uma pessoa inimputável, a mesma deve ser internada e privada da vida em sociedade entre abril/maio até setembro/outubro, como já aconteceu no nosso país há alguns anos atrás. Há cerca de 20 anos era assim. -----

A Proteção Civil não está a ter uma postura assertiva relativamente aos incêndios. O primeiro agente da proteção da floresta é o proprietário. O segundo agente será a Junta de Freguesia, com a ajuda da Câmara Municipal. No meu entender, no último trimestre do ano (outubro, novembro e dezembro), deve ser feito um levantamento dos caminhos, dos acessos aos terrenos e das linhas de água e assim se dará início à prevenção. No primeiro trimestre do ano deve ser concretizado no terreno o levantamento que foi feito no gabinete e no segundo trimestre de cada ano devem ser limpos todos os caminhos e acessos às linhas de água, bem como devem ser testadas todas as bocas-de-incêndio. Na nossa zona é impensável existir falta de água, pois encontramos localizados na Serra da Estrela, com muitas nascentes e linhas de água. -----

Tem de existir um plano B para a captação de água. Ou seja, deve haver em todas as aldeias pelo menos um acesso às linhas de água que devem encontrar-se devidamente limpas. No combate a um incêndio, os primeiros 15-20 minutos são essenciais. Deve ser combatido logo de início, ou seja, na própria floresta. Antigamente não eram evacuadas as habitações, pois os incêndios eram combatidos prontamente na sua origem. -----

É impensável serem limpas faixas de dez metros na rede viária e o fogo passar por essas mesmas vias. Estamos a falar de 28 metros de largura, portanto oito metros de asfalto e dez metros de cada lado (do lado direito e do lado esquerdo). -----

No Barco, isso verificou-se no dia 18 de agosto. Não existia nenhum vento durante toda a manhã. Poderia ter sido evitada a propagação do fogo para o concelho do Fundão, através da Serra da Argemela e o avanço do mesmo para as aldeias vizinhas (Coutada, Peso, Vales do Rio e Dominguiço). -----

Havendo vento forte ou remoinhos, a leitura teria de ser outra, daí a necessidade do combate ao incêndio ter de ser eficaz nos primeiros 15-20 minutos. Para haver eficácia, tem de haver rapidez e coordenação. É impensável o Comandante destas operações ser de longe e de não conhecer a área. Na minha perspetiva, o Comandante deve ser o Comandante da Proteção Civil ou dos bombeiros do concelho onde está a ocorrer um incêndio. -----

Devo referir que os bombeiros que andam no terreno não têm qualquer culpa. Fazem o seu melhor, arriscam a vida por todos nós, no entanto, são mal orientados e comandados por pessoas que desconhecem completamente o terreno e os seus acessos. No combate aos incêndios deve haver sempre um plano B no caso do plano A não dar resultado que pode acontecer por diversas razões (por exemplo, devido ao vento, devido aos remoinhos, devido à baixa humidade atmosférica, ...). Temos que ter um plano alternativo. -----

Na minha vida profissional de 33 anos de carreira, 25 foi a comandar postos e subdestacamentos. Fiz diversas operações policiais e dezenas de buscas domiciliárias que, por vezes, decorriam em simultâneo e tinha de ter sempre dois planos até por questões de segurança para mim e para os meus militares. -----

Também pertenci vários anos à Proteção Civil. Aliás, estive presente no incêndio de Pedrógão de 2017. Foi uma experiência marcante. Pessoas queimadas, pessoas afetadas, pessoas mortas. Uma situação complicadíssima. -----

No ano de 2026 tivemos uma devastação feita pela Mãe Natureza na zona centro, que todos sabemos. Além deste problema, também tivemos cheias no leito do Rio Mondego. A subida do leito do rio acaba por ser a segunda parte do flagelo dos incêndios em que pode provocar também deslizamento de terras. -----

Vou agora abordar a questão mais sensível que é o centro deste problema. Estou a referir-me completamente aos interesses instalados, designadamente: as horas de trabalho dos meios aéreos que são um valor enorme para o erário público; o facto de botas equipamento de um bombeiro custa mais de 1.000 € cada; a venda de extintores e mangueiras também custa muito dinheiro. Portanto, os incêndios são um negócio de milhões. Não podemos esquecer o valor dos combustíveis gastos pelas viaturas da Proteção Civil durante o incêndio e, muitas vezes, a aquisição de viaturas não é devidamente ponderada já que devem adquirir mais viaturas operacionais; o negócio da madeira queimada também beneficia madeireiros, pois a mesma é paga a um terço do valor. -----

Por outro lado, as ajudas do Estado nunca contemplaram as áreas da floresta e não podemos esquecer que, por este caminho, as pessoas ficam cada vez mais pobres e algumas têm na floresta a sua principal fonte de rendimento. -----

Devo ainda referir que a floresta deve ser limpa e todo o combustível deve ser retirado. A limpeza acarreta um valor monetário muito grande para os proprietários e com os incêndios os valores económicos ainda são maiores, uma vez que a venda das árvores poderá trazer alguma compensação financeira para atenuar as despesas da limpeza. -----

Arderam cerca de 47 hectares de pinheiros, eucaliptos, freixos, choupos e sobreiros, dos quais 30 estavam devidamente limpos. Num terreno, com cerca de 8000 metros de freixos completamente limpos, até uma casa de apoio agrícola ardeu. -----

Para concluir, os incêndios aparecem de uma forma cíclica devido às alterações climáticas. Agora ficámos tranquilos durante 3-4 anos, mas depois deste espaço temporal os incêndios voltarão. Por isso, apelo a todas as entidades e cidadãos do país que analisem e vejam a problemática dos incêndios de uma forma séria. Está em causa o abandono do interior e o ar que respiramos. Não podemos esquecer que, a nível da saúde pública, as doenças respiratórias estão a aumentar cada vez mais logo temos todos de ter uma atitude mais responsável. -----

Agradeço a todos os presentes e pedia ao Executivo que visse estes problemas (crime ambiental e o abandono do interior) de uma forma séria. Estou disponível pessoalmente para ajudar e na minha vida tento fazer sempre parte da solução e não parte do problema.” -----

--- Atribuída a palavra, o Senhor **Joaquim de Almeida**, após cumprimentar todos os presentes, referiu que tem a “casa dos meus sogros registada” na Travessa do Lameirão de Baixo e que, há muitos anos atrás, “caminhava-se para todo o lado. -----

Veio o 25 de Abril. Não havia ruas. Fizeram umas e estragaram-se outras. Mas o que aconteceu foi que meteram lá uns pedregulhos, já há uns anos, e cortaram o acesso àquela rua. Quis ir buscar uns móveis e não pude e continuo a não poder chegar a esta casa. Fiz esta reclamação há já uns anos. Tenho aqui uma carta que enviei em novembro de 2013 ao Senhor Presidente Vítor Pereira e, a partir daí até hoje, estou farto de esperar. Ninguém me diz nada. -----

O antigo Presidente da Junta de Cantar-Galo prometeu-nos sempre que ia resolver o assunto e andei sempre calado. Fui à GNR, na devida altura, a fazer queixa que estavam ali os pedregulhos. Eles disseram-me que quem tinha de retirar os pedregulhos era a Câmara ou a Junta de Freguesia. Depois o que me disseram é que fosse para Tribunal a pedir um caminho que me tiraram desde a minha juventude, um caminho onde todos brincavam e jogaram a bola ali muita gente e nesse edifício que era do falecido sogro no qual teve uma taberna que até lhe chamavam “Cá te espero” e onde se faziam bailes. Esta taberna estava legalizada por uma licença passada pela Câmara. Então, antes do 25 de Abril nós tínhamos a liberdade para andar por ali e hoje não posso ir à casa onde me senti feliz!” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes e agradecer as intervenções feitas, iniciou dizendo ao Senhor Joaquim Barata que, “no decorrer da sua intervenção, teve a oportunidade de enfatizar uma coisa muito importante: a Proteção Civil, somos todos e começa individualmente na atitude de cada um de nós tem perante a comunidade e perante aquilo que são as suas responsabilidades, no caso, naquilo que são os proprietários, por exemplo, naquilo que são as limpezas dos seus terrenos. -----

Quero-lhe dizer que a Câmara Municipal tem a Proteção Civil como uma prioridade e tem a Proteção Civil articuladamente com todos os outros agentes de proteção civil, nomeadamente as Juntas de Freguesia, as forças de segurança e as forças de socorro do nosso concelho. -----

Temos feito um trabalho muito intenso e consequente naquilo que é a capacitação do nosso território para proteger de catástrofes. Aliás, decorreu durante todo o mês de março um conjunto de iniciativas que visavam precisamente alertar e trabalhar naquilo que são simulacros, naquilo que são capacidade operacional e de resposta e de sensibilização da nossa população em relação à proteção civil. -----

Em relação àquilo que é o perigo dos fogos florestais, dar-lhe conta que o Município, já nos mandatos passados, desenvolveu aquilo que é o Programa Aldeia Segura que foi determinante para podermos enfrentar aquilo que foi a desgraça do incêndio de agosto de 2025 de outra forma porque, provavelmente, sem esse programa e sem a capacitação e o conhecimento que as nossas populações nas aldeias tinham desse programa, dessas medidas de proteção, de evacuação e de socorro no âmbito das aldeias seguras, teríamos tido outras consequências e estou muito orgulhoso naquilo que foi o trabalho que todas as pessoas acabaram por ter e envolver-se nesse combate ao incêndio. -----

Neste mandato, estamos a reforçar e a fazer esse caminho, mas temos também aquilo que é a estratégia e a ambição de reforçar a colaboração com as Juntas de Freguesia, nomeadamente naquilo que são os kits de primeira intervenção e, portanto, dar-lhe conta que estamos, articuladamente com as Juntas de Freguesia, com as forças de segurança e com as forças de socorro do nosso concelho, a procurar criar as melhores condições para, por um lado, prevenir e, por outro lado, combater quando os incêndios ocorrem. -----

Temos também em curso a construir um protocolo de colaboração com os sapadores florestais do nosso concelho também precisamente para reforçarmos aquilo que é a capacidade de trabalho. Estamos também a trabalhar na Câmara Municipal para este ano, ainda de 2026, construirmos e constituirmos uma Brigada Municipal de Sapadores. -----

Estamos também a trabalhar naquilo que são as obrigações legais do Município de manter os espaços limpos, nomeadamente as faixas de gestão de combustível, os dez metros como muito bem falou. -----

Portanto, dar-lhe conta que esse é um tema que, para nós, é fundamental e muito importante. O concelho da Covilhã tem 555 km². Parte deles muito grande, com floresta e com mata e é uma preocupação que temos. Estamos a trabalhar todos os dias nesse sentido. -----

Depois, as questões que coloca em relação ao enquadramento jurídico-legal das pessoas que são apanhadas pelas autoridades e que colocam incêndios, isso ultrapassa, como compreenderá, aquilo que é a responsabilidade do Município e, sobre isso, não podemos fazer nada. -----

Naquilo que é responsabilidade dos agentes municipais de Proteção Civil, quero-lhe transmitir, a si e a todos, que estamos a dar o nosso melhor e a trabalhar todos os dias para prevenir e estarmos preparados para o combate. -----

Quanto ao Senhor Joaquim de Almeida, covilhanense e empresário covilhanense muito conhecido e reconhecido, quero-lhe agradecer a sua disponibilidade para vir à nossa Assembleia. Não

conheço em profundidade o tema que coloca. Parece-me, da informação que consegui agora aqui recolher, que poderá estar em causa a questão da legitimidade de acesso a um caminho que, porventura, alguém entende que não é público e que é privado. Vou pedir aos nossos serviços municipais, nomeadamente através da fiscalização, para que se dirijam ao local e possam averiguar o que é que se passa com esse caminho porque se, de facto, for um caminho público que está encerrado, tem que, naturalmente, ser aberto para que toda a população possa dele usufruir. ----

Dar-lhe nota que irei diligenciar no sentido dos serviços do Município, pedindo ajuda também aos meus colegas de vereação, para que os nossos serviços possam averiguar o que é que se passa com esse caminho. Se, de facto, é um caminho público e que está impedido, não deveria acontecer e portanto, dar-lhe conta que irei diligenciar nesse sentido.” -----

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Ofício do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Peniche a remeter expressão de solidariedade para com os autarcas e concidadãos – Fenómenos meteorológicos extremos
- Minuta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Marvão a remeter Voto de Pesar pelas vítimas mortais, solidariedade para com todas as populações afetadas pelas tempestades, reconhecer e agradecer o trabalho desenvolvido por todos os agentes de proteção civil, bombeiros, forças de segurança, trabalhadores municipais, técnicos e voluntários envolvidos na resposta operacional e na assistência às populações -----
- Ofício do Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia a remeter Voto de Pesar “Pelas vítimas das tempestades em Portugal” -----
- Ofício do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Penalva do Castelo a remeter Moção de solidariedade para com as populações afetadas pela passagem da tempestade Kristin -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Entroncamento a remeter “Voto de solidariedade às populações afetadas pelas sucessivas intempéries que se abateram sobre o território nacional” -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alcanena a remeter Voto de Pesar pelas vítimas das recentes intempéries que assolaram o país -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha a remeter Voto de solidariedade para com todos os municípios afetados pelas tempestades -----

- Ofício do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de São Brás de Alportel a manifestar solidariedade aos municípios atingidos pelas tempestades -----
- Ofício do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Estarreja a remeter Voto de Pesar pelas vítimas e de solidariedade para com as populações afetadas pelos fenómenos meteorológicos extremos registados nos meses de janeiro e fevereiro de 2026 -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Torres Novas a agradecer o Voto de Pesar e de Solidariedade para com as populações afetadas pelas intempéries que assolaram o país -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tomar a agradecer o Voto de Pesar e de Solidariedade para com as populações afetadas pelas intempéries que assolaram o país -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Águeda a remeter Mensagem de Agradecimento pela solidariedade expressada para com as populações afetadas pelo "comboio de tempestades" que atingiu Portugal -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho a remeter Agradecimento - Mensagem de solidariedade institucional -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria a agradecer o Voto de Pesar e de Solidariedade para com as populações afetadas pelas intempéries que assolaram o país -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Nazaré a agradecer o Voto de Pesar e de Solidariedade para com as populações afetadas pelas intempéries que assolaram o país -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro a agradecer o Voto de Pesar e de Solidariedade para com as populações afetadas pelas intempéries que assolaram o país -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Lousã a agradecer o Voto de Pesar e de Solidariedade para com as populações afetadas pelas intempéries que assolaram o país -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande a agradecer o Voto de Pesar e de Solidariedade para com as populações afetadas pelas intempéries que assolaram o país -----
- Ofício do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção "Pela realização da prova nacional de acesso à Formação Médica Especializada (PNA) na Covilhã"
- Email do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras a agradecer o Voto de Pesar e de Solidariedade para com as populações afetadas pelas intempéries que assolaram o país -----
- Email do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Batalha a agradecer o Voto de Pesar e de Solidariedade para com as populações afetadas pelas intempéries que assolaram o país -----

- Ofício da Senhora Teresa Silveira a remeter agradecimento pelo Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Luís Alberto Gonçalves Jardim -----

2.2 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Não se registaram inscrições. -----

2.3 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que, “em trânsito com um visitante pela parte histórica da nossa cidade, em especial pela zona das Portas do Sol e Castelo, afirmava o mesmo visitante que nesta parte da cidade parece que estamos em Gaza, em cenário de guerra. Referia-se o dito visitante à habitação degradada existente e aos vazios urbanos criados com a demolição de habitações em ruínas, assim como à qualidade das vias (Rua Comendador Gomes Correia, Rua dos Namorados, placas toponímicas e ordenamento do trânsito). Ficou com uma ideia negativa da nossa cidade nesta área urbana. Pois claro, casas em ruínas, espaços vazios de casas que ruíram e arruamentos degradados. -----

Ainda lhe disse que tínhamos outros bairros com problemas por efeito de redução e deslocação da população para zonas urbanas, para outras zonas da cidade e freguesias com situações semelhantes. Referiu o Bairro das Machedes e o Bairro dos Descabelados no Tortosendo e outras situações nas áreas urbanas das freguesias onde temos aprovadas nas áreas de reabilitação urbana (ARU), instrumento que se tem revelado insuficiente para a reabilitação urbana. -----

No outro dia, na Rua Alexandre Herculano, uma outra visitante questionava como era possível a existência de dois sentidos naquela rua. “Como é que vocês transitam aqui com os carros nos dois sentidos?” Lá expliquei que existem aqui e ali umas fugas, existe alguma visibilidade, que são necessários alguns recursos pacientes e o pessoal lá se vai desenrascando. -----

Na procura de estacionamento na Rua do Notícias da Covilhã em diferentes dias, tenho que esperar que os jovens que ali dão uns toques na bola de futebol desviem as pedras que balizam o espaço de golo. -----

Temos que continuar a pensar a cidade, Senhor Presidente, e encontrar estratégias e ações para a sua reabilitação, valorização e vitalização, reabilitar edifícios, reutilizar e valorizar espaços vazios, criar espaços verdes de lazer, de atividade física e desportiva informal, requalificar as vias e colocá-los ao serviço da população residente. -----

A Câmara Municipal tem que desenvolver ações próprias para se reabilitar, reutilizar, revitalizar a zona histórica da cidade. -----

É necessário pensar a cidade mobilizando quem reside e quem desenvolve a sua atividade na zona histórica para concretização daquele objetivo. -----

Na Assembleia Municipal de 23 de fevereiro, tivemos a intervenção de um munícipe que questionou soluções em desenvolvimento no Largo da Nossa Senhora do Rosário, no espaço da antiga loja Zé André. Infelizmente, não é dada a oportunidade aos grupos municipais para se pronunciarem. Situação a rever, penso eu. -----

Também foi entregue à Autarquia uma petição dirigida ao Senhor Presidente da Mesa e Câmara Municipal que teve a participação de mais de 300 peticionários, a qual, de acordo com o nosso Regimento de Funcionamento, deve ser dado conhecimento aos grupos municipais. -----

Os residentes reúnem-se e apresentam as suas conclusões em sessão de Câmara Municipal. E qual a atitude da Câmara? Desvaloriza, impõe soluções que contrariam a opinião de quem ali vive e trabalha. Não dá importância à participação dos cidadãos. Não ouve os cidadãos e para se decidir tem que se ouvir as pessoas. -----

Nem ouve a Assembleia Municipal. Quanto ao envolvimento dos grupos municipais na programação nas comemorações do 25 de Abril, ignoraram. Quanto à recomendação sobre o desenvolvimento de iniciativas sobre os 50 anos da Constituição da República Portuguesa, aprovada nesta Assembleia Municipal em 23 de fevereiro, nada se fez. Ignoraram e afirmam sem pudor que estamos na Casa da Democracia. Afirmam, mas não praticam. Falharam no Orçamento Participativo e falham no Orçamento participado. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, deixo-lhe o recado que este não é o caminho para a construção de uma cidade concelho e de um espaço que se quer vivido e usufruído pela população.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes e o público que, “entretanto, já se foi embora. -----

Daqui a meia dúzia de dias o Senhor Presidente e estes órgãos municipais irão fazer seis meses de mandato. Tomaram posse no dia 4 de novembro e no dia 4 de maio, são seis meses de mandato. -

A preocupação do CDS, neste momento, é saber o que é que mudou na Covilhã, o que é que se está a fazer de diferente na Covilhã, o que é que se quer fazer na Covilhã que nos tire destes 12 anos e não vou fazer paralelos com o 25 de Abril porque, na altura, quando ganharam a Câmara em 2013, foram para o Pelourinho cantar a *Grândola Vila Morena*, mas a verdade é que foram 12 anos de navegação à vista. Aliás, essa é e foi sempre a maior crítica que fiz nesta Assembleia durante esses 12 anos de participação ativa que tive desde o primeiro mandato até ao último dia. Foi, de facto, o navegar à vista, a ausência de estratégia, a ausência de definição de caminhos que sejam agregadores, que sejam participados, que sejam galvanizadores de todas as partes do concelho e de todas as forças do concelho. -----

Com alguma preocupação vejo que não muda e não é por falta de insistência. Tenho assistido às intervenções do Vereador Eduardo Cavaco pedindo planos de intervenção nas estradas, planos de intervenção a outros níveis em termos culturais. -----

É preciso definir estratégias que garantam um desenvolvimento sustentado e sustentável para o concelho da Covilhã. Só assim se consegue congregar todas as forças que aqui se veem representadas nesta Assembleia e as outras que não estão aqui porque há gente que não vota, não é?! Não nos podemos esquecer que a abstenção foi o que foi. A verdade é que a sua maioria absoluta vale menos do que todas as outras forças somadas que aqui estão representadas nesta Assembleia, tirando as que não estão. Portanto, a única forma de conseguirmos um desenvolvimento sustentável e uma forma de trabalhar que seja agregadora para todo o concelho é, de facto, definir, comunicar e estabelecer estratégias claramente definidas que consigam agregar. -----

Já ouvimos a crítica que aqui foi deixada da falta de participação das oposições. São seis meses, mas a verdade é que pouco ou nada muda. Antes de qualquer decisão, não são ouvidas as forças da oposição. Esta ausência de participação é, quanto a mim, um erro crasso. Primeiro, porque, de facto, deixamos de ter a capacidade de ouvir e de acolher participações e ideias. Acho que todos nós temos o mesmo objetivo que é chegarmos e fazermos da Covilhã uma cidade melhor para todos, para todos nós e para os nossos concidadãos que lá estão fora. -----

Para conseguirmos isto há duas formas: ou entendemos que somos os donos e senhores da razão e só nós é que sabemos e aí, permita-me, que também com alguma preocupação, estou a notar, a ouvir ou constatar alguns tiques que esperava que tivessem sido esquecidos, nomeadamente no que é a má reação às críticas que lhe são feitas quando, de facto, se diz “olhe, isto não está feito, isto não está a ser bem feito”. Mas a responsabilidade é apenas do Presidente da Câmara e dos Vereadores porque quando tomam decisões, quando querem avançar com o que quer que seja, não têm o cuidado, nem têm a obrigação de ouvir as outras partes que estão ao seu lado que devem e têm a obrigação de trabalhar consigo. Da nossa parte, sentimo-nos muito bem representados na Câmara porque sabemos que o Prof. Eduardo Cavaco participa, faz propostas, traz à liça aquilo que é obrigatório que um vereador faça e, portanto, só não é ouvido. Temos que ter o cuidado de tentar ouvir antes e tentar estabelecer uma estratégia comum e participada por todos. Críticas haverá sempre porque, obviamente, temos caminhos diferentes para chegar ao mesmo sítio. Achamos que há coisas diferentes que podem ser feitas. Agora, esta gestão que temos, esta amostra de gestão de seis meses, é uma gestão que nos preocupa e que nos preocupa exatamente por isto porque não está a ter a responsabilidade, de facto, de integrar as outras pessoas. -----

No 25 de Abril tivemos um discurso que acho que é revelador dos dias de hoje e, obviamente, refiro-me ao membro da Assembleia que hoje não pôde estar presente e estou aqui a substituir, mas o discurso é o discurso da responsabilidade. A construção da democracia, neste momento, passa pela responsabilidade dos partidos que estão principalmente no exercício do poder e na luta contra os populismos, contra os extremismos e isso só se consegue desta maneira que é chamar ao trabalho, ter a responsabilidade de fazer uma gestão participada e criar mecanismos que

permitam às pessoas que estão de fora não embarcar neste discurso fácil de dizer “afinal de contas, eles estão lá para fazer o que querem.” -----

Quando fomos ouvidos tardiamente, já depois da proposta de Orçamento feita, estamos a falar em outubro, novembro ou dezembro do ano passado em que fomos ouvidos no âmbito da audição prévia do Orçamento Municipal, foi dito ao Senhor Vereador que estava aqui presente que, como o Orçamento era igual aos três últimos anos, o Senhor Presidente tinha esgotado ou este Executivo executou 25% do seu tempo de gestão porque não aproveitou este orçamento para mudar nada. Já passaram seis meses de execução efetiva do seu mandato e a verdade é que também pouco ou nada mudou e é isso que se espera que se mude rapidamente para se conseguir uma Covilhã melhor para todos.” -----

- **Rui Paulo da Silva Rosa (MIPP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou trazendo “a esta Assembleia uma questão central para o desenvolvimento social da Covilhã: a necessidade de criação de uma rede pública de creches, jardins-de-infância e atividades de tempos livres. Mas trago-a também com o enquadramento claro, do ponto de vista legal, com a aprovação da Lei n.º 50/2018 que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e a sua concretização no domínio da educação, através do Decreto-Lei n.º 21/2019. Passou a caber aos municípios um papel reforçado no planeamento, gestão e investimento na rede educativa. ---

Embora saibamos que a educação pré-escolar e, sobretudo, a resposta de creche, tenha ainda uma forte componente de tutela central e do sector social, a verdade é que os municípios dispõem hoje de instrumentos e responsabilidades acrescidas na definição da rede, na articulação de respostas e na identificação de necessidades locais. Ou seja, há hoje não apenas legitimidade política, mas também base legal para uma intervenção mais ativa e estruturada do município nesta matéria. Essa intervenção torna-se ainda mais urgente quando olhamos para a realidade concreta do concelho. -----

No concelho da Covilhã, há 326 crianças atualmente sem vaga em creche. O anunciado encerramento do Colégio das Freiras veio evidenciar a fragilidade da rede existente, deixando várias famílias sem resposta. A abertura do “Bolinha de Neve” em moldes que têm sido percecionados como precários, não oferece, para já, as garantias de estabilidade e qualidade que as famílias exigem. -----

Não podemos continuar a responder a necessidades permanentes com soluções provisórias. A infância exige planeamento, continuidade e confiança. -----

O que aqui defendemos é a construção de uma verdadeira rede pública, articulada, planeada e com visão de futuro que assegure cobertura adequada, acesso equitativo e qualidade nas respostas. Aliás, este caminho não é teórico, nem inédito. Municípios, como Castelo Branco, têm vindo a reforçar a sua intervenção na rede pré-escolar e no apoio às famílias com o investimento municipal em equipamentos e parcerias locais que aumentam a oferta disponível. Também em Lisboa, através do programa *Creche para Todos*, se tem procurado garantir maior cobertura e acesso universal com forte envolvimento do município. Exemplos como Braga ou Évora mostram que vontade política e planeamento é possível alargar respostas e dar maior segurança às famílias.

Ou seja, há caminhos já trilhados que demonstram que os municípios podem e devem assumir um papel mais ativo nesta área. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, se o quadro legal hoje atribui mais responsabilidades aos municípios, então também exige mais iniciativa, mais estratégia e mais compromisso. E é nesse sentido que termino com uma pergunta direta ao executivo municipal: que plano concreto existe ou está a ser preparado para garantir, no concelho da Covilhã, uma rede estável, suficiente e de qualidade de creches, jardins-de-infância e ATL à altura das necessidades das nossas famílias?" -----

- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, abordou "três assuntos que considero que são relevantes. -----

Falando já de estarmos há quase seis meses de mandato, mais sensivelmente quatro meses, venho questionar novamente em relação à abertura dos sanitários públicos. Sei que já estão a ser intervencionados, mas tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara que estariam abertos até ao início deste ano civil e já passaram sensivelmente quatro meses de atraso dessa data prometida. O que lhe questionava é se já existe uma data realista para abertura desses sanitários. -----

Em segundo lugar, em relação aos elevadores e funiculares, como sabemos, já é prática de estarem muitas vezes fora de serviço, serem intervencionados e, passado relativamente pouco tempo, voltarem a estar fora de serviço. Portanto, colocava à consideração do Executivo se não era preferível colocarmos como prioridade a manutenção desses funiculares como propõe exatamente o Plano de Mobilidade Urbana e Sustentável da CIM Região Beiras e Serra da Estrela. Ou seja, em vez de investirmos tanto nas bicicletas, nas trotinetes, investirmos mais numa mobilidade vertical que é utilizada pela população no geral, não só pelos mais jovens e que seja inclusiva para todos e que permita, digamos assim, quebrar a barreira dos declives que a nossa cidade naturalmente tem e que permite aos nossos idosos e a qualquer outra pessoa na verdade circular dentro da cidade com essa ajuda. As bicicletas podem ser partilhadas com essa solução, naturalmente como complemento, mas não como prioridade. E, portanto, acho que o que deveríamos garantir era que as pessoas possam deslocar a pé com segurança e continuidade, nomeadamente através dos funiculares e os elevadores para as pessoas mais idosas, mas para o público no geral. -----

A minha última questão não é uma questão que seja propriamente da responsabilidade do Executivo, mas que é uma situação preocupante para a nossa cidade e que o Executivo pode ter um papel de ajudar a encontrar uma solução para o problema. Tenho sido abordado por várias pessoas que têm dito que quando, por exemplo, há um carro mal estacionado à porta de uma garagem, à porta de um serviço qualquer que ele seja, se ligarem para a Polícia de Segurança Pública, a resposta que têm é que a Polícia de Segurança Pública não tem como rebocar esse carro. Esta situação passa-se mais recorrentemente, nomeadamente nos serviços dos CTT, em especial junto à porta que é utilizada para descarregar encomendas, etc., o que dificulta em muito o trabalho dos funcionários dos CTT. -----

Referindo novamente que não é uma responsabilidade direta do Executivo, o que eu instava era que o Executivo tentasse, junto das forças de segurança, encontrar uma solução para este problema, para esta falta que temos na nossa cidade.” -----

- **Doutor Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida (PS):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “dá-se a coincidência desta Assembleia Municipal ocorrer precisamente no mês em que faz dois anos de governação do atual Primeiro-Ministro e, por isso, também nesta ocasião se pode impor um balanço daquilo que são de dois anos e não de seis meses, daquilo que é também a ação executiva do Governo. -----

Aquilo que podemos constatar, através de factos e números, é que o país está pior na economia, na habitação, na saúde e na prioridade ao interior. E são os factos que o dizem. -----

Começando pela economia, em 2025 Portugal teve um crescimento de 1,9%. Dizia-se na altura, ainda antes de este Governo estar em funções, que era fácil pôr o país a crescer acima de 3%. Pois em 2025 dados oficiais colocam 1,9%. O que este valor quer dizer, retirando o ano do *Covid*, é que é o pior crescimento económico da última década. Repito, o pior crescimento económico da última década. As exportações abrandaram e o investimento direto estrangeiro caiu quase 35% no nosso país. Este é o retrato da economia portuguesa em 2025 e aqui não está incluído ainda o conflito do Médio Oriente. -----

Quero aqui, portanto, dizer que isto resulta de vários fatores. Um deles é porque não há estratégia para a economia do país e há mesmo até alguma instabilidade nas instituições que têm a competência de dinamizar a economia do país. A administração da AICEP não tem dois administradores. O IAPMEI ficou sem liderança. Isto tem também a sua instabilidade nas instituições. -----

Um exemplo paradigmático disso mesmo podemos encontrá-lo aqui mesmo há dias na Covilhã. Quero, a propósito, saudar o Município da Covilhã pelo *Innov Summit* que fez em parceria com a Universidade da Beira Interior, um evento que trouxe gente de prestígio das empresas, das instituições, para debater a economia, as empresas e a inovação e que deve ser saudado. Deu-se o caso de essa iniciativa ter o encerramento precisamente pelo Senhor Ministro da Economia. Aquilo que esperávamos era que, dois anos depois, quem tem, aliás, a responsabilidade da coesão territorial, nos pudesse aqui vir dizer que finalmente o Plano de Revitalização da Serra da Estrela vai avançar, mas a verdade é que, dois anos depois, temos o Plano da Serra da Estrela na gaveta. Dois anos depois, temos o plano de Valorização do Interior na gaveta e também não foi apresentada qualquer, aliás, medida económica para o desenvolvimento do interior, da região ou do concelho. Deu-se, aliás, até a situação caricata de termos o Senhor Ministro da Economia a pedir ao Município da Covilhã que trouxesse os investimentos que o Governo tratava do terreno. Ora isso é, aliás, uma inversão total das competências, como todos aqui sabemos nesta Assembleia. É alguns municípios que administra e gere o território e que pode, aliás, conceder esses terrenos ou criar as condições para que esses terrenos estejam à disposição do investimento. -----

Quanto à estratégia económica do concelho ou da região, aquilo que podemos verificar é que quem percorre esta cidade confronta-se com vários investimentos em curso, com ruas e até com inaugurações de centros comerciais e de grandes investimentos. Isso é de saudar e, por isso,

significa que os investidores acreditam na Covilhã e no futuro da Covilhã. Isso deve, aliás, ser um sinal de regozijo daquilo que são as lideranças, as forças e os atores todos envolvidos no desenvolvimento da Covilhã. -----

Mas, se na economia é assim, na saúde também andámos para trás. Hoje temos mais listas de espera, mais utentes sem médicos de família. Temos, aliás, um aumento de 14% das pessoas à espera de consulta hospitalar. -----

Também na habitação temos retrocessos. Basta ligar a televisão e perceber que atingimos recordes nos custos da habitação. Lideramos mesmo o aumento dos preços da habitação em toda a Europa. Isso resulta de políticas erradas que vieram acelerar, aliás, os custos da habitação. Mas, apesar de tudo, há regiões e concelhos que resistem e que avançam. Aqui também no concelho da Covilhã, basta sairmos aqui nesta porta e ver as obras que estão a ser feitas no âmbito do 1.º Direito, Programa lançado pelo então Governo do Partido Socialista e que o Município da Covilhã avança com as obras e que hoje aqui podemos todos assistir. -----

Mas também no domínio das competências da Câmara se avançou para uma medida de isenção do IMI para jovens até aos 35 anos. São medidas no sentido positivo para poder também aqui ajudar no domínio da habitação. -----

Mas a verdade, como digo, é que, dois anos depois, o interior não está nas prioridades do Governo e isso é algo que nos deve preocupar aqui a todos. Repito, dois anos depois, o Programa Valorização do Interior deixou de existir. Dois anos depois, o Programa da Serra da Estrela continua na gaveta. Um outro exemplo que vos posso dar diz respeito à linha da Beira Baixa. Reparem que, depois das tempestades *Kristin*, o que aconteceu é que só um ano e meio depois é que foi colocado à disposição um serviço de transbordo e esse serviço é mau. Não só não permite o transporte para pessoas com mobilidade reduzida, como deixa de fora populações de cinco concelhos desta região. Isto é, o serviço chegou tarde, chegou insuficiente e não abrange todas as populações. Dizem-nos agora que talvez para setembro ou mesmo final do ano é que estará pronto. A verdade é que se a linha da Beira Baixa estivesse no litoral, porventura teríamos outras soluções e seríamos mais rápidos. Mas há mais país para além da A1 e, por isso, todos aqui temos que pugnar pela defesa também da linha da Beira Baixa. -----

Termino como comecei dizendo que temos que avançar naquilo que é a dinamização da economia da prioridade ao investimento e ao interior e que não se iludam com o PTRR porque o PTRR não é um instrumento de financiamento, é apenas um instrumento estratégico. Podemos ter lá o Plano da Serra da Estrela, a linha da Beira Baixa e todos os investimentos, mas se não estiver no Orçamento de Estado e não estiver os fundos europeus são apenas, mais uma vez, planos no papel.” -----

- **Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND):** Após cumprimentar todos os presentes, referiu não vir “aqui criticar o trabalho desenvolvido – até porque nada tenho a criticar. Venho deixar um desafio com impacto direto na vida de muitas pessoas do nosso concelho: os doentes oncológicos. -----

A Câmara não tem competência na gestão hospitalar, mas tem responsabilidade em tudo o que envolve o apoio a estes doentes. -----

Quem tem cancro e vive na Covilhã não tem as mesmas condições que o resto do país. É obrigado a deslocações longas, repetidas e esgotantes. Ficam longe da família, dos amigos e da sua rede de apoio quando mais precisa. -----

A única associação de apoio oncológico existente no nosso concelho está direccionada para um tipo específico de cancro. Para os restantes, os apoios são quase inexistentes. -----

Existe ainda um problema prático que quero deixar registado. Durante anos, o Atestado Multiusos para doentes oncológicos era passado pela Junta Médica da Covilhã que respondia com rapidez dentro dos prazos, algo que funcionava bem. Mas isso mudou. Passou a ser da responsabilidade dos hospitais de diagnóstico em Coimbra, Porto ou Lisboa e, com essa mudança, vieram os atrasos. Perdemos algo que funcionava e o resultado é que esses doentes fragilizados ficam hoje sem acesso a meios essenciais, incluindo apoios financeiros, precisamente quando mais precisam deles.

O desafio que lanço ao Senhor Presidente é este: unir os concelhos da Beira Interior – Fundão, Belmonte, Guarda, Castelo Branco) – independentemente das cores partidárias, e pressionar o Governo a criar um centro oncológico na nossa região porque, nesta causa, não há lugar para divisões políticas. A Covilhã sozinha não tem escala suficiente e ainda bem, mas a região tem. ----

Sabemos que este processo leva tempo. Por isso e porque temos neste momento unidades de saúde privadas em construção no nosso concelho, defendo que se explore desde já a possibilidade de criar parcerias, não para substituir o Serviço Nacional de Saúde – esse papel é insubstituível – mas para o complementar porque o que importa, no fim, é que o doente seja tratado com pragmatismo, sem dogmas e com os meios disponíveis. -----

Ter cancro já é um fardo suficiente. Não pode custar mais por viver na Beira Interior.” -----

2.4 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Nos termos das alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

--- Os Grupos Municipais do **PSD, MIPP, CDS-PP e PCP** associaram-se a todas as **propostas de Voto de Pesar e de Louvor**. -----

O Grupo Municipal do **PS** associou-se ao **“Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor António João Pereira do Lago de Oliveira Saraiva”** e ao **“Voto de Saudação – 52 anos 25 de Abril e 50 anos da Constituição da República Portuguesa”**. -----

O Grupo Municipal do **PSD** ainda se associou ao **“Voto de Saudação – 52 anos 25 de Abril e 50 anos da Constituição da República Portuguesa”**. -----

O Grupo Municipal do **CHEGA** associou-se ao **“Voto de Louvor à Associação Desportiva da Estação – 50 anos”**. -----

2.4.1 – Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor João Paulo Cardona Fazenda de Almeida -----

*“A Deputada Municipal Independente **Magna Lourenço**, no âmbito do período de Antes da Ordem do Dia - Ponto 2.3 (Declarações de âmbito político e de interesse municipal) -, apresenta o seguinte:*

*A Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de **João Paulo Cardona Fazenda de Almeida**. -----*

João Paulo Cardona Fazenda de Almeida foi uma figura de referência no tecido empresarial do concelho da Covilhã, tendo dado um contributo notável ao setor da restauração e da hotelaria, com investimentos relevantes que valorizaram o município e dinamizaram a sua economia local. -----

O seu empenho, visão empresarial e dedicação ao concelho deixam uma marca positiva e duradoura na vida económica e social da Covilhã. -----

A Assembleia Municipal endereça à família enlutada as mais sentidas condolências” (Doc.01 proposto pela Deputada Municipal Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND)) -----

“Voto de Pesar pelo falecimento de João Paulo Fazenda, aos 55 anos de idade. -----

João Paulo Fazenda foi um empresário Covilhanense que deixou uma marca profunda e duradoura na comunidade e no tecido económico e social. -----

Reconhecido pela sua generosidade, convicções fortes e espírito empreendedor, destacou-se, entre outras iniciativas, pela dinamização do Centro Histórico da cidade, nomeadamente através da criação do emblemático restaurante “Paço 100 Pressa”, um espaço de referência pela qualidade, hospitalidade e promoção cultural. -----

Mecenas das artes e profundamente ligado à comunidade, deixou uma marca indelével de profissionalismo, valorização da região, compromisso e proximidade. -----

Nesse sentido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, aprova este voto de pesar pelo seu falecimento. A sua partida prematura é profundamente sentida por todos os que o conheceram, mas o seu legado humano e profissional permanecerá nas suas memórias como um exemplo e inspiração.” (Doc.02 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

*--- Não havendo intervenções e colocados à votação, os presentes **Votos de Pesar pelo falecimento do Senhor João Paulo Cardona Fazenda de Almeida** foram **aprovados por unanimidade**. -----*

2.4.2 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Luís Manuel Ferreira Martins Sardinha -----

“A Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luís Manuel Ferreira Martins Sardinha, natural da Covilhã, ocorrido no passado dia 21 de março de 2026, aos 60 anos de idade. -----

Luís Manuel Ferreira Martins Sardinha foi uma pessoa profundamente ligada à vida associativa e à comunicação social no nosso concelho. Entre os treze elementos fundadores da RCC – Rádio Clube

da Covilhã, C.R.L., constituída em 1986, encontrava-se o seu nome, refletindo o seu importante contributo para este projeto marcante da nossa cidade. -----

A RCC nasceu da continuidade do trabalho desenvolvido no NERC – Núcleo Experimental de Rádio da Covilhã, criado a 26 de março de 1983, sendo este percurso demonstrativo do empenho, dedicação e espírito de iniciativa que sempre caracterizaram Luís Sardinha. -----

O seu contributo para a rádio local e para a dinamização da comunidade covilhanense deixa uma marca de reconhecido valor, que importa recordar e homenagear. -----

Neste momento de dor e saudade, a Assembleia Municipal da Covilhã endereça à sua família e amigos as mais sentidas condolências, associando-se ao luto pela sua partida. -----

Que a sua memória permaneça viva entre todos aqueles que com ele privaram e que o seu legado perdure como exemplo de dedicação à sua terra e à sua comunidade.” (**Doc.03** proposto pelo Grupo Municipal do PSD) -----

“Voto de pesar pelo falecimento de Luís Manuel Ferreira Martins Sardinha, aos 60 anos. -----

Natural e residente na Covilhã, Luís Sardinha exercia a sua atividade profissional no setor bancário, mantendo ao longo da vida uma ligação próxima à vida cívica. -----

Luís Sardinha participou ativamente na criação do Núcleo Experimental de Rádio da Covilhã (NERC), grupo constituído por jovens covilhanenses amantes de rádio, numa altura em que esta ainda se encontrava nos seus primórdios. -----

Posteriormente, em 1983, Luís Sardinha foi um dos fundadores da RCC - Rádio Clube da Covilhã, ficando, por isso, para sempre ligado à história da comunicação social local e regional, nomeadamente na vertente radiofónica. -----

Nesse sentido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, aprova este voto de pesar pelo falecimento de Luís Sardinha, reconhecendo o seu relevante contributo para o desenvolvimento da rádio na Covilhã e, dessa forma, para a dinâmica cultural e social do concelho.” (**Doc.04** proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocados à votação, os presentes **Votos de Pesar pelo Falecimento do Senhor Luís Manuel Ferreira Martins Sardinha** foram **aprovados por unanimidade**. -----

2.4.3 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor António João Pereira do Lago de Oliveira Saraiva -----

“A Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Sr. António João Pereira do Lago de Oliveira Saraiva, natural da Covilhã, ocorrido no passado dia 9 de Abril de 2026, aos 58 anos de idade, que exerceu funções como Deputado Municipal na década de 1990. --

Ao longo do seu percurso cívico e político, António João Pereira do Lago de Oliveira Saraiva distinguiu-se pelo seu compromisso com a causa pública, pelo sentido de responsabilidade e pela dedicação ao desenvolvimento do concelho. A sua participação ativa na vida autárquica contribuiu de forma relevante para o fortalecimento da democracia local e para a defesa dos interesses da população. -----

Neste momento de luto, a Assembleia Municipal da Covilhã presta homenagem à sua memória, reconhecendo o legado de serviço público que deixa e enaltecendo as qualidades humanas que marcaram todos aqueles que com ele conviveram. -----

À sua família e amigos as mais sentidas condolências, associando-se ao luto pela sua partida. -----

Que a sua memória permaneça viva entre todos aqueles que com ele privaram e que o seu legado perdure como exemplo de dedicação à sua terra e à sua comunidade.” (**Doc.05** proposto pelo Grupo Municipal do PSD) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor António João Pereira do Lago de Oliveira Saraiva** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.4.4 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Manuel Ribeiro -----

“Faleceu no passado dia 26 de março, aos 96 anos, Manuel Ribeiro, proprietário da loja “Sonho Dourado” e histórica figura do Associativo e Desporto concelhio. -----

Manuel Ribeiro, comerciante covilhanense, foi associado e dirigente de várias coletividades covilhanenses, sendo o sócio nº1 do Gimnásio Clube da Covilhã e o sócio n.º 5 do Sporting Clube da Covilhã, onde deixou uma marca profunda e inolvidável, tendo igualmente pertencido aos órgãos sociais da Associação de Futebol de Castelo Branco durante vários anos. -----

Já tendo sido considerado como “pai da formação serrana”, Manuel Ribeiro foi uma figura ímpar no desenvolvimento do Sporting Clube da Covilhã. A sua dedicação, pautada por um profundo espírito de entrega e abnegação, foram publicamente reconhecidos, culminando na distinção de “Pastor de Honra”, que lhe foi atribuída na gala dos 102 anos do clube. -----

Em 2019, no âmbito das comemorações 149.º Aniversário de Elevação da Covilhã a Cidade, foi agraciado com a Medalha de Mérito Municipal atribuída pelo Município da Covilhã, em reconhecimento dos serviços prestados à comunidade. -----

Por tudo isto, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, aprova este voto de pesar pelo falecimento de Manuel Ribeiro, reconhecendo toda a sua dedicação à comunidade covilhanense, nomeadamente na vertente da formação desportiva.” (**Doc.06** proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Manuel Ribeiro** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.4.5 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Fernando Lopes da Silva -----

“Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Lopes da Silva, aos 78 anos de idade. -----

Fernando Lopes da Silva dedicou grande parte da sua profissional ao comércio local, tendo fundado e gerido, durante décadas, a Tabacaria situada no Centro Comercial da Estação, um espaço que se tornou um ponto de referência e passagem para muitos covilhanenses. -----

O seu trabalho e presença diária contribuíram significativamente para a dinamização do comércio tradicional e para a preservação de um local de encontro, partilha e convívio intergeracional. -----

Nesse sentido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, aprova este voto de pesar pelo seu falecimento. Amplamente reconhecido pela sua atenção e generosidade, permanecerá na memória dos covilhanenses como um homem simples, trabalhador e profundamente ligado à cidade.” (Doc.07 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

*--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Fernando Lopes da Silva** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

2.4.6 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Professor Carlos Eduardo Rego da Costa Salema -----

“Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Carlos Eduardo Rego da Costa Salema. -----

Nascido em 1942, em Ponta Delgada, o Professor Carlos Salema destacou-se como um prestigiado académico e cientista pelo seu relevante contributo para o desenvolvimento da ciência e das telecomunicações em Portugal. -----

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico e doutorado pela Universidade de Londres, foi professor catedrático no Instituto Superior Técnico entre 1979 e 2003. Ao longo da sua carreira, publicou mais de 30 artigos científicos e cinco livros, tendo sido também membro da Academia das Ciências de Lisboa e integrado a secção portuguesa do Capítulo de Educação do Institute of Electrical and Electronics Engineers. -----

Desempenhou importantes funções de liderança científica, nomeadamente como presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), entre 1989 e 1992, e do Instituto de Telecomunicações, além de outros relevantes cargos na área. -----

Ao longo da sua vida, foi distinguido com diversos prémios e homenagens, entre eles o Prémio do Institute of Electrical and Electronics Engineers, 1973; o Prémio Marconi do Institution of Electrical Engineer em 1974; o Prémio de Carreira da União Internacional de Rádio-Ciência, em 2009; o título de Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa, em 2010; a Medalha de Mérito Científico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 2021, e o grau de Doutor Honoris Causa pelo Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, em 2025. -----

Na Universidade da Beira Interior, assumiu o importante papel de ser o primeiro Presidente do Conselho Geral, reforçando o ecossistema científico da Instituição, nomeadamente com a criação

do Instituto de Telecomunicações - Covilhã. Pelo contributo ímpar que prestou à Universidade, em 2014 foi-lhe outorgado o grau de Doutor Honoris Causa. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, apresenta este voto de pesar pelo seu falecimento. O seu legado de trabalho, rigor profissional e dedicação perdurará como uma referência inspiradora para todos.” **(Doc.08** proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Professor Carlos Eduardo Rego da Costa Salema** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.4.7 – Voto de Louvor ao Comandante António Fonseca -----

“A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, deliberou a aprovação deste Voto de Louvor ao Comandante António Fonseca, que cessou funções no passado dia 6 de abril, após desempenhar o cargo de Comandante Operacional Sub-Regional das Beiras e Serra da Estrela.

Nascido em Almeida, em 1958, o percurso de António Fonseca foi pautado pela dedicação ao serviço público e à segurança das populações. -----

Licenciado em Biologia pela Universidade de Lisboa, complementou a sua formação com estudos nos setores da Educação e da Administração Social, tendo também realizado diversas especializações na área da proteção e socorro, quer em Portugal quer no estrangeiro. -----

Iniciou a sua carreira profissional no ensino secundário, mas foi no âmbito dos bombeiros e da proteção civil que consolidou o seu percurso. Ao longo da sua carreira, desempenhou funções de elevada responsabilidade, entre as quais Comandante do Corpo de Bombeiros de Almeida. Mais tarde, passou ao patamar superior da Proteção Civil, enquanto inspetor e coordenador distrital de Proteção Civil e Comandante Operacional Distrital da Guarda durante mais de uma década. Já em 2023, assumiu a liderança da sub-região das Beiras e Serra da Estrela, coordenando a resposta operacional numa das áreas mais exigentes do país. -----

Ao longo da sua trajetória, António Fonseca afirmou-se como uma referência na proteção e socorro, sendo a sua atuação amplamente reconhecida pelas corporações de bombeiros pela sua competência técnica, capacidade de coordenação e elevado sentido de serviço público. -----

Ao Comandante António Fonseca, a Assembleia Municipal da Covilhã expressa o seu agradecimento e endereça as maiores felicidades nesta nova etapa da sua vida.” **(Doc.09** proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor ao Comandante António Fonseca** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.4.8 – Voto de Louvor à Associação Desportiva da Estação – 50 anos -----

“Fundada em 1976, a Associação Desportiva da Estação afirmou-se, desde logo, como uma referência incontornável no panorama desportivo, particularmente no futebol, assumindo um papel preponderante na formação desportiva de várias gerações de jovens da Covilhã e da região.

Além da sua vertente desportiva, no decorrer destas cinco décadas a Associação tem desempenhado também uma relevante função educativa e social, contribuindo decisivamente para a construção de cidadãos mais ativos e responsáveis, ao promover valores como o espírito de equipa, a disciplina, a inclusão e o sentido de responsabilidade. -----

As comemorações do cinquentenário não só enaltecem a sua trajetória e os resultados já alcançados como reforçam a afirmação da sua ambição e visão de futuro, com destaque para a aposta contínua na formação desportiva, consolidando a ADE como uma verdadeira escola de desporto e cidadania. -----

Pelo seu percurso tão meritório e pelo contributo ímpar no desenvolvimento desportivo e social da Covilhã, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, aprova este voto de louvor à Associação Desportiva da Estação, enaltecendo todo o seu trabalho ao longo dos últimos 50 anos e desejando os maiores sucessos para o futuro.” (Doc.10 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor à Associação Desportiva da Estação – 50 anos** foi **aprovado por unanimidade.** -----

2.4.9 – Voto de Louvor a Carolina Pombo -----

“Num mês particularmente simbólico, em que se comemora a data maior da nossa democracia, a participação cívica e a cidadania ativa assumem um significado ainda mais relevante. -----

A sua participação e, nomeadamente, esta meritória passagem à fase nacional do Parlamento Europeu dos Jovens não só constitui uma honra para a nossa comunidade como reforça o legado de “Abril”, projetando os seus contributos para as novas gerações. -----

A jovem Carolina Pombo é, inegavelmente, um exemplo inspirador do envolvimento da juventude na vida pública e reflete também o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na promoção da cidadania ativa dos jovens no nosso território. -----

Nesse sentido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, deliberou a aprovação deste voto de louvor à jovem Carolina Pombo, enquanto reconhecimento pela sua seleção para a fase nacional do Parlamento Europeu dos Jovens, endereçando votos de maiores felicidades e sucessos.” (Doc.11 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente **Voto de Louvor a Carolina Pombo** foi **aprovado por unanimidade.** -----

2.4.10 – Voto de Saudação – 52 anos 25 de Abril e 50 anos da Constituição da República Portuguesa -----**“Aos 52 anos do 25 de Abril e 50 anos da Constituição da República Portuguesa** -----

Saudamos e celebramos a Revolução de Abril. Comemoramos esse acontecimento maior da nossa história contemporânea e um dos mais altos momentos da nossa secular vida coletiva, neste ano que faz também 50 anos que foi aprovada e promulgada a Constituição da República Portuguesa – uma das mais progressistas e avançadas do mundo -, emanação do processo revolucionário que aqui celebramos e da luta do nosso povo. -----

Constituição que nestes cinquenta anos da sua vigência provou ser um importante suporte da nossa vida democrática e que hoje continua a ser um instrumento de salvaguarda na defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo. -----

Saudamos e Comemoramos a Revolução de Abril reafirmando a atualidade da sua Constituição, a exigência do seu cumprimento e a vital importância da sua defesa face às ameaças de novas iniciativas mutiladoras dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais dos inimigos do projeto libertador de Abril - as forças políticas conservadoras e reacionárias que servem os grupos económicos e financeiros – que viram e continuam a ver a Constituição como um obstáculo à reconstituição do seu poder hegemónico e à satisfação dos seus interesses. -----

Comemoramos a Revolução convictos de que é no respeito pela Constituição, com os olhos postos na concretização dos seus princípios, valores e normas que se abre e retoma o necessário e inadiável caminho da construção de um Portugal mais fraterno e solidário, mais livre, democrático e desenvolvido. -----

Ao comemorarmos a Revolução do 25 de Abril, não esquecemos e engrandecemos o valoroso ato dos capitães de Abril, o esforço heroico da Resistência antifascista, a abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas. Evocamos e exaltamos o amplo e vigoroso levantamento popular que irrompeu nessa manhã de Abril, que transformou o levantamento militar libertador em Revolução. -----

Essa libertadora e emancipadora Revolução assumida pela larga maioria do povo que, com a sua ação, conduziram a profundas transformações económicas, sociais, políticas, culturais e civilizacionais que se traduziram em grandes conquistas dos trabalhadores e do povo, em todas as áreas da nossa vida coletiva. -----

Revolução que instaurou as liberdades e a democracia, promoveu a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo. Revolução que pôs fim ao domínio dos monopólios com a nacionalização dos sectores chaves da economia nacional e a democratização do uso da terra com a realização da Reforma Agrária na zona latifúndio. Conquistas que a contrarrevolução destruiu ou amputou em prejuízo do povo e do País. Revolução que construiu o poder local democrático e autonomia regional. Revolução que pôs fim às guerras coloniais e ao isolamento internacional do País, com o estabelecimento de relações diplomáticas com todo o mundo. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária no dia 27 de Abril, saúda todos aqueles que organizam e promovem e participam nas comemorações dos 52 anos do 25 de Abril e dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa mantendo a esperança de um futuro

melhor, numa sociedade livre e democrática, e de uma vida digna tendo por base os valores de Abril e as liberdades e garantias consagradas na Constituição da República Portuguesa.” (Doc.12 proposto pelo Grupo Municipal do PCP) -----

--- Não havendo intervenções e colocado à votação, o presente ***Voto de Saudação – 52 anos 25 de Abril e 50 anos da Constituição da República Portuguesa*** foi ***aprovado por maioria com 48 votos a favor (PS, PSD, MIPP, CDS-PP, PCP e todos os DMI) e 02 votos contra (CHEGA).*** -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Francisco José das Neves Farias (CHEGA)** – “O Grupo Municipal do CHEGA vota contra a saudação apresentada pelo Partido Comunista Português não por não valorizarmos o 25 de Abril de 1974, mas precisamente porque o valorizamos na sua totalidade histórica e democrática. A saudação apresentada procura, uma vez mais, transformar o 25 de Abril numa celebração parcial, ideológica e incompleta, ignorando deliberadamente que a democracia portuguesa só se consolidou verdadeiramente com o 25 de Novembro de 1975. -----

Depois de Abril, Portugal viveu um período de enorme instabilidade política e social, conhecido como processo revolucionário em curso, marcado por nacionalizações forçadas, ocupações ilegais, tentativas de controlo da comunicação social e ameaças à liberdade política e económica. -----

Foi nesse contexto que o 25 de Novembro representou a afirmação definitiva da democracia pluralista do Estado de Direito e das liberdades fundamentais. Ignorar o 25 de Novembro é ignorar parte da nossa democracia. Ignorar o 25 de Novembro é ignorar o momento em que Portugal rejeitou uma deriva revolucionária e escolheu a democracia representativa. Ignorar o 25 de Novembro é, no fundo, querer contar aquela metade da história. -----

O Chega entende que o 25 de Abril pertence a todos os portugueses e não pode ser apropriado por visão ideológica ou partidária. Celebrar Abril é celebrar a liberdade, o pluralismo e a democracia e isso implica reconhecer todos os momentos que permitiram consolidar estas conquistas. -----

Por isso não acompanhamos a saudação que procura dividir a memória histórica, omitir factos essenciais e transformar uma data nacional num instrumento político. O 25 Abril deve unir, não dividir. Deve representar liberdade, não narrativa ideológica e deve ser liberdade com verdade histórica.” -----

2.4.11 – Recomendação – Plano de Saúde Municipal e Apoio ao Transporte para Cuidados de Saúde -----

“A Deputada Municipal Independente Magna Lourenço, nos termos regimentais, apresenta a seguinte Recomendação à Câmara Municipal da Covilhã: -----

Considerando que: -----

- *Muitos munícipes da Covilhã são obrigados a deslocções frequentes para aceder a cuidados de saúde, nomeadamente consultas de especialidade, exames complementares de diagnóstico e sessões de fisioterapia, em instituições fora do concelho e por vezes no próprio Hospital da Covilhã, percorrendo dezenas de quilómetros sem qualquer apoio nos custos das deslocções; -----*
- *Os doentes oncológicos enfrentam uma situação particularmente gravosa, sendo obrigados a deslocções constantes para Coimbra, Lisboa ou Porto, a distâncias que podem atingir os 300 km, para consultas, exames e tratamentos em instituições do SNS ou sem fins lucrativos. Durante a fase de investigação diagnóstica, em que ainda não têm diagnóstico confirmado, não beneficiam do transporte gratuito assegurado pela SNS e suportam integralmente todos os custos numa fase de grande incerteza e desgaste físico e emocional; -----*
- *Os transportes públicos disponíveis a partir da Covilhã representam custos significativos em deslocções frequentes e são muitas vezes incompatíveis com os horários das consultas e tratamentos, obrigando os munícipes a recorrer a transporte privado com custos ainda mais elevados; -----*
- *O acesso aos apoios sociais de transporte exige que o agregado familiar se encontre em situação de insuficiência económica, cujo limiar em 2026 é de 805,70 euros mensais, valor inferior ao salário mínimo nacional fixado em 920 euros. Isto significa que um munícipe que aufera o salário mínimo já não tem direito a qualquer apoio no transporte para cuidados de saúde, mesmo que as deslocções recorrentes representem um encargo incomportável para o seu orçamento familiar; -----*
- *Existe assim um vasto conjunto de munícipes que, não se encontrando em situação de insuficiência económica e por isso excluídos dos apoios existentes, não dispõem de rendimentos suficientes para absorver os custos recorrentes de deslocções para cuidados de saúde, ficando numa situação de desproteção que o atual sistema não resolve; -----*
- *Vários municípios portugueses, como Óbidos e Figueira de Castelo Rodrigo, já implementaram Planos de Saúde Municipais financiados pela autarquia, através de concurso público adjudicado a seguradora, garantindo acesso a consultas, exames e transporte a todos os munícipes como complemento ao SNS, com custos na ordem dos 250 mil euros anuais e resultados expressivos em número de consultas e exames realizados. ----*

A Assembleia Municipal da Covilhã recomenda à Câmara Municipal da Covilhã que: -----

1. *Implemente um Plano de Saúde Municipal acessível a todos os munícipes recenseados no concelho, mediante o pagamento de uma quota simbólica anual, que inclua: -----*
 - a) *Acesso a consultas médicas de clínica geral e de especialidade, exames de diagnóstico e sessões de fisioterapia, com comparticipação municipal que reduza significativamente o custo para o munícipe, funcionando como complemento ao SNS; -*
 - b) *Apoio ao transporte para cuidados de saúde fora do concelho, cobrindo deslocções para consultas, exames e tratamentos num raio até 300 km, nos casos em que os*

transportes públicos disponíveis sejam incompatíveis com os horários ou representem um encargo desproporcionado face ao rendimento do munícipe. -----

2. *Garanta, no âmbito do referido Plano de Saúde Municipal, uma cobertura reforçada e gratuita para os doentes com suspeita ou diagnóstico de doença oncológica, disponível desde a primeira consulta de investigação diagnóstica, incluindo transporte gratuito para instituições do SNS ou sem fins lucrativos num raio até 300 km, independentemente da disponibilidade de transportes públicos compatíveis com os horários dos tratamentos.” ----*

(Doc.13 proposto pela Deputada Municipal Independente Dra. Magna Carla Sousa Lourenço) -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** – “Em primeira instância, saudar que uma Deputada Independente seja capaz de fazer mais do que aquilo que o CDS não consegue fazer: exige resposta e hábitos que promove do passado e que a verdade é que continua a não apresentar documentos, apresentar algum pensamento e algumas opções para o município que certamente não seremos concordantes, iremos discordar, iremos concordar em algumas delas. Senhora Deputada, dar-lhe os parabéns. É capaz de fazer mais individualmente do que propriamente numa bancada municipal.

Quanto à recomendação aqui apresentada, o Grupo Municipal do Partido Socialista irá votar contra porque, de facto, aquilo que é apresentado nesta recomendação e sendo uma recomendação é a criação basicamente de mais um imposto (quase que poderemos assim chamar) aos munícipes para ter acesso a mais serviços de saúde. -----

A nossa visão enquanto Partido Socialista separa-nos e é divergente porque, de facto, aquilo que é a nossa visão é apostarmos ainda mais naquilo que é a qualidade do serviço público, ainda mais daquilo que é o serviço prestado aos cidadãos. Exemplo disso, Senhor deputada: nestes seis meses de mandato em que se diz que nada ou pouco nada se fez, está já um milhão de euros de investimento naquilo que são as extensões de saúde e naquilo que é o Centro de Saúde da Covilhã, naquilo que é a definição de estratégia para a Unidade de Saúde Familiar que está em obra, naquilo que é também os investimentos nos equipamentos aos centros de saúde e durante o ano passado também foram feitos alguns investimentos a nível dos carros e de viaturas para conseguirmos prestar o melhor serviço às populações. -----

Aquilo que nos apraz dizer é, mais uma vez, louvar a iniciativa de apresentar documentos a esta Assembleia, mas que iremos votar contra porque o Partido Socialista vê que aquilo que é responsabilidade do Município é uma aposta direta naquilo que são os serviços públicos que estão a ser prestados às populações, não só na cidade, mas em todo o concelho da Covilhã.” -----

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD)** – “Já tive a oportunidade de falar pessoalmente com a Deputada Independente sobre a sua sugestão. Se houve partido aqui que propôs o Cartão Municipal de Saúde foi o PSD, inclusive na campanha eleitoral. É algo que defendemos e explicamos bem e defendemos que é uma ferramenta que pode ser muito útil como complementaridade do SNS e às ofertas que o SNS tem e tentar colmatar as lacunas que a Senhora Deputada identifica na sua proposta. -----

Contudo, propusemos que esse Cartão Municipal de Saúde seja gratuito para todos os munícipes e não traga mais um ônus aos covilhanenses. -----

Nesse sentido, iremos votar contra porque também não estamos a favor de que seja feito de uma forma onerosa aos munícipes da Covilhã. -----

Contudo, somos sensíveis ao conteúdo e estamos obviamente disponíveis para, em conjunto com a Senhora Deputada Independente, trazer uma proposta a esta Assembleia para que faça não só a chegar à Unidade Local de Saúde recomendações no caso aos transportes de doentes ainda com pré-diagnóstico oncológico e também que possamos propor mais uma vez a esta Assembleia e ao Executivo que opte por contratar um Seguro Municipal de Saúde para todos os covilhanenses que é uma ferramenta muito útil para o concelho.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** – “Em relação a esta recomendação sobre o Plano de Saúde, nós discordamos, como é evidente, que a Autarquia caminhe por esse caminho, digamos assim, que faça esse percurso porque a prestação de cuidados compete ao Serviço Nacional de Saúde e não compete à Autarquia. -----

É evidente que todos desejamos o melhor para os nossos concidadãos, mas, à semelhança da nossa posição em relação à transferência de competências para as autarquias, como sabem não concordamos porque essa transferência não é acompanhada com os recursos financeiros necessários e temos aí vários exemplos na área da educação, por exemplo, e na área da saúde as competências delegadas ou transferidas estão no âmbito das instalações, das viaturas, do pessoal operacional. Penso que não devemos caminhar por aí porque é uma competência da Administração Central e devemos exigir à Administração Central que dê resposta às questões que aqui foram colocadas, nomeadamente a questão dos tratamentos e do transporte porque as pessoas têm direito à saúde e esse direito deve ser garantido pela Administração Central. O Serviço Nacional de Saúde é que tem os meios e as competências e o Governo tem os meios financeiros para assegurar que esse serviço seja prestado às populações.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Recomendação – Plano de Saúde Municipal e Apoio ao Transporte para Cuidados de Saúde** foi **rejeitada por maioria com 36 votos contra (PS, PSD, PCP e DMI), 06 votos a favor (MIPP, CHEGA e DMI (Dra. Magna Carla Sousa Lourenço)) e 04 abstenções (CDS-PP e Presidentes das Juntas de Freguesia de Casegas e Cortes do Meio).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos) e Dra. Sónia Isabel Afonso Moura (Vila do Carvalho). -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP)** – “Em nome do MIPP, constatar que, mais uma vez, quando está em causa a saúde das pessoas e a situação, digamos, de dificuldade, em vez de haver uma mobilização dos partidos políticos para apoiar as causas das pessoas, o que assistimos aqui foi mais uma vez uma movimentação política mais baseada em política partidária nacional e

não em política pelas pessoas. Por essa razão, o MIPP está sempre ao lado das pessoas e é importante ter em atenção os movimentos independentes.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** – “A Declaração de Voto do Grupo Municipal do CDS – Partido Popular começa apenas por dizer que mais vale não apresentar documentos que votar contra alguns que são vantajosos para os municípios. -----

Não votámos a favor apenas por uma razão muito concreta e muito objetiva que tem a ver com as competências do Município, da Câmara Municipal, que não podemos escamotear. Aquilo que se propõe aqui é, de facto, uma tentativa para melhorar a situação. É um alerta claro à Câmara Municipal e ao Município para alertar para a situação da saúde no concelho. A competência municipal nesta matéria tem competências específicas, mas tem sobretudo a ver com aquilo que é a inação deste Município no que diz respeito a um órgão fundamental para a definição desta estratégia da saúde que é o Conselho Municipal de Saúde. O Conselho Municipal de Saúde tem competências perfeitamente definidas, perfeitamente estabelecidas para orientar o que é que é a atuação do Município nesta matéria e que eu saiba, até hoje, não houve uma estratégia de saúde municipal onde isto pudesse ser discutido e introduzido. Não há sequer estratégia, nem política de saúde a nível municipal. Não está definida pelo Município e, de facto, esta recomendação deveria ir no sentido de instar a Câmara Municipal a cumprir as suas competências e a pôr em funcionamento o Conselho Municipal de Saúde no concelho da Covilhã que não está a ser feito desde 2022, quando foi apresentado e publicado o Regulamento Municipal para este Conselho Municipal de Saúde.” -----

2.4.12 – Moção – Transportes -----

“1 - Na Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro de 2025 foi aprovada por este órgão uma moção de protesto que salientava a decisão injusta e discriminatória do Executivo no tratamento diferenciado da população do concelho da Covilhã. -----

O Executivo Municipal decidiu reduzir os aumentos iniciais para valores residuais. -----

Salientava-se na moção que “a intervenção da CMC teve por âmbito a concessão da Transdev “Covilhã Mobilidade” (Teixoso, Covilhã, Boidobra, Tortosendo), da qual a CMC é Entidade Gestora.” E que “na área onde a CIM BSE é entidade gestora (por delegação da CMC), que abrange as freguesias do Norte (Vale Formoso/Aldeia de Souto e Verdelhos, Ferro e Peraboa) e Sul do Concelho (Unhais da Serra, Paul, Aldeia de S. Francisco de Assis, Sobral de S. Miguel, S. Jorge da Beira e Corda do Rio - Dominguiso - Barco), não existiu qualquer intervenção municipal na redução dos 20% de aumento da bilhética e passes mensais. -----

A situação anterior, que já era de gritante injustiça, agravou-se em mais de 20% no custo da bilhética e passe. -----

O facto de a CIM das BSE ser entidade gestora, por delegação da CMC, não isenta de responsabilidades a entidade delegante da gestão do serviço de transporte.” -----

A Assembleia Municipal aprovou o seguinte texto: -----

“A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 26 de fevereiro 2025, aprova o presente protesto e exige coerência, justiça, equidade, igualdade de tratamento e imparcialidade nas políticas municipais, onde, entre outros, devem estar presentes os princípios constitucionais da igualdade e da imparcialidade, também referidos no Código do Procedimento Administrativo. --

Recomenda, ainda, que EM TODO O Concelho, no mínimo, se aplique um único passe intermodal, de 30 €, à semelhança do que se pratica nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, tendente para a gratuidade já verificada na Região do Oeste, sem prejuízo dos regimes mais favoráveis já existentes para os jovens estudantes, detentores do cartão social municipal e dos antigos combatentes. -----

2 - Em 29 de dezembro de 2025, com a atual composição, a Assembleia Municipal não aprovou, de forma incompreensível e incoerente, uma moção que procurava reforçar a moção aprovada em Fevereiro de 2025, da qual se transcreve aqui, o texto final das medidas propostas: -----

a) Gratuidade dos transportes para os portadores do cartão social. -----

b) Redução em 50% no valor dos passes sociais dos transportes urbanos. -----

c) Implementação de um passe social não superior a 30 euros nos transportes em geral das freguesias rurais para a Covilhã e vice-versa. -----

d) Recomendar à Câmara Municipal que pondere a revogação da delegação de competências em matéria de transportes à CIM das Beiras e Serra da Estrela e assuma ela essa autoridade. -----

3 – Ora a situação de incoerência, injustiça, iniquidade, desigualdade de tratamento e parcialidade mantém-se na política municipal de transporte, onde, entre outros, deveriam estar presentes os princípios da justiça e equidade e princípios constitucionais da igualdade e da imparcialidade, também referidos no Código do Procedimento Administrativo. -----

4 – Em março de 2026 a Comunidade Intermunicipal da Beira e Serra da Estrela (CIM-BSE) assinou contrato de concessão à empresa Transportes das Beiras e Serra da Estrela que fica com a gestão integral da rede de transportes públicos rodoviários, o que inclui a organização das linhas, horários e tarifários, num total de 9 milhões e seiscentos e oitenta mil euros. Uma rede e uma frota de 120 viaturas. A concessão mereceu contestação da empresa BusVouga. -----

5 – Na concessão, o concelho da Covilhã também está envolvido, nomeadamente os serviços de transporte públicos rodoviários das freguesias do Norte (Vale Formoso/Aldeia de Souto e Verdelhos, Ferro e Peraboa) e Sul do Concelho (Unhais da Serra, Paul, Aldeia de S. Francisco de Assis, Sobral de S. Miguel, S. Jorge da Beira e Corda do Rio - Dominguiso - Barco), mas nada se conhece quanto às linhas, horários e tarifário previsto. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de Abril, decide instar o Executivo Municipal: ----

1 – A informar do que se encontra previsto no contrato da CIM-BSE no que às freguesias acima referidas diz respeito; -----

2 – Que os valores praticados em passes e bilhética seja uniformizado no Concelho, abrangendo nas mesmas condições toda a população, ou seja;

e) Gratuitidade dos transportes para os portadores do cartão social municipal/maiores de 65 para todos os residentes no Concelho; -----

f) Passes dos transportes urbanos e suburbanos de 30 € e igual valor nos transportes em geral das freguesias rurais para a Covilhã e vice-versa. -----

3 – Que se assegure o funcionamento multimodal no transporte público, ou seja, a circulação nos transportes com os mesmos passes, independentemente da concessionária. -----

4 – Que se promova o programa MOBIFLEX (transporte a pedido) já em funcionamento nos Concelhos de Manteigas, Gouveia e Sabugal.” (**Doc.14** proposto pelo Grupo Municipal do PCP) ----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** – “A moção que o PCP apresenta obriga-me a remeter aquilo que foi a intervenção proferida nesta Assembleia em dezembro de inicialmente fazer um pequeno enquadramento àquilo que é, de facto, a prioridade que os transportes têm para o Partido Socialista e que é, para o Partido Socialista, já há muitos anos como uma prioridade e que é também para este atual Executivo, como já foi manifestado nesta Assembleia e em muitos dos momentos da sua ação governativa ao longo destes seis meses. -----

Recordamos que os passes gratuitos para escolas, portanto, a nível escolar, foi implementado pelo Partido Socialista no concelho da Covilhã ainda mesmo antes daquilo que foi uma decisão a nível governamental. -----

Foi com o Partido Socialista que, inicialmente, o passe social estava a compensar em cerca de 50% e que, posteriormente, passou para 75% e, portanto, esta é uma despesa que o Executivo Municipal assume para possibilitar e ajudar as pessoas com passe social a terem acesso a uma rede de transportes. -----

O Partido Socialista sempre e estará sempre de acordo em que se discuta transportes e em que se criem melhores condições. Aquilo que podemos ter também é alguma consciência naquilo que também está a ser apresentado por parte do Grupo Municipal do Partido Comunista que é, de facto, esta questão da total gratuitidade do passe social, o percebermos aquilo que é o impacto financeiro que isto poderá ter ao Município. Estamos a falar que a Covilhã anualmente tem um investimento superior a 2 milhões de euros só nesta questão do passe escolar e do passe social. --

Apesar de ser uma vontade, temos que ter consciência daquilo que também são as limitações orçamentais. -----

Quanto àquilo que é os passes dos transportes suburbanos de 30 €, se o Partido Comunista estiver disposto a retirar este ponto (2.e)) da sua moção, poderemos eventualmente ponderar aquilo que é a nossa posição de voto porque, de facto, a questão dos passes urbanos 30 € é um objetivo do Partido Socialista. Na campanha eleitoral, foi anunciado em diferentes momentos e será certamente e estamos confiantes que o atual Executivo Municipal será capaz de cumprir com este objetivo. -----

Quanto aos restantes pontos, penso que são também pontos que, apesar de estarem na moção, podem ser perfeitamente enquadráveis naquilo que são os pedidos de informação ao Senhor Presidente da Câmara que oportunamente também teremos nesta Assembleia. -----

Em resumo, o Partido Socialista irá votar contra exatamente pela questão que foi exposta. No entanto, como é lógico, acho que é importante saudar também aquilo que é esta apresentação de soluções a nível dos transportes do Município.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** – “É só dizer que esta moção se não for aprovada, vamos continuar porque queremos terminar com esta discriminação que é feita no concelho da Covilhã, do tratamento diferenciado que é feito a quem reside nas freguesias rurais, de quem reside na área urbana. Ou seja, temos uma realidade de passes à volta dos 40 € (o passe normal nos transportes urbanos) e temos, nas freguesias rurais, munícipes que pagam 80 e 120 €. Temos que acabar com isto. Por isso é que falamos em equidade e igualdade de tratamento. -----

Os idosos, os que têm o cartão social na Covilhã, durante todo o mês, transitam todos os dias. Quem reside nas freguesias rurais, só têm direito a doze bilhetes. Portanto, só pode transitar seis dias por mês. Isto é uma discriminação completa, gritante e temos que acabar com ela. Temos de ter a coragem de acabar com isto ou não há soluções? Há soluções, como é evidente. Não há é vontade política, pelo que parece, de acabar com esta discriminação. -----

Até aceito a proposta que o Senhor Deputado faz de deixar cair os 25% do Cartão Social Municipal que já hoje os maiores de 65 beneficiam na Covilhã do valor do passe que é financiado em 75%. Portanto, propomos aqui a gratuitidade para todos. A proposta aparece porque há um novo contrato que foi assinado em março a nível da CIM. Mas agora, também se lê na comunicação social que, em relação aos valores, ao tarifário, nada se diz; em relação aos passes também nada se diz. Pelo menos é dito na entrevista que o *Jornal do Fundão* transcreveu, nada se disse em relação a estes valores. -----

Há todo o interesse na Covilhã, porque existem duas entidades de transportes ou dois sistemas existentes, de darmos aqui alguma coerência e equidade à população que reside no concelho da Covilhã. Portanto, os 30 € parece ser razoável para todos, desde Verdelhos até São Jorge da Beira, e para todos os maiores de 65 também têm o mesmo direito e devem ter o direito, todos aqueles que residem no concelho de Verdelhos a São Jorge da Beira devem ter o mesmo direito. Aliás, até me parece que isto é inconstitucional existirem no mesmo concelho, discriminando pessoas, não assegurando que esse direito seja garantido e seja usufruído pelas pessoas.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Recomendação – Transportes** foi **rejeitada por maioria com 27 votos contra (PS e DMI) e 19 votos a favor (PSD, MIPP, CDS-PP, CHEGA, PCP e DMI (Dra. Magna Carla Sousa Lourenço e os Presidentes das Juntas/Uniãos de Freguesia de Boidobra, Cortes do Meio, Paul, Peso e Unhais da Serra))**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos) e Dra. Sónia Isabel Afonso Moura (Vila do Carvalho). -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** – “Relativamente a esta questão, votei favoravelmente a proposta que aqui foi apresentada, embora como Deputado Municipal independente, representando até uma freguesia que está dentro do circuito urbano de transportes e não tendo a discriminação de que aqui foi colocada. Sinceramente, caros colegas e colegas presidentes de Junta de Freguesia, nomeadamente das zonas rurais e falo-vos diretamente, cara a cara e olhos nos olhos, que é incompreensível que vocês, numa coisa muito concreta de defesa das vossas populações, votem só porque o Partido Socialista levantou a mão e votem contra as vossas populações. É inadmissível.” -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP)** – “Vimos aqui mais uma vez, como na votação anterior, a conjugação estratégica de algumas forças partidárias também a votar contra as pessoas. É importante termos em atenção um fator fundamental: é que todos, mas todos os que estão aqui nesta Assembleia têm declarações feitas em que se queixam do centralismo de Lisboa. Toda a gente se queixa disso, mas depois não assumem o mesmo tipo de declarações quando temos o centralismo do município central da Covilhã, em que temos o esquecimento em relação àquilo que é o interior do interior que são, digamos, as várias freguesias rurais e, portanto, nesse sentido, não poderíamos votar de outra maneira.” -----

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD)** – “O PSD é obviamente a favor. Já o disse em campanha eleitoral que é a favor da revisão da gestão dos transportes do Município. Mais ainda agora, recentemente como o Senhor Deputado disse, e bem, a CIM Beiras e Serra da Estrela assinou um contrato novo de transportes com uma nova empresa, onde reduziu substancialmente o custo de transporte que estava no contrato anterior. Isso também não se vê refletido no atual tarifário e, aliás, ainda não houve sequer comentários a essa potencialidade. E porque também defendemos uma equidade desde sempre de todos os fregueses porque os covilhanenses são todos iguais. Não Há os da cidade e os de fora da cidade. -----

Reforçar que estamos disponíveis, e já dissemos que o íamos fazer, para gerir os transportes do município deve ser pensado de forma a médio prazo e não só em separado e a mais a curto prazo e mais ainda porque somos dos poucos municípios na Comunidade Municipal das Beiras e Serra da Estrela em que o transporte urbano não é feito pela própria CIM. Portanto, até isso pode ser considerado e colocado em questão.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** – “O CDS – Partido Popular votou favoravelmente esta moção apresentada pelo Partido Comunista porque obviamente tem de estar de acordo com aquilo que aqui está e quem vota contra só votou contra porque não leu aquilo que aqui está e a preocupação é que este Executivo perdeu e deixou cair aquilo que é um desafio do PCP, votado aqui por toda a oposição em conjunto, que é instar a Câmara a trabalhar por uma situação melhor

em termos de transportes. Voto contra que esta Câmara informasse esta Assembleia do que é que está a acontecer, o que é que está a ser negociado na CIM. Votou contra que os valores praticados em passes e bilhética sejam uniformizados no concelho, nomeadamente pela gratuidade dos transportes e pelos passes de transportes urbanos a 30 € e igual ao valor dos transportes. Sobretudo votou contra que assegure o funcionamento multimodal do transporte público, ou seja, a circulação de transportes com os mesmos passes, independentemente da concessionária. -----

Por último, uma coisa que tem a ver inclusivamente com aquilo que foi apresentado aqui pela Deputada Municipal Independente, que tanto elogiou e que tanto podia ter votado a favor, que era dizer que se promova o Programa Mobiflex do transporte a pedido quando os doentes precisam. Não sei se teve a oportunidade de ler as moções que foram apresentadas, mas aquilo que aconteceu foi isso. Perderam essa oportunidade e votaram contra aquilo que é, de facto, a favor dos covilhanenses. Isto é a realidade do PS.” -----

- **Enf.ª Sara Correia Fonseca (Erada)** – “Dizer que o 25 de Abril dá-nos liberdade para votar a favor ou para votar contra. Portanto, aqui a liberdade é para os dois lados. Como Presidente da Junta da Freguesia da Erada, uma das freguesias do Sul do concelho que tem uma anexa que dista cerca de 20 km da freguesia, que há mais seguramente de oito anos que não tem transportes públicos, pela primeira vez fomos auscultados para colocar em prática o transporte a pedido. Portanto está justificado e mais do que justificado, o nosso voto a favor.” -----

2.4.13 Moção – Pela Reposição Urgente e Eficaz dos Serviços e Circulação ferroviária na Linha da Beira Baixa -----

--- A presente moção foi apresentada pelo Senhor **Mestre João Pedro Cristóvão Silva (PS)** que iniciou dizendo que, “como é conhecimento geral, a circulação nesta linha foi interrompida a 11 de fevereiro devido aos danos causados ao longo do rio Tejo pelas tempestades que assolaram o nosso país. -----

Após mais de um mês sem resposta, a 16 de março foi implementado um serviço de transbordo ferroviário. Além de tardio, este tem-se revelado insuficiente, excluindo pontos importantes como a Estação de Belmonte. No sentido do Sul, os serviços regionais mantêm-se como antes da interrupção. Já na ligação Covilhã-Guarda, a maioria dos regionais era assegurada pelas composições de intercidades que hoje já não chegam de Lisboa, tendo sido cancelados sem qualquer alternativa. -----

Esta situação é particularmente grave num contexto em que existe o passe ferroviário, instrumento que muitos covilhanenses já não podem utilizar nas suas deslocações para Belmonte, Caria, Maçainhas, Benespera, Barracão e Guarda. -----

O cancelamento sistemático dos serviços regionais Covilhã-Guarda sem qualquer alternativa é um ataque direto à coesão territorial. De que serve existir um passe se não existe comboio? -----

Assim, apela-se que a CP inclua de imediato Belmonte nos transbordos ferroviários e reponha os serviços regionais entre a Covilhã e a Guarda. -----

Apela-se ainda que as Infraestruturas de Portugal e o Governo acompanhem de forma eficaz e próxima as obras de reparação, garantindo que o prazo de reposição da circulação, o final de 2026, seja cumprido sem mais um dia. Que este prazo seja visto como um limite máximo e não como uma conveniência política.” -----

“Desde o passado dia 11 de fevereiro, na sequência de estragos significativos provocados por condições meteorológicas adversas ao longo do rio Tejo, a circulação ferroviária na Linha da Beira Baixa encontra-se severamente condicionada, estando atualmente limitada a comboios regionais no troço entre Castelo Branco e a Guarda. -----

A dimensão dos danos obrigou à suspensão de uma parte substancial dos serviços, prevendo-se que a reposição integral da circulação na linha só seja possível a partir do final de 2026. -----

Esta situação tem vindo a causar graves prejuízos às populações que dependem diariamente desta infraestrutura estruturante de mobilidade. São muitas as pessoas que utilizam a Linha da Beira Baixa para se deslocarem para o trabalho, para estabelecimentos de ensino ou para acederem a serviços essenciais, encontrando-se agora privadas de um meio de transporte fundamental. -----

Acresce a esta realidade o facto de muitos utentes continuarem a pagar o passe ferroviário sem poderem usufruir plenamente do serviço para o qual contribuem, o que agrava ainda mais as assimetrias territoriais do país. Verifica-se uma redução drástica da oferta, o que representa um retrocesso inaceitável na resposta às necessidades das populações do concelho da Covilhã, e da região da Beira Interior em geral. -----

Embora tenha sido, entretanto, implementado um serviço de transbordo rodoviário para os serviços Intercidades, esta resposta revelou-se tardia e, até à data, insuficiente. Para além de não assegurar uma cobertura adequada, verifica-se que muitos dos serviços regionais entre a Covilhã e a Guarda, que eram anteriormente realizados por composições Intercidades, não foram devidamente substituídos. -----

É ainda de lamentar o facto de a estação de Belmonte não ter sido incluída nesta solução de transbordo, o que limita de forma significativa a mobilidade de muitos utilizadores que dependem da ferrovia. -----

Posto isto, a mobilidade ferroviária de serviço regional para sul do concelho da Covilhã está minimamente assegurada. Mas é inaceitável a redução de oferta na direção norte, deixando quem depende deste eixo ferroviário nas suas deslocações regulares entre as estações da Covilhã, Caria, Belmonte-Manteigas, Maçainhas, Benespera, Sabugal – Barracão e Guarda, sem uma alternativa realista e adequada. -----

Apela-se a que não se permita que o Interior seja progressivamente abandonado. A mobilidade é um fator determinante para a fixação de pessoas, para a dinamização económica e para a igualdade de oportunidades. No futuro, a Linha da Beira Baixa deve ser encarada como uma prioridade em termos de manutenção e investimento, de forma a evitar que situações de encerramento tão prolongado voltem a repetir-se. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã pede à CP – Comboios de Portugal, à IP – Infraestruturas de Portugal e, em especial, ao Governo, que tutela o setor ferroviário, respostas rápidas, soluções eficazes e um compromisso claro com a defesa do Interior e da coesão territorial, exigindo desde já

a inclusão de Belmonte na solução temporária de transbordo rodoviário, reposição de todos os serviços regionais entre a Covilhã e a Guarda e um acompanhamento rigoroso das obras de reparação, para que estas decorram da forma mais célere possível.” (Doc.15 proposto pelo Grupo Municipal do PS) -----

--- Foi ainda interveniente a Senhora Deputada **Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (PSD)** que iniciou dizendo que “o Grupo Municipal do PSD partilha da preocupação legítima expressa na moção do Partido Socialista relativamente aos prejuízos causados às populações da Covilhã, Caria, Belmonte, Manteigas, Maçainhas, Benespera, Sabugal, Barracão e Guarda, pela interrupção da circulação da Linha da Beira Baixa. -----

A mobilidade ferroviária é fundamental para o dia-a-dia de muitas famílias, para o acesso ao trabalho, à educação e aos serviços essenciais. -----

A derrocada provocada pelas intempéries de fevereiro foi uma situação de força maior com danos significativos junto ao Rio Tejo. Saliento o trabalho sério das Infraestruturas de Portugal, a suspensão imediata por razões de segurança, as inspeções, as sondagens e a adoção de uma solução técnica inovadora com a gestão e microestacas face à in navegabilidade do rio Tejo. -----

Já foram ativados comboios regionais no troço Castelo Branco-Guarda e implementado serviço de transbordo rodoviário pela CP para os Intercidades. -----

Reconhecemos que a resposta inicial foi tardia em alguns aspetos e que ainda existem insuficiências, nomeadamente na cobertura do troço Norte e na inclusão da Estação de Belmonte.

Neste sentido, saúdo o facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte já ter sido contactado pelas entidades competentes, precisamente para resolver a inclusão de Belmonte nos serviços de transbordo rodoviário. Esta é uma medida concreta e positiva que responde diretamente a uma das principais queixas da moção. -----

O calendário oficial aponta para a reabertura integral da linha até ao final de 2026. Entretanto, o plano passa por reforçar as alternativas de mobilidade, melhorar o transbordo e acompanhar rigorosamente as obras. -----

Face à moção do PS, reafirmamos o compromisso com a reposição plena dos serviços regionais entre Covilhã e Guarda, após a reabertura, sem alterações permanentes na oferta que prejudiquem a região. -----

Apelamos a que, em vez de confrontos, façamos uma cobrança unida e construtiva ao Governo, à I.P. e à ACP para que a linha regresse o mais breve possível, mais robusta e que o interior continue a ser prioridade em matéria de coesão territorial.” -----

--- Colocada à votação, a presente ***Moção – Pela Reposição Urgente e Eficaz dos Serviços e Circulação Ferroviária na Linha da Beira Baixa*** foi ***aprovada por maioria com 41 votos a favor (PS, MIPP, CDS-PP, CHEGA, PCP e DMI (Dra. Magna Carla Sousa Lourenço e os Presidentes das***

Juntas/União de Freguesia) e 07 votos contra (PSD e Presidentes das Juntas de Freguesia do Paul e do Peso). -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** – “O CDS – Partido Popular vota favoravelmente esta moção porque tem vergonha na cara e, portanto, não tem capacidade e para nós não há copos meio cheios, nem meios vazios conforme estamos na posição ou na oposição. -----

Para nós, estes são desafios e exigências que têm de ser feitos à governação e, tal qual aconteceu anteriormente, o CDS – Partido Popular será parte da solução e será parte sempre da defesa dos interesses das populações do interior mesmo que seja contra o nosso governo. -----

Iremos fazer chegar, mais uma vez porque já chegou de outras formas, a nossa preocupação exatamente pela reposição da linha da Beira Baixa o mais rápido possível. -----

Sei que isto é um desafio ao Governo. É o mesmo desafio que foi lançado à Câmara e que o vosso PS vota contra. Este é o mesmo desafio que se deveria votar favoravelmente sempre em favor do que são as populações do interior e do nosso concelho. -----

Por isso, as populações e os covilhanenses poderão sempre contar com o partido CDS – Partido Popular na defesa dos seus interesses.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso)** – “A Junta de Freguesia do Peso votou contra a moção apresentada pelo Partido Socialista simplesmente porque sabemos que estavam a decorrer as obras para a reposição da linha e as obras não se fazem de hoje para amanhã. Se fossem de hoje para amanhã o TCT estava todo alcatroado e a Rua Santa Maria Madalena também.” -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP)** – “Em nome do MIPP, referir que o que estaríamos à espera não era não só da reparação daquilo que foi destruído que, no fundo, foi destruído por uma questão de não estar a ser bem recuperado quando houve a recuperação da linha da Beira Baixa, mas o que gostaríamos era que além da recuperação houvesse, digamos, uma perspetiva de futuro e que não continuássemos a olhar para a linha da Beira Baixa como um desvio que foi precisamente aquilo que ela funcionou durante cerca de dois ou três anos quando a linha da Beira Alta esteve interrompida por obras. -----

Portanto, o que queríamos era exatamente isto. E mais. Gostaríamos que tivesse sido implementado o sistema de metro de superfície entre Belmonte, Covilhã, Fundão e, eventualmente, com outras extensões e seria importante pensar hoje o que seria das pessoas que tinham comprado casa, pensado a sua vida, o seu trabalho, a utilizar essa ligação se esse sistema hoje estivesse a funcionar quando as Infraestruturas de Portugal depois não conseguiam providenciar, digamos, a infraestrutura de base. E era por essa razão.” -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do MIPP indicou para discussão o tema “*Visão 360º*” e o Grupo Municipal da PS o tema “*Emprego e Empreendedorismo na Covilhã*”. -----

--- O Deputado Municipal **Rui Paulo da Silva Rosa (MIPP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte apresentação do tema “*Visão 360º*”: -----

“É com sentido de responsabilidade e profundo respeito por esta Assembleia que apresentamos hoje o projeto “*Visão 360 º*” – uma iniciativa que não surge por acaso, nem de forma isolada, mas que resulta de um compromisso claro assumido com a população. -----

Este projeto integra, desde a sua génese, o Compromisso Eleitoral do MIPP, apresentado aos cidadãos com transparência, ambição e, acima de tudo, com a convicção de que é possível fazer mais e melhor pela nossa comunidade. -----

Não estamos, por isso, perante uma ideia avulsa, mas sim perante a concretização de uma visão estratégica, pensada de forma global, integrada e orientada para resultados. -----

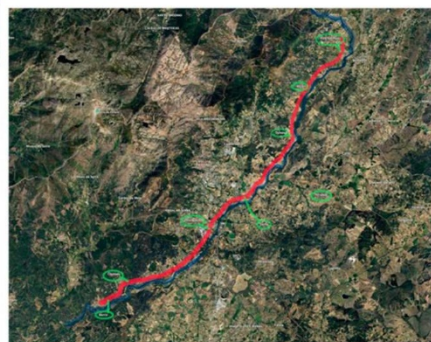
A *Visão 360 º* representa precisamente isso: uma abordagem abrangente aos desafios do nosso concelho olhando para o território, para as pessoas, para a economia e para o futuro com uma perspetiva completa, sem deixar ninguém para trás e sem ignorar nenhuma dimensão essencial do desenvolvimento local. -----



Hoje, mais do que apresentar um projeto, apresentamos um caminho. -----

A Covilhã precisa de uma visão integrada de desenvolvimento. -----

A nossa visão estratégica olha para o território de forma completa: economia, ambiente, mobilidade, turismo, educação, qualidade de vida e coesão Social, que não queremos que seja só a nossa. -----



Vamos agora olhar para um dos projetos complementar, mas de igual modo estruturante desta Visão: -----

O Corredor Verde do Zêzere que, em paralelo, deverá ser complementado com uma via rodoviária estruturante (este um outro projeto), com traçado de autoestrada, e que ligará o Sul ao Norte do concelho, promovendo assim o desenvolvimento territorial da grande Covilhã e diminuindo, em cerca de 15 minutos, a ligação entre os dois pontos mais distantes, para além de tornar cada deslocação mais segura. -----



O Zêzere é um dos maiores ativos naturais do concelho da Covilhã. -----

A ligação entre o Barco e Vale Formoso tem um enorme potencial paisagístico, ambiental e turístico que está hoje pouco aproveitado. -----

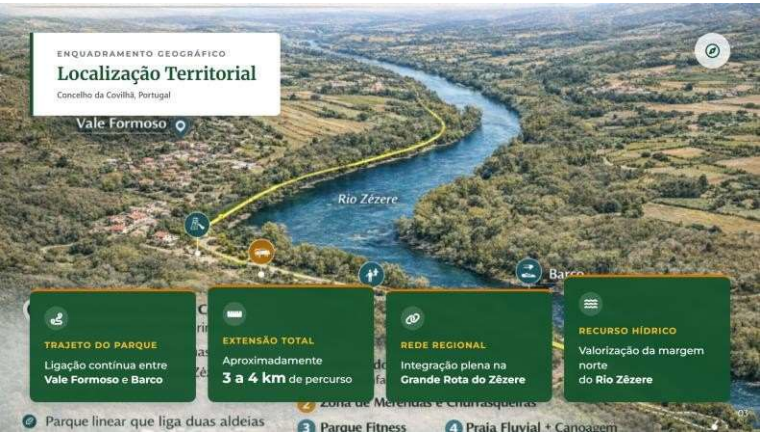
Este projeto pretende transformar esta zona num espaço estruturado de lazer, natureza e mobilidade suave que se complementar­á com a conjugação ao interior das outras freguesias. -----



O Corredor Verde do Zêzere é um projeto de Recuperação Ambiental, com Coesão Territorial, Mobilidade Suave e Turismo de Natureza. -----

O objetivo é criar um espaço contínuo de natureza, lazer e mobilidade sustentável acessível a residentes e visitantes. -----

É um projeto que promove qualidade de vida, atrai turismo sustentável e valoriza o território. -----



A ideia central é simples: transformar a frente ribeirinha do Zêzere num espaço vivo, acessível e integrado na paisagem natural. -----



O projeto organiza-se em diferentes componentes funcionais que respondem a vários usos do espaço, construído por módulos, mais ou menos semelhantes, ou não, que permitem construir este projeto no tempo e conforme o lugar a implementar. -----



Cada módulo do Corredor Verde pode organizar-se, por exemplo, em cinco zonas principais: -----

1. A entrada do Parque propriamente dito -----
2. A Zona de Merendas e Lazer -----

3. Um Parque de *Fitness Outdoor* -----
4. Uma Praia Fluvial e Náutica -----
5. Uma Zona Natural e um Observatório, aproveitando a outra margem contrária do rio -----

Cada zona responde a diferentes formas de utilização do espaço: lazer, atividade física, natureza, turismo ou outra. -----

O objetivo é garantir diversidade de experiências ao longo do percurso. -----



Este projeto permite total flexibilidade. -----

Na implementação de cada módulo e deixem-me dizer que podem ser construídos os módulos que forem entendidos (um, dois, três, quatro, cinco) ao longo de todo o percurso e isto, obviamente, no tempo, pode ser adaptado à realidade do local ou à diversidade das ideias. -----

Deixamos aqui um exemplo de implementação no terreno para um módulo de cinco zonas. -----



Este projeto tem impactos claros em quatro dimensões: ambiental, social, económico e territorial.

Ambientalmente, protege e valoriza o ecossistema ribeirinho. -----

Socialmente, cria espaços de convívio e atividades ao ar livre. -----

Economicamente, dinamiza o turismo e as atividades locais. -----

Territorialmente, reforça a ligação entre freguesias e outras zonas do concelho. -----



O investimento previsto situa-se entre os 2,5 e 3 milhões €. -----

Este valor inclui infraestruturas de mobilidade suave, valorização paisagística, zonas de lazer e equipamentos. -----

É um investimento estruturante para o território e com elevado retorno social e turístico. -----



Como nada se faz sem dinheiro, deixamos possíveis soluções. Este é um projeto com forte potencial de financiamento europeu. Programas como o Portugal 2030, o PRR ou os Fundos Ambientais podem apoiar entre 60% e 85% do investimento. Isto significa que é possível concretizar o projeto com um esforço financeiro municipal bastante reduzido. -----



O calendário de discussão pode ser estruturado em três fases: -----

- 1.^a Estudos e candidatura e depois, obviamente, o financiamento; -----
- 2.^a Concurso público e início de obra; -----
- 3.^a Conclusão do Corredor e a abertura ao público. -----



Ligar Pessoas, Valorizar a Natureza, Unir o Território – O Corredor Verde do Zêzere é mais do que uma obra. É um projeto que liga pessoas, valoriza a natureza e reforça a identidade do território. É um investimento na qualidade de vida, no turismo sustentável e no futuro do concelho e que a todos os partidos, a todas as forças partidárias, a todos os independentes, a todos os Senhores Presidentes de Junta se unam a nós. -----

Esta é a nossa visão. Não tem que ser esta a visão, mas todos devemos contribuir para que, nos próximos anos, a nossa cidade e o nosso concelho possa pensar definitivamente o nosso futuro, o futuro das nossas gerações.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** – “Agradecer ao Movimento por fazer aqui uma visão diferente e também um projeto necessário. É evidente que só podemos estar de acordo com esta perspetiva, sendo que a *Visão 360º* possibilita também que os próprios serviços municipais possam

ter um serviço de qualidade junto dos cidadãos, mais transparência, eficiência, mais eficácia no serviço a prestar pela Câmara Municipal e também permite a possibilidade de uma avaliação. -----

Quando este tema foi colocado – Visão 360º – procurámos saber e conhecer um bocado o que é que isso envolvia e é evidente que existem hoje páginas de vários municípios que são diferenciados, melhorados e que permitem outras funcionalidades e uma interação digital entre quem decide e quem é objeto dessa decisão. Portanto, os cidadãos podem, de facto, interagir e intervir com maior eficácia, com maior propriedade, dando a possibilidade de uma maior participação. -----

Esta questão do *Corredor Verde do Zêzere* é uma reflexão que tem sido realizada até por várias pessoas. A Freguesia da Boidobra tem apresentado, ao longo dos anos, essa possibilidade de a freguesia e também o concelho se virar para o aproveitamento desta linha de água e verificamos que em vários concelhos do país tem sido esse o objetivo. No fundo, aproveitar os recursos humanos, como aqui foi bem apresentado em relação àquilo que se pretende de Vale Formoso ao Barco. Existem potencialidades que é possível aproveitar nas diferentes vertentes. -----

Penso que é uma visão e um objetivo que deve, digamos, transformar-se como um objetivo prioritário a desenvolver pela Câmara Municipal, possibilitando também, como é evidente, a captação e o financiamento de verbas comunitárias. -----

Portanto, estamos de acordo. Dar os parabéns a esta iniciativa e a esta proposta.” -----

- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CHEGA)** – “Quando falamos numa visão 360º para a Covilhã, falamos num olhar para o concelho como um todo: território, pessoas, economia, serviços públicos, segurança, identidade e futuro. -----

A Covilhã vive hoje um paradoxo claro. Tem potencial extraordinário, mas resultados medíocres. Tem património histórico único, uma universidade de referência, paisagem e recursos naturais invejáveis, tradição industrial, localização estratégica na Beira Interior e, no entanto, continuamos a perder população, a envelhecer rapidamente, a ter comércio a fechar, ruas desertas, freguesias esquecidas e uma dependência crónica do emprego público e da universidade como quase únicos motores económicos. -----

Uma visão 360º começa por assumir isto com frontalidade. Não podemos continuar a governar a Covilhã como se estivéssemos nos anos 90. O modelo esgotou-se. O concelho precisa de uma rutura com a lógica de gestão acomodada de projetos anunciados que nunca chegam hoje aqui apresentados, de obras que não resolvem problemas estruturais e de decisões que parecem servir mais a máquina política do que os covilhanenses. -----

A Covilhã precisa, antes de mais, de ordem, rigor e prioridades claras. -----

Precisa de fixar pessoas. Não há estratégia possível sem população. Os jovens saem porque não há emprego qualificado, porque a habitação é cara para os rendimentos locais, porque não veem futuro. -----

É urgente criar condições reais para atrair investimento privado, reduzir a burocracia municipal, facilitar licenças, apoiar quem quer abrir negócio e não tratar o empreendedor como suspeito. ----

Precisa valorizar as freguesias e o mundo rural. Como, e muito bem vimos aqui neste projeto, uma visão 360º não pode ser uma visão centrada apenas na cidade. Há localidades no concelho que vivem num abandono silencioso, falta de serviços, transportes, manutenção, apoios aos idosos. --

A coesão territorial não se faz com discursos. Precisa de segurança, civismo e espaço público cuidado. Precisa ainda de gestão financeira transparente e responsável, identidade e orgulho local.

A Covilhã não precisa de mais discursos otimistas. Precisa de decisões firmes, de exigência e de gestão política, de respeito pelos contribuintes e de políticas que coloquem os covilhanenses em primeiro lugar. -----

Se não mudarmos o rumo, continuaremos a assistir lentamente aos esvaziamentos do concelho. Se tivermos a coragem de mudar, a Covilhã tem todas as condições para voltar a ser um polo vivo, dinâmico e atrativo no interior do país. -----

A Covilhã é nossa e o tempo de agir é agora.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** – “Antes de mais, um grande bem-haja ao Movimento Independente Pelas Pessoas pelo excelente trabalho e pela proposta que trouxe à discussão. Encaramo-la de uma forma séria. Não nos rimos. Não brincámos com o trabalho que fizeram. Agradecemos-lo e acho que esta proposta deve ser entendida como um desafio por aquele que tem poder e que tenha a capacidade de implementar, de alguma maneira, este tipo de estratégia ou este tipo de planos e de projetos. -----

Aquilo que aqui falta e que, se calhar, é preciso efetivamente entendermos, é encarmos aquilo que é o Zêzere como um dos grandes desafios. Aliás, se calhar, o maior desafio ambiental do concelho da Covilhã. -----

Toda a gente fala do Diamante por lapidar que é a Serra da Estrela, mas ninguém fala do Zêzere e o Zêzere, de facto, é a grande autoestrada para chegarmos ao litoral não em termos de transportes, mas em termos de captação de pessoas. -----

Acho que é preciso olharmos para o Zêzere como ele deve ser visto. É desesperante hoje olhar aquelas margens maltratadas, por limpar, a não ter acesso ao Zêzere e nos poucos sítios onde se tem acesso, como é o caso da Boidobra, muitas das vezes não conseguimos lá estar bem porque os cheiros que estão ali à volta não são os melhores. -----

Portanto, é preciso termos esta capacidade de saber e lançar mais uma vez um desafio àquilo que é a definição estratégica do concelho. Projetos há. Propostas há. Basta querer ouvir e basta querer implementar Senhor Presidente da Câmara. Acho que é por aqui que temos claramente que olhar. Isto é, de facto, algo que deve ser visto e estará claramente dentro do que o CDS pode apoiar em termos de uma visão estratégica para o futuro. Não é só falar da Grande Rota do Zêzere, é fazer aquilo que nos diz respeito a nós na Covilhã. Na Covilhã temos duas margens do Zêzere e, portanto, é tratar do Zêzere como ele, de facto, merece.” -----

- **Dra. Ana Maria Puebla Simões (PSD)** – “Quando na Ordem de Trabalhos li que a intervenção do MIPP iria focar a Covilhã 360º, confesso-vos que esperei uma visão completa, uma leitura clara do passado, do presente, um rumo para o futuro. -----

Imaginei um olhar conjunto, como um *drone* sobrevoando o nosso concelho, capaz de revelar com clareza a obra que realmente foi realizada ao longo das últimas décadas. E o que vemos? Vemos uma cidade que cresceu, que se expandiu para o vale, que integrou o Canhoso, a Boidobra, o Tortosendo formando a Grande Covilhã, sem esquecer as outras freguesias. -----

Vemos o saneamento básico e água canalizada em todo o concelho. Vemos investimento no desporto com o Complexo Desportivo, com os pavilhões e equipamentos nas diversas freguesias. Vemos piscinas, praias fluviais e ribeiras recuperadas. Vemos espaços verdes cuidados. Vemos equipamentos culturais, escolas, bibliotecas e auditórios, como este onde nos encontramos hoje, que promovem a educação e a cultura. Vemos a substituição de estruturas precárias por edifícios dignos com soluções integradas de estacionamento. Vemos políticas de habitação que permitiram realojar cerca de 700 famílias em bairros como a Biquinha, Nogueira, Alâmpada e no Cabeço. -----

Chamar “guetos”, como a Senhora Deputada do Partido Socialista se referiu na última Assembleia, é no mínimo redutor. São comunidades, são pessoas, são vidas que melhoraram e isso não deve ser desvalorizado. Tudo tem o seu tempo: o tempo de adaptação e da aceitação social. -----

Vemos um plano de mobilidade e pontes que aproximam bairros, freguesias e até concelhos. Vemos ainda um concelho com melhor rede de acessibilidades, onde o eixo TCT e outras infraestruturas rodoviárias reforçaram a ligação entre freguesias e concelhos e vemos uma visão de futuro – uma verdadeira autoestrada digital que liga a Covilhã ao resto do mundo, através do *Data Center*. -----

Tudo isto não aconteceu por acaso. Foi resultado de uma estratégia, de uma liderança e de um tempo político concreto: foi o tempo do PSD. Foi o tempo em que a Covilhã se afirmou, se estruturou e se preparou para o futuro. -----

Perante isto, a pergunta impõe-se de forma clara e direta: que marcas deixou, nestes 12 anos, a governação do Partido Socialista na Câmara?” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** – “Antes de ir ao ponto do debate, permita-me fazer só aqui uma breve saudação porque não tive oportunidade de, de facto, saudar a eleição de um covilhanense como Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMBSE. É para nós, Partido Socialista, e especialmente sendo o Deputado Nuno Fazenda também o Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM, um motivo de orgulho enquanto covilhanenses, apesar daquilo que chegou e que tenho de informação de outros municípios de que não foi a vontade de alguns dos representantes da Covilhã. A ser verdade é algo que nos deve entristecer porque, estando lá fora, devemos estar unidos em representação da Covilhã e unidos em defender aquilo que são os interesses da Covilhã. -----

Posto isto, ao debate. Em primeira instância, como é evidente, saudar a apresentação aqui feita. Entendo que, de facto, a apresentação que é aqui feita é centrada na valorização daquilo que é o Rio Zêzere. -----

O Rio Zêzere, também já aqui foi dito há pouco, é um dos maiores patrimónios naturais que temos dentro do concelho da Covilhã. Tem a particularidade de quase atravessar todas as freguesias do

concelho e que, por isso, deveremos também ter uma visão a longo prazo sobre a sua sustentabilidade, sobre o seu aproveitamento turístico, sobre aquilo que é o seu potencial. -----

Antes de ir aqui a algumas ações ditas que utiliza, em alguns momentos, a palavra “estratégia”. A “estratégia” já foi aqui muitas vezes utilizada nesta Assembleia diria que quase como um chavão porque quando há pouco ouvimos intervenções em que fala sobre os populismos e aquilo que é o crescente do populismo, o populismo também cresce sobre chavões como a palavra “estratégia” quando não são sustentados em argumentos e propostas, sejam elas diferentes, concordantes ou divergentes, sobre algo de concreto que podemos apresentar às pessoas. -----

Portanto, falarmos de “estratégia” por estratégia serve de muito pouco e só alimenta aquilo que é o populismo porque são esses chavões que depois levam as pessoas a acreditar no nada. -----

Sobre aquilo que é aqui apresentado, do ponto de vista técnico há aqui uma questão. Tenho que salientar que a questão do PRR é apresentado como potencial fonte de financiamento e, neste momento, não me parece ser exequível, mas há aqui dois ou três pontos, quanto à bancada do Partido Socialista, que são importantes de salientar: -----

- O primeiro que visa as infraestruturas macro – É sabido que, se tem sido uma luta desta Assembleia, o Partido Socialista tem-se batido muito por aquilo que é uma infraestrutura central na valorização mais da margem da zona Sul do concelho que é o IC6 e esse ser, inclusivamente já foi aqui falado, negligenciado e escondido dentro daquilo que é o Plano de Revitalização que estava previsto fazer, pelo menos algum trabalho, que o PSD não local, mas a nível nacional, continua a negligenciar para que a sua execução vá efetivamente para a frente. -----
- Depois existem duas infraestruturas que ou existem e têm que ser valorizadas, e que entendemos dever ser esse o caminho, que vai de encontro à avaliação do Rio Zêzere, nomeadamente a Grande Rota do Zêzere que é uma infraestrutura que existe, que deveremos ter isso como ponto de partida para o desenvolvimento daquilo que é o Rio Zêzere e também recentemente, já foi abordado no mandato passado e tem vindo a público algumas notícias recentes, sobre aquilo que é esta sonata e com projeto privado em que o Município da Covilhã também está, de alguma forma, a promover a sua instalação que visa a valorização do Rio Zêzere. -----

Quanto àquilo que é a essência do debate aqui apresentado, estamos plenamente de acordo de que existe a necessidade da valorização do Rio Zêzere como polo de atracção turístico, como polo de desenvolvimento e de fixação de pessoas porque também aqui vamos procurar outro tipo de pessoas ou outro tipo de públicos que possam vir para a Covilhã e com isto, como é lógico, fazer crescer de uma forma quase que longitudinal todo aquilo que é o nosso concelho da Covilhã. -----

Depois não resisto à provocação da Senhora Deputada do PSD. Se não sabe o que foi feito nos últimos 12 anos que o Partido Socialista governou a Câmara Municipal da Covilhã, é porque não viveu na Covilhã. Se quer falar de Cultura, fale-me do Teatro Municipal. Quem é que o instalou? Se quer falar de instalações desportivas, fale-me de quem é que fez a requalificação do Inatel. Se quer falar naquilo que é o desenvolvimento económico e crescimento que já aqui foi abordado, fale-me quem é que governou a Câmara Municipal nos últimos 12 anos e aquilo que, certamente, serão os resultados que queremos para o futuro.” -----

- **Rui Paulo da Silva Rosa (MIPP)** – “Em nome do Grupo Municipal do MIPP, apenas queremos deixar esta ideia base. -----

Este projeto é como um livro que acaba de ser lançado. Um livro quando é lançado por um autor, a partir do momento em que os leitores o leiam, deixa de ser do autor e passa a ser de quem o lê também. -----

A nossa visão deste projeto, desta visão estratégica, desta visão global 360º é exatamente isso. É despertar as mentes porque todos queremos o melhor para a Covilhã e para o concelho e estamos fartos de politiquices. Hoje viemos aqui demonstrar que é possível fazer política sem fazer politiquice, ou seja, apresentar uma visão estratégica para o futuro da Covilhã e do concelho com dados certos e concretos, baseado na realidade de forma a que, a partir de hoje e ficaríamos muito felizes que assim fosse, todos possamos fazer progredir esta ideia e fazer alguma coisa de concreto no terreno. É fácil porque, como apresentámos, este projeto pode ser construído por módulos o que, financeiramente, torna a obra perfeitamente exequível. Haja a vontade de a fazer. -----

O desafio que deixamos a todos os grupos municipais, a todos os deputados, à Câmara Municipal principalmente, é que todos juntos possamos olhar não só para 1 ano, não só para 2, não só para 10, mas para 30 anos e o objetivo deste projeto é exatamente isso. Não é para construir amanhã. É para construir durante vários mandatos. -----

Temos a certeza que, efetivamente, se todos olharem para este projeto com olhos de ver, a realidade da Covilhã e do concelho nos próximos 30 anos vai ser completamente diferente.” -----

--- O Deputado Municipal **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)** fez a seguinte apresentação do tema “*Emprego e Empreendedorismo na Covilhã*”. -----

“Trazemos hoje a este plenário o tema do emprego e empreendedorismo e fazemo-lo não é por acaso, mas porque a Covilhã atravessa um momento de afirmação estratégica que exige a nossa atenção e o nosso compromisso coletivo. -----

Recentemente, a nossa cidade foi palco da segunda edição da *Covilhã Inov Summit*, um evento que reuniu mais de 400 participantes e dezenas de especialistas para desenhar a economia do futuro. O que ali se viu não se limitou apenas a um fórum de debate. Foi uma prova viva de que a Covilhã, nas palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal e cito “*sabe que o futuro não se espera. Desenha-se, constrói-se e tece com audácia e trabalho.*” -----

A Covilhã é hoje, no nosso entender, o verdadeiro centro económico da região. Recusamos terminantemente a narrativa de que o interior é uma fatalidade e os números falam por nós. Somos um motor de emprego regional com 14.000 postos de trabalhos qualificados e apresentamos uma balança comercial positiva que acrescenta valor real à economia nacional. -----

Estamos a viver um paralelismo identitário fascinante. Da mesma forma que a nossa história foi marcada pela vanguarda da revolução industrial têxtil, hoje a Covilhã inova nos algoritmos, na medicina, biotecnologia, inteligência artificial, economia de dados, transição digital e verde. A

reindustrialização já não é uma miragem assim tão longínqua. Está a acontecer agora e bem alicerçada numa ligação entre o Município e a nossa Universidade da Beira Interior. -----

Este caminho da inovação é a mais poderosa ferramenta para transformar o temporário em residente, para que os jovens que nascem na Covilhã e os muitos que para cá vêm estudar encontrem aqui as condições para construir o seu projeto de vida. Este desígnio só é possível se estiver alicerçado numa visão estratégica abrangente e de longo prazo. -----

A Zona Livre Tecnológica da Covilhã, que tem sido amplamente falada, um espaço onde a ciência se transforma em exportação, é um excelente exemplo da ambição, da coragem e da dinâmica com que o Executivo Municipal olha para esta matéria. -----

No entanto, é fundamental reafirmar o compromisso de todas e de todos. Ninguém pode ficar para trás, desde o comércio local às indústrias tradicionais, garantindo que a inovação é inclusiva e que ninguém é esquecido nesta transição. Um pequeno parêntesis nesta parte: é importante realçar também o investimento feito nos bairros comerciais digitais que trabalha precisamente esta matéria. -----

Sabemos que há desafios e para que a Covilhã continue a crescer precisamos, como já aqui foi mencionado, que o Estado Central também acompanhe a nossa audácia, como foi justamente reivindicado perante o Governo na sessão de encerramento desta segunda *Inov Summit*. -----

A Covilhã tem todas as condições para acolher a grande zona industrial da região e é fundamental para isto avançar com intervenções necessárias nas infraestruturas que, em boa verdade, chegam com décadas de atraso, nomeadamente o IC6 em direção a Coimbra e também a modernização da ferrovia para reduzir distâncias entre o interior e a capital. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não podemos aceitar que o dinamismo dos nossos empresários, o talento dos nossos jovens ou a escolha da Covilhã para construir o seu projeto de vida sejam travados por falta de investimento estrutural externo, sobretudo numa fase em que o desenvolvimento tecnológico acontece a uma velocidade estonteante e se aumentam de forma exponencial as assimetrias territoriais. -----

Como já foi dito e bem, a Covilhã está pronta. Temos a tradição, condições, qualidade de vida, talento e o dinamismo dos nossos empresários. A evidência destes factos encontra-se também nas palavras do Presidente da *Startup Portugal*, Alexandre Teixeira dos Santos, ao mencionar o facto de a Covilhã constar no top 20 de cidades de *startups*. -----

Para terminar, quero deixar esta ideia bem patente: este debate não deve ser um palco de lamentações, mas uma plataforma de ação. Esta edição terminou e o verdadeiro desafio começa agora no qual todos nós podemos e devemos dar o nosso contributo para aumentar esta capacidade de transformar a massa crítica em progresso concreto. -----

Estamos convictos de que este é o caminho, um caminho de inovação que honra e respeita o nosso passado e que pretende conquistar e trabalhar o futuro.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** – “Ao contrário do tema anterior em que se acrescentou e que se procurou criar ou introduzir aqui uma nova ideia, um novo projeto, o PS trouxe aqui um bocado a divulgação, mais ao nível da propaganda e da afirmação, do trabalho ou do não trabalho que se faz. -----

É evidente que é sempre importante também valorizar o que se faz. O encontro *Innov Summit* foi uma realidade. Fez-se de facto. Existe, na nossa sociedade, uma transformação de paradigma mesmo na nossa cidade, ao nível do tipo de produção que se faz hoje, do tipo de emprego que temos. Aliás, verificamos algumas dificuldades, por exemplo, no setor têxtil. Existem, de facto, empresas a crescer no âmbito digital, no âmbito das novas tecnologias. É sempre positivo, mas também é necessário que a Câmara Municipal continue a dar o apoio às novas empresas, procurar utilizar aquilo que temos – a *Parkurbis* – no sentido de se aprofundar o investimento com base tecnológica, potencializar todo o apoio que é importante dar a esse nível. -----

É evidente que isso tem reflexo hoje em vários setores na saúde, na educação e é evidente na qualidade. Mas a qualidade e o desenvolvimento não se fazem só de infraestruturas, não se fazem só de inovação porque, para existir desenvolvimento, é necessário apostar também nos recursos humanos quer na sua formação, quer na sua valorização. -----

Portanto, não basta ter empresas com um forte valor acrescentado se quem trabalha nessas empresas continua a ganhar o salário mínimo nacional. O crescimento tecnológico deve ser acompanhado também pela valorização das pessoas e, como é evidente, pela reivindicação das infraestruturas que a nossa região carece.” -----

- **Francisco José das Neves Farias (CHEGA)** – “Falar de emprego na Covilhã é falar do futuro do concelho e falar de empreendedorismo é falar da nossa capacidade de deixar de depender e passar a criar. Criar riqueza é criar trabalho, criar oportunidades para que os nossos jovens não tenham de sair para procurar lá fora aquilo que deveria existir. -----

A Covilhã tem muito ativos que muitos territórios invejam: Universidade da Beira Interior, conhecimento científico, tradição industrial, localização estratégica e custos competitivos. O problema não é falta de potencial. O problema é a falta de execução. É falta de visão executiva, simplificação administrativa e prioridade política ao sector produtivo. -----

Hoje, quem quiser investir na Covilhã enfrenta um labirinto burocrático, tempos de resposta incompatíveis com a economia real e a ausência de um verdadeiro balcão único municipal para o investidor. -----

O Município tem de assumir uma postura clara. Quem quer criar emprego deve encontrar portas abertas, processos rápidos e previsibilidade. É aqui que a nossa visão tem três eixos consecutivos:

- 1º Simplificação radical – Redução de taxas municipais para novas empresas, prazos máximos vinculativos para licenciamentos e a criação do Gabinete Municipal de Apoio ao Empreendedor que acompanhe do primeiro dia até à abertura das portas; -----
- 2º Ligação real entre o ensino e o tecido económico – A Universidade da Beira Interior não pode ser apenas um polo formador que exporta talento. Tem de ser um motor de

incubação empresarial, transferência de tecnologia, *startups* de fixação de quadros qualificados no concelho. O Município deve promover protocolos ativos, não protocolares;

3º Reindustrialização inteligente – A Covilhã tem *ADN* industrial. Deve atrair indústrias transformadoras a LED, tecnologia, economia digital, energias, agroindústria de valor acrescentado. Para isso, é preciso disponibilizar áreas industriais preparadas com infraestruturas prontas, preços competitivos e promoção ativa do território junto de investidores nacionais e estrangeiros. -----

Mas há uma questão essencial: emprego digno. Não nos basta qualquer emprego. Precisamos de empregos qualificados, estáveis e que venham as famílias viver na Covilhã com dignidade para combater a desertificação, dinamizar o comércio local e reforçar a coesão social. -----

A Covilhã não precisa de discursos sobre potencial. Precisa de decisões que libertem esse potencial. Se queremos um concelho com futuro, temos de colocar o emprego e o empreendedorismo no centro da política municipal, não como retórica, mas como prioridade operacional.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** – “Efetivamente, não poderia deixar de estar mais de acordo com o meu colega do Partido Comunista, apesar de nem sempre estamos de acordo, mas sobre o que é que é a visão desta Câmara sobre debates municipais e deste PS. O que é que são debates municipais? -----

Vamos começar pelo princípio. Vamos dar os parabéns à Câmara e à Universidade da Beira Interior pelo *Innov Summit*. Era isso que queriam fazer. Tinham feito uma moção de louvor e discutíamos a *Innov Summit*. Era outra coisa. Discutir num debate municipal sobre emprego e empreendedorismo para promovermos aquilo que já fizemos é a vossa opção, não é a minha. -----

É preciso percebermos duas coisas. Acompanhei o *Summit*. Não, não estive lá fisicamente, mas, felizmente graças às transmissões *online* (nem todos os órgãos municipais tem essa possibilidade de acompanhar os trabalhos, tive a oportunidade de ver o que é que são propostas e o que é que são visões para este concelho e para o país. -----

Volto a falar de estratégia ou de ausência dela e não é uma questão de populismo, como querem aqui fazer passar. Populismo é confundir estratégia com estratagemas. É tentar utilizar uma iniciativa como é o *Innov Summit* para fazer quase uma emboscada a um ministro, sem ter o cuidado prévio de apresentar ao Ministro um plano competente e exequível para insistirmos “temos isto, isto e isto e queremos cá então o grande parque industrial do PTRR.” Isto é que era estratégia. Não é chegar lá e mandar uns bitaites e dizer que temos cá isto. O que é que o Ministro pode dizer? “Trabalhem para o efeito.” Não é só mandar bocas. É fazer. -----

Sobre esta história do *Innov Summit*, porque estamos a falar de uma parceria entre a Câmara e a Universidade, onde supostamente estaríamos a trabalhar uma área de inovação, curiosamente, todos os todos os oradores, todas as participações, não havia lá ninguém da *Parkurbis* que é supostamente a empresa municipal que trata desta matéria da inovação. Acho, no mínimo, desprestigiante para quem está à frente de uma empresa daquela natureza, mas sobretudo revelador de quem está à frente dos destinos da Câmara saber a capacidade do que é que é verdadeiramente o *Parkurbis*. Isto, de facto, é revelador de como é que se encara o emprego e o empreendedorismo na nossa cidade.” -----

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD)** – “Discutimos hoje aqui o emprego e o empreendedorismo. Discutir esse tema na Covilhã obriga-nos, inevitavelmente, a fazer um balanço político sério de quem governa este concelho há mais de 12 anos que é o Partido Socialista. 12 anos é mais do que suficiente para apresentar resultados. 12 anos já não permitem desculpas e 12 anos fazem do Partido Socialista o principal responsável pelo estado atual do concelho. A verdade é que, apesar de toda a propaganda, a Covilhã continua sem conseguir afirmar-se como um verdadeiro polo de atração de investimento, de retenção de talentos e de criação de emprego qualificado. -----

O Partido Socialista promoveu o desenvolvimento, prometeu inovação e prometeu fixar jovens. Mas a realidade continua a ser uma cidade de forma talento, mas para o ver partir. Temos a Universidade da Beira Interior que é um ativo extraordinário para o concelho, mas quantos jovens é que ficam? Quantos jovens que se formam na UBI e ficam cá? Quantos os encontram aqui com salários competitivos e quantos conseguem construir aqui vida? Poucos ou demasiadamente poucos. Isso é um falhanço político e hoje, a quem tenta vender a ideia da inovação, importa dizer com clareza que há mais continuidade do que mudança. -----

O atual Presidente da Câmara foi, durante anos, uma figura central do anterior Executivo. Foi Chefe de Gabinete e foi parte integrante das decisões e hoje, no fundo, é o principal embaixador político do legado do Partido Socialista na Covilhã. Disso não tenham dúvidas. Um legado que mudou a forma, mas pouco ou nada mudou o conteúdo. Mudaram os *slogans*, mudaram os eventos, mudou a comunicação, mas continuam a faltar resultados concretos. -----

Senhor Presidente, fala-se em *Innov Summit*, fala-se do *Parkurbis*, do *CIEC* e da inovação, mas perguntamos: -----

- Onde estão as empresas âncora? -----
- Onde é que estão os investimentos estruturantes? -----
- Onde é que estão os empregos qualificados? -----

A inovação não se mede por palcos montados nem por fotografias nas redes sociais. Medem-se por contratos assinados, medem-se por empresas instaladas e os jovens que ficam. Importa dizer com justiça que o investimento que ainda vamos vendo na Covilhã, e isso é factual, acontece em grande parte não por mérito deste Executivo, mas sim pela coragem e pela resiliência do espírito empreendedor dos empresários Covilhanenses. São os nossos empresários locais que continuam a acreditar na nossa terra. São eles que arriscam capital próprio. São eles que expandem negócios. São eles que criam postos de trabalho e, muitas vezes, apesar da burocracia, da carga fiscal e da falta de apoio do Município, o investimento existe, mas não é por impulso do Executivo. -----

Quanto a isso as nossas zonas industriais, como já falámos ainda há pouco e falou o Deputado do CDS que interpelou o Senhor Ministro, os industriais precisam de modernização urgente e de ampliação também. Continuamos sem uma política fiscal verdadeiramente competitiva e continuamos sem a agressividade necessária para captar investimento e vemos os concelhos vizinhos a avançar depressa. -----

Portanto, o Partido Socialista tem governado a Covilhã como se bastasse gerir expectativas e organizar eventos. Mas governar é criar oportunidades. Governar é antecipar. Senhor Presidente, governar é transformar e, infelizmente, os últimos 12 anos ficaram muito aquém daquilo que a Covilhã merece. Precisa de menos propaganda! Precisa de menos “mais do mesmo”. Precisa de uma estratégia económica real capaz de criar riqueza, emprego e futuro. E este é o desafio. -----

Não queria terminar sem responder ao Senhor Deputado, aqui ao meu lado, em relação ao comentário que fez sobre a eleição do seu camarada Nuno Fazenda para Presidente da Assembleia Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Como deputado intermunicipal, como sabem fui aqui legitimamente eleito, acho vergonhoso o comportamento que os senhores presidentes de Câmara, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara da Covilhã, tiveram em negociações prévias à eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal. Por isso, questionem-se como é que a Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM das Beiras e Serra da Estrela teve mais votos nulos do que votos a favor. Isso espelha aquilo que foi feito. Portanto, foi uma falta de respeito com os membros municipais o que aconteceu e quando quiserem esclarecer o que aconteceu na eleição na CIM Beiras e Serra da Estrela, vão à Assembleia e esclarecemos com todo o gosto e devem questionar o Senhor Presidente da Câmara da Covilhã, que na altura foi-lhe perguntado, se queria que a Presidência fosse para a Covilhã ou para o Partido Socialista e o resultado foi para o Partido Socialista e não para a Covilhã.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)** – “Antes de mais, quero começar por agradecer a todos os grupos municipais que intervieram. -----

Deixar aqui uma nota inicial genérica. O intuito não foi, de facto, fazer qualquer tipo de propaganda. Foi trazer ao plenário este debate para que todos os grupos municipais pudessem, efetivamente, dar um contributo específico sobre esta matéria que consideramos importante para a construção do nosso futuro. -----

Mais especificamente relativamente à intervenção do Senhor Deputado do CHEGA, relativamente à falta de visão e burocracia excessiva para a zona livre tecnológica e a sua criação, é precisamente para se combater essas questões relacionadas com a burocracia excessiva e com os atrasos que daí resultam. -----

Recordar também que o Município, neste momento, já aplica benefícios fiscais às empresas, como a isenção de alguns impostos, assim como taxas municipais. -----

No que diz respeito à intervenção do Senhor Deputado do CDS, acabo por repetir aqui um pouco daquilo que foi a minha introdução à intervenção do Senhor Deputado do PCP, o intuito não foi de todo a propaganda. Foi sim abrir um espaço de debate para que todas as forças políticas pudessem dar o seu contributo e, relativamente à forma como o Município da Covilhã olha para o empreendedorismo nas suas palavras, remeto-as para o Presidente da *Startup Portugal* que evidenciou o facto de a Covilhã estar no top 20 cidades *startup*, o que para nós acho que deve ser um motivo de orgulho e reflexo do trabalho que se tem vindo a desenvolver. -----

Falou também no *Parkurbis*, mas recordei que recentemente foi criado o Centro de Inovação Empresarial da Covilhã que é mais uma infraestrutura importante nesta matéria e que revela também a visão, a coragem e a ambição do Município nesta dimensão. -----

Por último, terminando com a intervenção do Senhor Deputado do PSD, dizer que, no que diz respeito ao paralelismo e à narrativa que fez sobre o facto do atual Presidente da Câmara ter estado no Executivo anterior, faço aqui também justiça e digo que o *Innov Summit* teve o seu impulso precisamente, na altura, na pessoa do Chefe de Gabinete que hoje é o atual Presidente da Câmara e que a inscrição do Município da Covilhã, também na *Startup Portugal*, foi feita pelo mesmo, o que reflete aqui a esta vontade e este trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, assim como outras políticas colaterais que influenciam também o facto de o investidor privado, neste momento, achar a Covilhã atrativa porque não podemos transmitir essa narrativa, a meu ver, desvirtuada de que os empresários e os investidores privados vêm para a Covilhã só por causa da nossa simpatia, do nosso sorriso aberto e do nosso olhar bonito. Os investidores vêm para a Covilhã porque, de facto, o município é atrativo precisamente pelas isenções fiscais, pelas isenções de algumas taxas que, de facto, fixam aqui empresas. O Senhor Deputado pode ir às atas das últimas reuniões e confirma aquilo que foi aqui já aprovado. -----

Das empresas âncora que fala que não sabe onde é que estão, posso-lhe dar aqui uma assim de cabeça, nomeadamente a *YES Energy* que ainda agora acabou de abrir aqui uma nova sucursal na Covilhã que é uma empresa que trabalha para o país inteiro, mas já tem outras pelo país inteiro. -

Para terminar, sei que custa ouvir quando, de facto, há trabalho desenvolvido, mas tem de assim o fazer porque contra a evidência dos factos não há como rebater.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou agradecendo e saudando “a escolha dos temas aos grupos municipais que o fizeram. -----

Começando pelo MIPP, saudar e agradecer o vosso trabalho honesto, independentemente daquilo que possamos entender ou apreciar sobre o seu conteúdo. Foi um trabalho honesto, dedicado e expressivo com o qual, já agora, concordo na sua grande maioria e, portanto, agradeço o contributo positivo que deram para o debate, cumprindo e honrando aquilo que é o mandato que os covilhanenses nos entregaram para desempenharmos aqui na nossa Assembleia Municipal. ----

Quero vos dizer que o Município está empenhado, de acordo também com aquilo que foram os compromissos assumidos, validados e sufragados pelos eleitores nas eleições autárquicas, em construir um futuro melhor para todos e todas as propostas positivas são bem-vindas. -----

Os temas que identificaram estão por nós já identificados e também priorizados. As propostas que fazem coincidem, muitas delas, com aquelas que já temos. A valorização do património natural e nomeadamente a parte do Rio Zêzere coincidem exatamente com algumas coisas que já estamos a fazer como é a candidatura até para a classificação de estação náutica do nosso concelho e a valorização do próprio Rio Zêzere como um espaço navegável ou de utilização lúdica do ponto de vista turístico e toda a Serra da Estrela. -----

Quanto ao tema do Partido Socialista que também agradeço, dizer ao Senhor Deputado João Bernardo que não é uma moção de louvor. Tenho pena que, sobre emprego e empreendedorismo,

não tenha nada a dizer. O Senhor Deputado consegue fazer uma intervenção onde, sobre emprego e empreendedorismo, os covilhanenses sabem que o CDS e o Senhor Deputado não tem nada a dizer. E mais: sabem uma coisa ainda mais importante? É que entre a Covilhã e o apoio ao seu Governo, o Senhor escolhe o seu Governo porque o Senhor Deputado vem fazer esta figura extraordinária de vir dizer que o Ministro, que veio em representação institucional participar num evento organizado pela Câmara Municipal, foi emboscado porque o Presidente da Câmara da Covilhã cumpriu a sua obrigação e desafiou o Ministro a acompanhar o Município e a Câmara Municipal a puxar pela nossa terra. Desafiei o Senhor Ministro e o Governo, que o PSD lidera e o seu partido o apoia, a acompanhar a Covilhã naquilo que é a ambição da criação da zona industrial e alargar do solo industrial e a repor justiça no IC6 e na linha ferroviária. Duas coisas simples, básicas e que deviam de ser consenso total desta Câmara porque são em favor dos nossos covilhanenses. -----

Gostava de saber o que é que o Senhor Deputado tem a dizer porque aquilo que o Senhor Ministro veio aqui dizer foi inverter a responsabilidade certamente pelo cansaço porque foi, durante muitos anos, autarca e até um autarca de referência. Veio dizer que afinal a responsabilidade que a lei atribui à Câmara Municipal de gerir e administrar o território e a responsabilidade que atribui ao Governo de captar empresas e captar investimento estrangeiro para o território, nomeadamente através da AICEP que é um organismo que ele próprio tutela, esqueceu-se e inverteu. Disse à Câmara Municipal “arranjem lá vocês as empresas” e disse que o Governo arranja-lhe o território e arranji-lhe o terreno. Senhor Deputado, é ao contrário. -----

Aquilo que esperava do Senhor Deputado, do seu partido e do PSD, já agora, é que se pusessem ao lado dos covilhanenses, do vosso Presidente de Câmara e do Executivo Municipal para puxar pela nossa terra. Lamento que o vosso sectarismo partidário não o permita. -----

Depois sobre o CHEGA, dizer-vos o seguinte: valorizando a vossa intervenção, não há burocracia nem tempo demasiado naquilo que é a apreciação do Município sobre investimentos e basta ouvir os nossos empresários. Portanto, desafio-vos a falar com os empresários para percebermos exatamente isso. -----

O PCP toca num ponto essencial que é os baixos salários que me preocupa profundamente e é exatamente para isso que estamos a procurar alavancar aquilo que são as condições e a capacidade do Município, juntamente com a Universidade, para criar uma economia de maior valor acrescentado e de maiores salários. -----

Agora vamos ao PSD. Deixarei a seguir para falar sobre aquilo que é a vossa posição sobre o emprego e empreendedorismo, mas não posso deixar de defender a minha honra e não sei quais são os meios em que Senhor Deputado se move, mas o termo que utilizou para se referir ao Presidente da Câmara sobre “negociata” é totalmente injusto e inqualificável. Não sei qual é aquilo que o Senhor Deputado está habituado quais são os termos e as formas como utiliza na sua vida, mas esse termo “negociata” eu não lhe admito ao Presidente da Câmara e, já agora, aos meus colegas do Conselho Intermunicipal. -----

Sobre aquilo que é o tema do emprego e do empreendedorismo, o Senhor Deputado fala das empresas âncoras. Fala da propaganda. O Senhor Deputado desconsiderou aquilo que é a intervenção do Município naquilo que é a captação de investimento que, já hoje e já agora para

lhe dar essa nota, provavelmente em toda a região interior ou pelo menos da Beira Interior, somos o Município com maior capacidade de investimento de empresas e de investimento estrangeiro. É a Covilhã. Não é outro território à nossa volta e isso diz muito daquilo que é a capacidade do Município e o posicionamento da Autarquia. Mas o Senhor Deputado esquece, por exemplo, aquilo que é o novo hospital da CUF que está contratualizado com o Município. Esqueceu isso? Esqueceu aquilo que é o *City Center* que está a abrir ali, que abriu já o *Mercadona*, passo a publicidade? Esqueceu-se daquilo que está em curso, a visita dos investidores chineses e aquilo que é o trabalho que está a ser feito? Esquece todos esses investimentos, o *Hotel Sana*, o hotel de 5 estrelas que está para abrir ali junto ao Centro de Saúde? O Senhor Deputado esquece ou deliberadamente quer omitir? Se isso for o caso, isso tem um nome: é desonestidade intelectual e não esperava isso.

Aquilo que espero do PSD, já agora, é que se coloquem ao lado do vosso povo que vos elegeu a defender o nosso território e exigir ao nosso Governo, ao Governo do país que nos ajude a construir uma zona industrial capaz de dar resposta a toda esta região, que nos ajude a avançar com o IC6 e que nos ajude a melhorar a linha da Beira Baixa.” -----

--- A presente sessão foi interrompida pelas 12:45 horas para almoço, reiniciando pelas 14:55 horas. -----

3.2 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** abdicou do seu tempo para apresentação do assunto. -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul)** – “Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Paul, volto a esta Assembleia para reforçar novamente, tal como na última Assembleia, o apelo ao Executivo Camarário para a urgência de intervenção no telhado do anfiteatro da Vila e no edifício dos Bombeiros. Trata-se de um problema conhecido já por diversas vezes comunicado, mas que continua sem a devida intervenção por parte da Câmara Municipal. Esta situação tem privado toda a comunidade de um espaço fundamental utilizado por associações, escolas e pela própria população, incluindo para a realização das Assembleias de Freguesia. Não estamos a falar de um equipamento secundário, mas de um verdadeiro centro da vida comunitária do Paul. -----

Reitero também, tal como na última Assembleia, para a necessidade de se analisar com seriedade a situação do Corpo de Bombeiros do Paul. Felizmente, a corporação tem crescido, sinal da sua vitalidade e importância. Contudo, o quartel de apoio está muito desajustado da realidade atual.

São mais de uma dezena, os veículos estacionados na via pública que demonstra claramente a falta de condições de capacidade de resposta estrutural. -----

Ainda assim, o problema que mais me preocupa neste momento e que mais aflige toda a população é o estado da Ribeira das Levadas do Paul. As tempestades do último Inverno provocaram uma erosão significativa, afetando os açudes que garantem a retenção da água. Muitos deles perderam completamente essa capacidade, deixando de criar os necessários espelhos de água. Não se trata de uma intervenção urgente. É uma intervenção imediata. Está em causa a subsistência agrícola local e o equilíbrio do nosso território. Apelo, por isso, à Câmara Municipal para que assuma este problema como uma prioridade e que, em articulação com as entidades competentes – a APA, o ICNF, a CCDRC – promova uma resposta célere e eficaz porque a população do Paul não pode continuar a esperar. -----

Face aos graves danos que mencionei, a Junta tomou a iniciativa de contactar a Agência Portuguesa do Ambiente, solicitando não apenas autorização para a limpeza das linhas de água, mas também para a necessária intervenção nos açudes, cuja degradação é evidente e tem consequências diretas no regadio e na atividade agrícola local. -----

Na sequência deste pedido, foi concedida uma autorização para a realização dos trabalhos de limpeza da ribeira, o que naturalmente se reconhece como um passo positivo. No entanto, importa sublinhar que, relativamente à intervenção estrutural dos açudes, elemento essencial para garantir a retenção de água e formação dos espelhos que mencionei e o normal funcionamento das levadas, não foi obtida qualquer resposta concreta ou orientação por parte da APA. -----

Esta ausência de resposta sobre uma questão tão crítica deixa a Junta de Freguesia e toda a população numa situação de grande preocupação e incerteza. A simples limpeza da ribeira, sendo importante, não resolve o problema de fundo. Sem a recuperação dos açudes, continuará a verificar-se uma incapacidade de retenção de água, comprometendo o abastecimento das levadas e consequente o regadio das terras agrícolas que são fundamentais para a economia e subsistência local. -----

A Junta de Freguesia do Paul não pode deixar de manifestar o seu descontentamento perante esta omissão, sobretudo tendo em conta a urgência da situação e o impacto direto que a mesma tem na vida da população. Continuaremos a insistir junto das entidades competentes para que seja dada uma resposta clara e célere, apelando à responsabilidade de todos os intervenientes para que esta situação seja resolvida com urgência que exige. -----

A Junta de Freguesia do Paul reafirma o seu compromisso em defender os interesses da população e em tudo fazer para garantir a reposição das condições necessárias ao normal funcionamento da ribeira e da atividade agrícola da nossa freguesia. Este é o tema, infelizmente, prioritário pelo que solicitamos o vosso apoio e intervenção.” -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio)** – “Trago aqui três assuntos que gostaria de esclarecer junto do Senhor Presidente da Câmara. -----

1º Fazendo aqui uma retrospectiva aquilo que foram as tempestades *Kristin*, a Freguesia das Cortes foi provavelmente das freguesias mais afetadas por esta tempestade, naquilo que

foram as suas infraestruturas e aquele levantamento que fizemos por orientação da Câmara Municipal à CCDR. Apontava para um custo de reparação na ordem dos 60.000 €. Destas quatro ocorrências, três estão resolvidas. Mantém-se pendente a situação do parque infantil da Bouça, do muro e gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se, de facto, aquilo que tem sido a metodologia do Município, é transversal ou não a todas as juntas de freguesia e se há aqui um critério de equidade ou não? Foi com alguma perplexidade que ouvi, na reunião de 20 de março deste ano, o Município aprovar um protocolo para danos e prejuízos provocados pelas intempéries também a uma junta de freguesia e pergunto se o Município está ou não está disponível para fazer protocolos com as juntas de Freguesia, sabendo que, se todos cumprimos aquilo que foram as orientações do Município, teremos todos que esperar por aquilo que seja a avaliação da CCDR. Relembro que estamos a falar do parque infantil totalmente remodelado pela Junta de Freguesia, onde, reitero, a Câmara Municipal nunca fez qualquer investimento. Pergunto se não é de elementar justiça podermos solicitar junto do Município esse apoio, até porque já há uma freguesia apoiada no âmbito destas ocorrências. -----

2º Depois, relativamente ao estado das estradas, se bem me recordo do seu discurso na tomada de posse, disse efetivamente que em seis meses teria uma comissão técnica no terreno com todo o levantamento das estradas, prioridades, aquilo que é necessário ou não intervir. O que é certo é que a Junta de Freguesia das Cortes já se disponibilizou a cooperar com esses técnicos, com essa comissão e até ao dia de hoje ainda não esteve ninguém na nossa freguesia. Muitos são os euros, na ordem dos milhares de euros, que as juntas de freguesia gastam na reparação dos pavimentos, que não é uma competência sua, mas que fazemo-lo porque somos o braço mais próximo das populações e pergunto se não é possível ao Município criar uma bolsa de massa asfáltica fria onde as freguesias se possam socorrer para efetivamente cumprir uma tarefa que não é sua, mas que as juntas de freguesia já demonstraram, mais de uma vez, que estão disponíveis para colaborar. Não queria chegar ao ponto de ter que colocar duas cancelas na estrada e dizer que está impossibilitada de transitar porque, efetivamente, temos estradas nesse ponto. -----

3º Para terminar e falando em estradas, também foi com alguma tristeza que vi o anúncio da requalificação do TCT, ficando a zona do Tortosendo de fora. Relembro que esta é uma estrada e uma via que, provavelmente, todos os fregueses do Sul do concelho da Covilhã utilizam para chegar ao centro da Covilhã. Enquanto Presidente da Junta das Cortes, em representação dos meus fregueses, não poderia deixar de manifestar aqui a minha tristeza por, mais uma vez, o Município ter apostado no centro da Covilhã primeiro com as freguesias rurais para trás. Muitas vezes falamos do centralismo de Lisboa, mas, se olharmos muito de perto, também o temos aqui no nosso concelho.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** – “Senhor Presidente, ainda antes de começar, as votações dos pontos 2.4.11 e 2.4.12 continuam por ser validadas na plataforma da Assembleia Municipal. Queria perguntar-lhe o que é que se passa. -----

Dizer-lhe também que, a propósito do “Debate dos Grupos Municipais”, requeri através do email para que o Senhor Presidente faça um pedido de parecer às entidades que considere competentes

para percebermos a legalidade do artigo 48.º ou 49.º, uma vez que afasta do debate municipal vários elementos desta Assembleia Municipal. Os deputados municipais independentes não podem participar nessa discussão. Portanto, perceber se essa cláusula ou artigo do Regimento é legal ou não. -----

Uma saudação pelas obras de requalificação do espaço exterior da *Cerzir Afetos* na Urbanização Quinta da Alâmpada que se encontram a decorrer e que, em boa hora, acompanham aquilo que é o investimento privado que está a ser realizado pela *Cerzir Afetos* na instalação de um equipamento social com centro de dia e apoio domiciliário e que vai também fazer uma requalificação muito importante num espaço público. -----

A primeira pergunta tem a ver com a Rua Álvaro Ferreira Pinto. Em boa hora, a Câmara Municipal decidiu fazer a atribuição dessa toponímia a essa rua. É uma rua que vai do Complexo Desportivo até à Rua do Parque Duppigheim, na estrada que vai do Parque Duppigheim para a Rotunda das Oliveiras, mas que as obras de terraplanagem do futuro novo hospital privado junto ao Complexo Desportivo destruíram o caminho. Portanto, a rua tem toponímia, mas está intransitável. Pergunto se o novo hospital privado vai ficar numa rua sem saída ou que projeto é que a Câmara Municipal tem para este arruamento. -----

Pergunto-lhe também qual é o ponto de situação do cruzamento do eixo TCT com a EM 507. -----

Relativamente ao Jardim-de-Infância da Boidobra, já hoje aqui foi falado de creches e de jardins-de-infância, trago-lhe aqui uma questão colocada por fregueses na Boidobra na última Assembleia de Freguesia. A Câmara Municipal tem um terreno do domínio público com 1600 m², cedido ao domínio público para a instalação de um equipamento de utilização coletiva na Urbanização Carolina Beatriz Ângelo. Já tivemos a oportunidade de colocar esta proposta em cima da mesa: criação do Jardim-de-Infância com duas salas nesse terreno público que permitia criar mais uma sala de jardim-de-infância no concelho e permitia também libertar a Escola da Boidobra para ficar com a quarta sala de 1.º Ciclo. E, portanto, perceber se a Câmara Municipal da Covilhã vê esta proposta, esta possibilidade com bons olhos. -----

Uma última pergunta que é sobre o estaleiro da Câmara Municipal da Covilhã na Boidobra. Em boa hora o Senhor Vereador Eduardo Cavaco levantou, e bem, esta questão. São carros abandonados. É um talude cheio de silvas junto a esses mesmos carros. Costuma-se dizer que “*a porta da rua é serventia da casa*” e, portanto, funciona de dentro para fora e de fora para dentro. A Câmara Municipal da Covilhã ter instalações que são do estaleiro municipal, não as pode ter nestas condições. Não pode. É o seu espelho. É a sua cara e, portanto, tem que se arranjar uma maneira expedita de tratar daquele assunto. Já passou tempo suficiente. Tem que se arranjar uma solução, estando também em perigo aquela zona urbana e as faixas de gestão de combustível que a todos somos obrigados a cumprir.” -----

- **Dr. Pedro Eduardo Carrola Farinha (Tortosendo)** – “Em primeiro, uma palavra para o Senhor Marco Gabriel que, quando se referiu a presidentes de Junta que votaram contra uma moção ou um plano, não me revejo nesse tipo de situações. Sou livre e independente para tomar qualquer tipo de decisões e não lhe vou admitir mais este tipo de acusações nas próximas assembleias. -----

Senhor Presidente da Câmara, vinha questionar relativamente às acessibilidades e aos dois acessos principais ao Tortosendo, um deles a requalificação da EN 18-4 entre a Rotunda do TCT e Rotunda do Parque Industrial, qual é que era o ponto de situação e se é algo que ainda pode acontecer este ano. -----

Relativamente ao TCT, não vou questionar as aprovações e qualquer tipo de estratégia para o Canhoso, mas claro que fico preocupado também e, a nível do eixo TCT, se tem alguma perspetiva para essa requalificação do eixo TCT até ao Tortosendo.” -----

- **Dr. Carlos Amadeu Alves Costa (Ourondo)** – “Na sequência de uma moção aprovada numa sessão anterior desta Assembleia Municipal relativa ao adicional do Fundo de Financiamento das Freguesias para as freguesias desagregadas, vinha só solicitar esclarecimento sobre o ponto da situação. Em concreto, gostaria de saber se já existe alguma resposta por parte das entidades competentes, nomeadamente do Governo ou de outras entidades envolvidas e, em caso afirmativo, qual o seu conteúdo, atendendo à relevância desta matéria para as freguesias abrangidas.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** – “Caro Pedro Farinha, a liberdade de votar de cada uma das freguesias é exatamente a mesma liberdade que tenho de pôr em evidência aquilo que foi o voto. Estamos a falar de uma freguesia que tem também o contrato de mobilidade urbana que é o Tortosendo. O que estava a questionar é uma coisa muito simples: estamos aqui eleitos para defender os fregueses da nossa freguesia. -----

Tenho essa liberdade e não é uma questão de admitires ou não admitires que eu possa fazer esta essa intervenção. Quem tem que o fazer é o Presidente da Assembleia Municipal e, portanto, não é um colega de bancada. Tenho essa legitimidade também. -----

Custa ouvir e, por isso, é que vi várias reações aqui do desvio do olhar, etc. Não tens que admitir a minha liberdade para questionar aquilo que foi o sentido de voto. Mais vezes devia ser feita que era para ver se mais vezes os colegas liam os documentos e sabiam exatamente o que é que estavam a votar, percebendo que, neste caso, o PCP pode ir a freguesia dizer “sabia que o Senhor Presidente da Junta votou contra uma coisa que era boa para si?” Foi só isso que eu disse.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** – “Queria salientar aqui alguns aspetos. Um é a ausência da Escola do Tortosendo nos edifícios educativos a recuperar ou a requalificar. Continuo a pensar e a defender que, no concelho da Covilhã, a Escola do Tortosendo é das escolas que necessita, de facto, desta requalificação assim como incluindo nesta requalificação, se possível, uma infraestrutura desportiva de carácter formativo, como a própria legislação também indica. -----

Plano Diretor Municipal – Para quando, Senhor presidente da Câmara? É possível a gente ter acesso ao documento, participarmos na elaboração e na apreciação deste documento. -----

Depois referir aqui o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável que é referido da CIM da Região das Beiras e Serra da Estrela. Gostaria de conhecer o Plano. Que Plano é que está a se referir na parte que toca ao concelho da Covilhã? Aliás, tem a ver com esta história dos transportes. Talvez no

Plano de Mobilidade a gente encontre lá o passe dos 30 € para todos, para todo o concelho e o tratamento igual a todos os cidadãos deste concelho. -----

Quanto aos apoios aos incêndios de julho e agosto de 2025, também gostaria de saber qual foi o número de pedidos que houve, quantos foram validados e quais os apoios que já foram dados porque conheço gente que apresentou, digamos, candidatura ao prejuízo e que ainda não recebeu.

A questão da habitação social – Encontramos muitas vezes na Estratégia Local de Habitação as referências (feitas do trabalho já feito ou em curso) ao centro da cidade, à zona da cidade. Já se aqui falou em centralismo e aqui também se aplica um pouco porque, no Tortosendo, conhecemos vários bairros e várias situações de casas em ruínas e algumas até são municipais e não se entende ou percebe por que é que a Câmara não intervém no sentido da sua requalificação ou para habitação social ou para habitação a preços acessíveis. Falo no Tortosendo, mas penso também que cada freguesia deveria ter uma bolsa de habitação para casos extremos, para situações urgentes. Devia ter uma, duas ou três habitações da freguesia que fosse possível, em qualquer momento, ceder a quem necessita ou em caso de urgência. -----

Depois há a questão da rede viária. Há tempos, e penso que ainda não está pavimentado, a estrada Ferro-Peraboa necessita de uma pavimentação urgente. É a estrada e os abrigos de passageiros. Há abrigos de passageiros que o melhor era lá não estarem. É melhor a Câmara retirar as ruínas porque aquilo está tão degradado que o facto de estar ainda de pé só envergonha. Cria uma situação de uma visão degradada dos abrigos de passageiros. Como eu disse: vale mais lá não estarem ou substituí-los. -----

Só mais uma questão que tem a ver com a rede viária da zona Sul do concelho – a questão do Paul-Ourondo, Casegas-Sobral de São Miguel, Pereiro-São Jorge da Beira, Ourondo-Ribeira do Bodelhão. Há muito trabalho ainda por fazer. Era importante concluir-se estas vias para possibilitar que as pessoas possam, de facto, transitar em segurança.” -----

- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CH)** – Solicitou aos serviços técnicos que passassem um vídeo referente a falhas de elevadores. -----

“Sei que este vídeo suscitou aqui alguns risos. Se calhar não nos devíamos mesmo estar a rir. Uma coisa é comunicações e publicações que fazemos em redes sociais, outra coisa é o trabalho que fazemos nesta Casa. -----

Porque não somos populismos, mas sim de factos, e mesmo antes desta minha intervenção todos tivemos a oportunidade de visualizar um vídeo que é uma realidade. Não é apenas um detalhe técnico. É um verdadeiro sinal de alerta. Observamos travagens bruscas, funcionamento irregular.

O CHEGA considera que não é aceitável num equipamento público que transporta diariamente dezenas de pessoas este tipo de acontecimentos. Os elevadores da Covilhã não são um luxo urbano. São infraestrutura crítica de mobilidade numa cidade com declives acentuados, muito utilizada por idosos, estudantes e pessoas com mobilidade reduzida. Quando falham, não é um incómodo. É um risco. -----

Queremos também aqui apresentar a nossa *mea culpa* porque fomos dos que pressionaram para que os elevadores estivessem a funcionar. Fomos dos que exigiram que não estivessem parados.

Mas, perante o que acabámos de ver, talvez seja mais seguro estarem parados do que colocar em risco a vida dos covilhanenses. -----

A pergunta hoje é simples, objetiva e incontornável. Quem é a entidade responsável pela manutenção destes equipamentos? Existe contrato de manutenção ativa? Com que periodicidade são feitas as revisões? Existem relatórios técnicos recentes que garantam a segurança do funcionamento? Houve alguma ocorrência registada? Quem certifica estes elevadores? Estão em condições de operar? -----

Porque não estamos a falar de estética urbana, mas sim de segurança pública, recordamos todos o que aconteceu no Elevador da Glória, em Lisboa, onde um problema técnico resultou num acidente grave com vítimas mortais. Situações destas não acontecem por acaso. Acontecem quando sinais prévios são ignorados e hoje vimos um destes sinais. -----

Por isso mesmo, não nos devíamos estar aqui a rir. Não queremos esperar que aconteça um acidente para vir depois pedir relatórios, abrir inquéritos e encontrar responsabilidades tardias. Queremos saber agora se existem garantias técnicas de segurança, se a manutenção está a ser cumprida, se há fiscalização efetiva e quem responde politicamente e tecnicamente por estes equipamentos porque se não existem garantias claras, então a decisão responsável não é mantê-los a funcionar. É suspendê-los até que a segurança esteja plenamente assegurada. A mobilidade não pode sobrepor-se à segurança. -----

Gostaríamos de questionar ainda: se está prevista a abertura da sala de informática do Centro de Atividades no *Shopping Sporting*, uma vez que era uma mais valia para a população idosa e uma forma de terem contacto com o mundo digital; se o Executivo está a equacionar realizar mais fiscalizações para cumprimento de alvarás dos estabelecimentos; e solicitar a colaboração de polícia para mais presença nas ruas de forma a evitar alguns desacatos, consumo de droga e álcool em espaços públicos, vandalismo como pintura nas paredes e quebra de vidros nas paragens de autocarros que se tem vindo a acontecer; se equaciona repensar o espaço da antiga loja do Zé André, tendo em conta as manifestações da população que em muito tem contribuído com ideias e até simulações de projetos; qual o motivo para que algumas zonas da cidade sejam esquecidas no que diz respeito à recolha de lixo e à descarga de ecopontos, como é, por exemplo, o vidrão próximo do antigo Pelourinho da Covilhã? Estamos a falar de um contentor semienterrado, de grandes dimensões, onde não cabe nem mais uma garrafa de vidro e se encontra fechado com uma corda.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** – “Quando o Senhor Presidente da Câmara referia que não era à Câmara que incumbia a captação de investimento, fiquei sem perceber se, efetivamente, é ou não é porque, na intervenção a seguir, veio dizer que é a Câmara que faz esse trabalho. Portanto, não sei se está a extravasar as suas competências ou não. -----

Sobre a questão da informação escrita, duas coisas: -----

- 1.^a Continuamos a perpetuar o que está mal do passado. O CDS sempre fez questão de referir que a informação escrita tem de estar completa, tem que se cumprir as exigências legais. Nunca exigiu, nem nunca pediu que fosse um relatório exaustivo do que é a atividade administrativa de todos os departamentos municipais. Falta aqui informação essencial

sobre decisões e opções políticas que são aquilo que temos que ter na informação escrita para apreciar e analisar. Sobra aqui a informação sobre o trabalho que os funcionários e a Câmara fazem. Por isso, apelo para que isto seja efetivamente revisto; -----

- 2.ª Sobre a questão das estradas e da requalificação das mesmas, este é um dos grandes problemas que acho que é transversal a todo o concelho. De Norte a Sul, no concelho todo, não há freguesia que não tenha um problema com o estado das estradas e volto aqui a frisar que, se calhar, vale a pena ouvir a oposição em determinadas coisas que é, de facto, dizer que é imperioso que se faça um plano de intervenção, uma calendarização de intervenção que seja cumprido para, pelo menos, salvaguardar o que são as informações às populações e ajudar esta gente que aqui está atrás (os presidentes de junta) a dizer quando é que as coisas são resolvidas. Isto é essencial. Isto é uma coisa que tem sido feita e rebatida nas reuniões de Câmara insistentemente. Já vimos que os seis meses para a comissão técnica já passaram e não temos, na informação escrita, nada de que isso esteja a ser feito e, portanto, é uma deficiência da informação escrita. Se está a ser feito, não é transmitido a esta Assembleia. Portanto, se está a ser feita, agradeço que diga em que pé é que está e, a seguir, fazer este passo essencial que é dizer “as prioridades são estas”. Aquilo que sabemos continuam a ser as medidas avulso. É o TCT, é a priorização do que é o cinturão urbano da cidade e o resto andamos aqui todos aos papéis, sem saber o que é que dizemos às pessoas. -----

Não posso deixar aqui de dizer uma coisa que me foi solicitada pela Juventude Popular da Covilhã que tem a ver com a questão do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal. Verifica-se e tem-se verificado uma desadequação. A Universidade que tem as suas bibliotecas com os seus horários, algumas em 24 horas, mas o ensino secundário e, nomeadamente, os alunos das nossas escolas não têm horários adequados numa biblioteca municipal que permita a utilização efetiva. A biblioteca fecha às 18 horas. As aulas acabam às 18 horas e pouco. É impossível que os alunos possam utilizar a Biblioteca Municipal para além desse horário. Muitos deles, inclusivamente pela própria localização, podiam estar à espera dos seus transportes e utilizar um espaço na Biblioteca Municipal para poder continuar a fazer os seus estudos. -----

É uma proposta que fica e que, de facto, deve ser entendida na proposta o alargar o horário municipal até às 22 horas em dias úteis, permitindo que os estudantes, que terminem as aulas ao final da tarde, possam usufruir daquele espaço como espaço adequado e manter a Biblioteca Municipal aos sábados, pelo menos, até às 20 horas, garantindo que todos os jovens dispõem de um local seguro e acessível para estudar durante o fim-de-semana, especialmente nestes períodos de avaliação que se aproximam e que são essenciais para que eles possam, de facto, desenvolver os seus trabalhos.” -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP)** – “Queríamos iniciar esta análise com um elogio à colaboração entre a Câmara Municipal da Covilhã e a Universidade da Beira Interior, tendo como objetivo a realização da *Innov Summit* já na sua segunda edição, a qual teve o apoio ativo dos serviços do Município, como elencado no relatório do Senhor Presidente e ainda de relevar que o Senhor Presidente acompanhou de forma pessoal e intensa os trabalhos, como observámos *in loco*.

Nesse sentido, gostaríamos de lhe reconhecer o empenho. Este tipo de iniciativas é muito positivo e, de facto, deve tornar-se um hábito, uma tradição. -----

Ainda assim, e após estas duas edições, gostaríamos de ouvir o Senhor Presidente identificar que aspetos considera que devem ser melhorados. De facto, é importante desenhar estes eventos em função de objetivos mensuráveis, indicadores matematicamente aferíveis e agir na reorientação do evento em função desses indicadores. -----

É sempre relevante projetar a imagem do Município enquanto acolhedor de empreendedores, mas também haverá lições apreendidas sobre a evolução a perspetivar. -----

Ainda sobre esta informação municipal, gostaríamos de chamar a atenção para outro aspeto que tem a ver com o número de matrizes referenciadas no *BUPi*. A informação dos registos do *BUPi* mostra o nível de efetivação de registos muito diversificado, variando entre o mínimo de 18% até a um máximo de 64%, com valor médio de 38%. Embora esta seja uma preocupação em primeira instância dos proprietários, era importante entender se haverá forma de maximizar estes números porque, como sabemos, o prazo para o registo gratuito foi prorrogado por apenas um ano em dezembro passado e, em última análise, é do interesse do Município ter os terrenos referenciados e protegidos. -----

A questão da proteção dos terrenos rústicos, da sua limpeza e valorização importa a todos e a sua ausência custou e vai continuar a custar. Por outro lado, importa ajudar os munícipes mais vulneráveis a que não percam o título dos terrenos, como ameaçam os decretos-leis 15/2019 e 87/2026, caso os *BUPi* não sejam feitos. -----

Em relação ao Gabinete de Empreendedorismo e Promoção do Desenvolvimento, registamos que o nível de granularidade de informação tem vindo a melhorar, o que é um fator positivo. Finalmente, ficámos a saber que há seis empresas incubadas fisicamente e cinco em incubação virtual. Além destas, houve ainda um conjunto de ações relevantes que são ali descritas, mas nota-se a total ausência de informação sobre a componente da alínea a) das atribuições deste Gabinete que diz *“acompanhar o estudo e implementação de projetos estruturantes municipais e regionais”*. Ora, como já aqui questionámos noutra reunião da Assembleia Municipal e recentemente também houve registo dessa discussão em reunião de Câmara, gostaríamos de saber se este Gabinete de Empreendedorismo e Promoção de Desenvolvimento está a tratar do processo da Zona Livre Tecnológica. Mesmo compreendendo que é importante fazer o trabalho de *BackOffice* e não devemos propagar a informação confidencial, o que questionamos é que, se o Gabinete está a tratar do assunto, não deveria elencar-se esse tópico nesses projetos estruturantes. Na verdade, não é mencionado nenhum o que significa que este Gabinete, apesar de ter essa atribuição, não está a tratar nenhum desses projetos, pelo menos, não o menciona. Talvez mencione numa próxima oportunidade. -----

Temos ainda, para terminar, alguma preocupação porque a Divisão de Educação e Juventude referentes à *“logística e infraestruturas (Obras/DOP)”*, declara reparações solicitadas nas escolas e jardins-de-infância: 28 reparações efetuadas nas escolas e jardins-de-infância 20, o que significa quase 30% das solicitações ficaram por cumprir. Ou se trata de um resultado esporádico ou então tem que ser reforçado o investimento nesta área. -----

Além disso, ficou por responder uma questão que foi levantada pelo meu colega sobre a rede de creches e ATL no concelho e que não foi, de facto, respondida na intervenção do Senhor Presidente e pensamos que é um aspeto muito importante a ter também em atenção.” -----

- **Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (PSD)** – “Ao analisarmos a informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade do Município, consideramos que este documento deveria ser muito mais do que uma simples enumeração de ações e intenções. Deveria constituir um verdadeiro instrumento de prestação de contas aos covilhanenses. -----

A oposição não está aqui para negar o trabalho realizado, mas para exigir rigor, transparência e resultados concretos. Há uma diferença fundamental entre anunciar e executar, entre prometer e cumprir, entre propaganda e governação responsável. -----

O que os cidadãos realmente querem saber não é apenas quantas reuniões foram realizadas, quantos protocolos foram assinados ou quantas intenções foram anunciadas. Querem saber quais foram os resultados reais obtidos, quanto custaram efetivamente as decisões tomadas, quais os prazos de execução e o grau de cumprimento desses prazos. -----

A Câmara apresenta a atividade, mas a pergunta essencial permanece: essa atividade está realmente a melhorar a vida das pessoas? Porque governar não é apenas gerir expediente, é transformar o território. -----

Uma Assembleia Municipal não pode ser convocada apenas para tomar conhecimento. Deve ter condições para escutinar com profundidade e exigência. Por isso, necessitamos de mais informações sobre a execução financeira, sobre os atrasos nas obras em curso, sobre o estado das candidaturas a fundos comunitários e sobre as verdadeiras prioridades do Executivo. Importa, por isso, trazer para esta Assembleia questões concretas que continuam sem resposta e que afetam diariamente a vida da população. De as 136 páginas, não encontrei. -----

Referimo-nos, em particular, aos graves problemas de trânsito e mobilidade em zonas estruturantes da cidade, situações que há demasiado tempo exigem solução e face às quais os municípios continuam sem respostas claras. Desde logo, a Rua Rui Faleiro, principal eixo de acesso à Serra e zona de circulação intensa. Continua a apresentar constrangimentos significativos de trânsito, especialmente em períodos de maior afluência com impactos diretos na mobilidade, na segurança rodoviária e na qualidade de vida dos residentes. -----

Também a Avenida da Universidade continua a sofrer de congestionamentos recorrentes, agravados pela circulação escolar e universitária e pelo aumento do fluxo automóvel diário, sem que se conheça uma estratégia concreta e eficaz por parte do Executivo para resolver esta situação.

Questionamos ainda o senhor Presidente da Câmara sobre uma matéria há muito aguardada pela população. Para quando a abertura do acesso entre a rotunda junto ao *Intermarché* e o Complexo Desportivo da ADE? Trata-se de uma ligação estratégica que permitiria melhorar a circulação naquela zona, descongestionar outros acessos e servir melhor não apenas os utilizadores do complexo desportivo, mas toda a malha urbana envolvente. -----

A população tem direito a saber que soluções estão previstas para resolver estes problemas. Existe um calendário definido para a execução destas obras? Há financiamento garantido ou continuam estas intervenções apenas no plano das intenções? -----

A oposição não pode aceitar que problemas estruturais de mobilidade permaneçam anos sem solução enquanto se sucedem estudos, intenções e promessas. Os covilhanenses merecem respostas concretas, prazos definidos e obra feita. -----

Governar é também garantir mobilidade, acessibilidade e um planeamento urbano eficiente. E é precisamente isso que exigimos hoje. Mas não posso deixar de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que os elementos da bancada do PSD estão e estarão sempre ao lado de todos os covilhanenses sejam eles residentes na nossa cidade, sejam eles residentes nas nossas freguesias.”

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo** – “Senhor Presidente, antes de fazer as minhas questões ao Senhor Presidente da Câmara, permita-me que faça aquilo que foi o esclarecimento que tivemos nesta Assembleia no final da parte da manhã, envolvido na saudação que fiz à indigitação e à eleição de um covilhanense para Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM. Dos comentários que ouvi por parte de outros cidadãos de outros concelhos, que era uma suspeita e que não tinha provas, nesta Assembleia aquilo que aconteceu é que, de facto, aqui o líder da bancada do PSD acabou por comprovar e assumir que foi isso que aconteceu. Houve um boicote a um membro da Covilhã e um boicote à Covilhã. A Senhora Deputado, quando faz esta menção de que estão ao lado de todos os covilhanenses e que estão ao lado da Covilhã, de facto, esfuma-se com este tipo de atitudes que, na prática, não honram nem Covilhã, nem o mandato para que são eleitos. -----

E mais. Se as pessoas acham que existem outras alternativas, então que se apresentem a sufrágio. Portanto, para além de não honrar a Covilhã, demonstraram uma completa ausência de coragem democrática em se apresentar a eleições. -----

Posto isto, as perguntas. -----

Já foi aqui abordado diversos pontos ou diversas intervenções, nomeadamente por parte dos presidentes de junta, que infelizmente, nestes últimos oito meses, vivemos duas catástrofes no nosso concelho. Vivemos os incêndios em agosto e vivemos mais recentemente também alguns dos efeitos da tempestade *Kristin*. Sobre estes mesmos infortúnios que o nosso concelho viveu, existiram uma série de apoios anunciados e que também já foram aqui de alguma forma discutidos nesta Assembleia. -----

A minha pergunta vai exatamente nesse sentido. Sabendo que, no caso dos incêndios, houve duas linhas. Portanto, no caso do FEM, houve duas linhas de apoio: uma para a ação imediata e outra agora para entrar em vigor mais ao longo do ano e depois também através do *PEPAC*. Qual o ponto de situação em relação a estas linhas de financiamento? Não só o ponto de situação sobre qual é que é a verba que realmente foi atribuída ao concelho da Covilhã e também o ponto de situação, caso tenha sido atribuído, de execução destas mesmas verbas. E também, como é lógico e evidente, aquilo que são os apoios previstos face àquilo que foi a catástrofe mais recente *Kristin*. -

Depois, outras duas questões. Uma centrada também no âmbito daquilo que é a discussão do *Bolinha de Neve*. É uma preocupação que, dentro desta Assembleia, temos vindo a manifestar e que é acordo entre todos essa preocupação sobre uma solução e, portanto, também se tiver alguma algum esclarecimento a esta Assembleia seria também, da nossa parte, uma questão a fazer ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Por fim, uma questão que vem na Comunicação Social – da Rádio Clube da Covilhã – em que diz “*possível fusão de centros de emprego da Covilhã e Guarda preocupa*”. A verdade é que esta notícia, que foi amplamente divulgada, como o ditado diz “*quem cala consente*” e, neste caso, refiro-me diretamente às entidades governamentais, é também importante fazer esta pergunta: se o Senhor Presidente da Câmara tem alguma informação se, de facto, esta é uma intenção que o Governo do PSD-CDS tem em eliminar um serviço importantíssimo para a comunidade e para a Covilhã. ” -----

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD)** – “Senhor Deputado Pedro Bernardo, para encerrar este tema, acho ser um tema que o Senhor nem sequer devia ter trazido cá porque fica muito mal. Assumindo que a expressão utilizada há pouco, por mim, tenha sido exagerada e peço desculpa por essa palavra que pronunciei, contudo reitero e reforço que foi uma falta de respeito democrático para com esta Assembleia toda, para com os deputados intermunicipais eleitos aqui para a Comunidade Intermunicipal das Beira e Serra da Estrela aquilo que aconteceu. -----

Se tem mais alguma questão, pergunta ao Senhor Presidente do Conselho. -----

Mais ainda: tem que perguntar ao Partido Socialista como é que a CIM, quando foi criada, estava sediada na Covilhã e hoje está na Guarda. Isso é que vocês se deviam preocupar e explicar aos covilhanenses por que é que tirar de cá a Comunidade Intermunicipal.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou falando sobre “as questões levantadas pelos senhores presidentes de junta e alguns deputados relativamente a prejuízos das calamidades. ----

la começar exatamente a minha intervenção nesse ponto para dar conta de qual é o ponto de situação em que estamos quer dos incêndios de agosto de 2025, quer depois da tempestade *Kristin* ou, pelo menos, como foram várias tempestades foi assim que ficou batizada. -----

Respondendo já diretamente, creio que foi o Senhor Deputado Vítor Reis Silva que colocou a questão, de qual era o ponto de situação dos prejuízos, nomeadamente os prejuízos privados dos incêndios de 2025. O Município da Covilhã, desde a primeira hora, fez o acompanhamento dentro daquilo que era a sua disponibilidade e aquilo que era a sua possibilidade, mas total disponibilidade e possibilidade da nossa parte para acompanhar as pessoas que fizeram essas candidaturas. Os nossos serviços acompanharam os lesados nesse processo de candidatura nos portais da CCDR e depois dar-lhe conta também que, para além disso, colocámos à disposição da CCDR três equipas para acompanhar as equipas da CCDR que vêm fazer a validação desses prejuízos. Estamos a aguardar. Não andam ao ritmo que gostaríamos. Não dependem do agendamento da Câmara Municipal. Apenas nos limitamos a fornecer as equipas de acompanhamento para ajudar a que este processo seja célere e desejo que seja tão breve quanto possível. Espero que já esteja na fase final. -----



Assembleia Municipal da Covilhã
27 de abril de 2026
Prejuízos Catástrofes



1. Tempestades 2026

Depressão Kristin

Reposição para equipamento e infraestruturas (levantamento de prejuízos públicos):

- FEM (Fundo Emergência Municipal): 4.226.545,75€
- adiantamento de 538.640,00€

Sobre a tempestade, comecei aqui o primeiro slide. É das tempestades já deste ano da Depressão *Kristin*, onde o Município fez um levantamento, nomeadamente naquilo que são os equipamentos e infraestruturas municipais. Desses levantamentos, chegámos a um montante de 4.226.545,75 €. Isto apenas para prejuízos em equipamentos e infraestruturas públicas. -----

Sobre este montante ainda não tivemos nenhuma informação sobre o que é que é ou não validado, o que é que é ou não avaliado, mas na passada semana tivemos uma informação de que iríamos ter um adiantamento no valor de 538.640 € para fazer face a estes montantes de 4.200.000 €, de grosso modo, de prejuízos. -----

Dar-vos também a informação que, de acordo com aquilo que eram as regras, os particulares podiam e deviam fazer a identificação e a candidatura dos prejuízos que tiveram, nomeadamente ao nível da habitação. O Município também destacou, de imediato, um técnico para fazer o acompanhamento desses processos. Se não me falha a memória e o prazo termina a 19 de maio, até agora entraram 35 candidaturas na CCDR que foram enviadas para o Município, das quais o Município já avaliou todas e já devolveu à CCDR para que possam ser efetuados os pagamentos e as indemnizações aos particulares que tenham condições e que estejam em condições disso. -----



Assembleia Municipal da Covilhã
27 de abril de 2026
Prejuízos Catástrofes



2. Incêndios Agosto 2025

Incêndios 2025

- » Medidas de Emergência (Setembro 2025):
 - INCF + APA: 573 983,19€ - Contratualizado e executado a 100%
- » Reposição e reparação de infraestruturas e equipamentos públicos (levantamento):
 - FEM (Aprovados pela DGAL): 1.419.768,59€
 - proposta de contrato de 80.255,28€
- » Controlo de erosão, tratamento e proteção de encostas (levantamento):
 - PEPAC: 2.004.531,21€
 - sem avaliação

Depois, sobre os incêndios de agosto de 2025, aqui pedia uma especial atenção à Senhora Deputada Leonor Cipriano porque tivemos aqui uma troca de palavras na última Assembleia e gostava de ver se, desta vez, a Senhora deputada percebe que ainda não há contratos celebrados.

Sobre os incêndios de 2025, houve uma primeira fase, num contrato assinado em setembro de 2025 ainda pelo anterior Executivo do Senhor Presidente da Câmara Vítor Pereira, em que o Município contratualizou com o Estado, através do ICNF e da APA, um montante de 575.983,19 €. Isto para medidas de emergência – aquelas medidas de contenção de encostas, de sementeiras, limpeza das linhas de água, de proteção, numa extraordinária colaboração entre o Município e as entidades do Estado porque competiria ao ICNF e à APA fazer este trabalho. -----

O ICNF e a APA, através do Governo, pediram colaboração às autarquias, às Câmaras Municipais para operacionalizar aquilo que era uma obrigação do Estado Central através destas entidades e, com muito gosto, fizemo-lo e fizemo-lo de forma absolutamente irrepreensível, uma vez que cumprimos aquilo que era pedido, tal como tinha informado na última Assembleia Municipal. ----

Depois temos então aquilo que é as indemnizações ou o cumprimento daquilo que é transferência de dinheiro para aquilo que foram os prejuízos dos incêndios. E, no âmbito dos prejuízos dos incêndios, temos duas tipologias: o Fundo de Emergência Municipal onde, para reposição e reparação de infraestruturas e equipamentos públicos, levantamento que fizemos e aquilo que foi aprovado pela DGAL, foi validado 1.419.768,59 €. E, Senhora Deputada, pasme-se que, entre a Assembleia passada e esta, o contrato que a Senhora dizia que já tinha sido assinado (que não tinha) vem uma proposta de assinatura do Governo para que, destes prejuízos de 1.419.768,59 €, o Município da Covilhã assine um apoio de 80.255,28 €. -----

De imediato me pus em campo e falei com o Senhor Secretário de Estado sobre isto que, aliás, não foi caso único. Em todas as autarquias viram as propostas de financiamento de prejuízos abaixo daquilo que seriam as suas expetativas, mas no caso da Covilhã foi assustadoramente abaixo. ----

Tenho o compromisso do Secretário de Estado que, daquele valor 1.419.000 € e o resto foram excluídos aquilo que eram reparações de estradas, de vias rodoviárias. Estamos aqui a falar dos prejuízos das estradas entre Casegas e Sobral, entre Casal de Santa Teresinha e São Jorge da Beira. Portanto, toda a parte rodoviária e dizia o Senhor Secretário de Estado “Senhor Presidente, fique descansado que iremos a essa parte. Portanto, deste pacote saiu esta tipologia de indemnização, esta tipologia de apoios e nós iremos lá à frente.” -----

Faço fé e confio naquilo que é a boa-fé das pessoas e confio na boa-fé do Governo. Confio na boa-fé do Senhor Secretário de Estado e na palavra do Senhor Secretário de Estado e do Governo nesta matéria, mas peço à Senhora Deputada que não deixe cair este tema no esquecimento. Ajude o Presidente da sua Câmara Municipal e o Executivo Municipal para que, de facto, este 1.419.768,59 € venha a ser pago ao Município da Covilhã para que possamos fazer esta intervenção porque estes 80.000 € que estão atualmente em causa não servem, não são suficientes e ficam muitíssimo aquém daquilo que são as necessidades e os prejuízos do nosso território. -----

Não temos ainda contrato assinado. Iremos eventualmente assinar num curto ou médio prazo estes 80.255,28 €. -----

Depois temos uma outra parte, um outro contrato também de prejuízos daquilo que foi o incêndio. Mais um contrato que tem a ver com o controlo de erosão, do tratamento e proteção de encostas onde o levantamento feito foi um pouco superior a isto que aqui está, mas o que aqui está a grosso modo em causa neste momento é financiado através do PEPAC de 2.004.531,21 €. Sobre este montante, ainda não temos a validação e, portanto, aguardamos que essa validação seja feita, mas sobretudo aguardamos que seja celebrado o contrato. -----

Senhora Deputada, é depois de celebrados os contratos que podemos intervir e reparar aquilo que são os prejuízos que tivemos no nosso território mesmo que, com estes montantes, não seja possível fazer todas as reparações. É através disto também que vamos conseguir, Senhor Presidente da Junta do Paul, já agora, dar-lhe conta que, no âmbito das preocupações que levantou em relação à sua freguesia, já procedemos no âmbito desta intervenção inicial de emergência à limpeza da Ribeira entre a Erada e o Paul. Foi no âmbito deste trabalho, mas é também no âmbito destes apoios e deste contrato que iremos tentar depois a seguir fazer esse trabalho que muito bem refere. -----

Espero que a questão dos contratos e de quem é que estava a faltar à verdade, se havia ou não contratos assinados, a questão levantada na última Assembleia esteja hoje perfeitamente esclarecida. Solicito, nomeadamente aos partidos que apoiam o Governo, as vossas melhores diligências, a vossa melhor influência para que o Município Executivo tenha condições para avançar com as obras, as intervenções de reparação e de menorização dos prejuízos que tivemos do desgraçado incêndio de 2025. -----

Já agora, acho que era de todo justo incluirmos aquilo que foi obra do IC6 que, ao contrário daquilo que diz, não foi à traição ou não foi à revelia. Já não me recordo qual foi a expressão que hoje de manhã foi utilizada pelo Senhor Ministro. Foi pelo Senhor Deputado João Bernardo. Tive a delicadeza e o cuidado de, no início da sessão e antes do discurso, ter dito ao Senhor Ministro *“Senhor Ministro, quero-lhe dizer que, no âmbito de que é também a minha obrigação e o meu compromisso de representação dos covilhanenses e dos seus interesses, na minha intervenção que irei fazer no encerramento, vou falar de dois temas concretos, lançando dois desafios ao Governo que é sobre a criação da zona industrial do interior que está pensada no PTRR e dizer-lhe que, de acordo com tudo e mais alguma coisa na localização geográfica, a dimensão empresarial, a capacidade que o município tem e o território, faz todo o sentido que seja na Covilhã. Portanto, vou-lhe lançar este desafio e já agora sei que não é da sua tutela direta, mas tendo o Senhor a pasta da Coesão Territorial, isto é uma questão essencial do ponto de vista da coesão territorial, vou falar-lhe do IC6 que vem com décadas de atraso e vou-lhe falar também da linha ferroviária da Beira Baixa.”* -----

Portanto, Senhor Deputado, não foi à traição ou não foi uma emboscada feita ao Senhor Ministro. Foi feita uma intervenção no âmbito que foi o mandato que os nossos covilhanenses me deram para os representar e reivindicar. Lamento que o Senhor Deputado, entre os interesses da defesa partidária e de suporte ao Governo e os interesses dos covilhanenses, o Senhor Deputado não escolha a defesa dos covilhanenses. -----

Pedia, de facto, aos partidos que suportam o Governo que ajudassem a Covilhã e os covilhanenses, neste particular da questão dos prejuízos dos incêndios, mas já agora também nesta questão da

zona industrial de apoio para a zona industrial, na captação de investimentos para o território, no IC6 e na linha ferroviária. -----

O Senhor Presidente da Junta do Paul fala da questão do telhado do auditório. O auditório é um equipamento e uma infraestrutura municipal que está cedida à Junta de Freguesia. Senhor Presidente, teremos que tentar perceber, entre aquilo que é a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, como é que conseguimos fazer a gestão. Está cedido a utilização à Junta de Freguesia e teremos que encontrar uma solução para resolver esse problema. -----

Em relação à questão das levadas, existe uma candidatura à disposição da Associação de Regantes que podem concorrer exatamente para obter financiamentos para estes sistemas de regadio e, portanto, não sei se serão elegíveis, mas é mais uma possibilidade que temos em cima da mesa. --

Depois, Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Cortes, dos prejuízos *Kristin* é a informação que já foi transmitida. Em relação ao protocolo das juntas para as intempéries, aquilo que o Senhor Presidente imagino que esteja a referenciar, foi uma comparticipação do Município naquilo que é a componente própria de candidaturas que as juntas de freguesia fizeram a prejuízos não das intempéries, mas dos incêndios de 2025. Portanto, as juntas de freguesia, de acordo com aquilo que eram os avisos de abertura no âmbito dos incêndios de 2025, concorreram à cobertura de um conjunto de prejuízos e isso tem uma componente própria. Estamos a falar no caso de Unhais e de Sobral e não sei se me falha alguma junta. -----

Em relação às estradas, Senhor Presidente, dar-lhe conta que é um problema assumido. Liberámos, na sexta-feira passada, a aquisição de mais de 2500 toneladas de massa asfáltica para aquilo que são os nossos serviços do Município e fazerem as reparações que fazem todos os dias e que têm feito, tal como assumi o compromisso de, assim que o tempo melhorasse, as nossas equipas iriam para o terreno fazer esse trabalho que está sempre inacabado e que vai estar inacabado. Vou averiguar com os serviços do Município e vou pedir para que seja distribuído ou que esteja colocado à disposição das juntas de freguesia uma tonelada de massa asfáltica, para ser levantada nos nossos estaleiros, para que possam de alguma forma ir fazendo essas pequenas intervenções que compreendo e que são muito eficazes, feitas com os vossos meios e com os presidentes de junta poderem, no fundo, pegar nessa massa asfáltica e irem tapando aqueles buraquinhos. Aquilo que todos queremos, a começar por mim, é de criar melhores condições no nosso território a começar também pelas nossas estradas. -----

Em relação ao TCT e ao levantamento das estradas, gostava que todas as juntas tivessem respondido à Câmara, pois ajudava muito aquilo que é o trabalho que estamos a fazer de um levantamento sério, exaustivo e criterioso daquilo que são o estado das nossas estradas. -----

O Senhor Presidente vem queixar-se que “só avançou a Rua General Humberto Delgado desde o Canhoso até à Rotunda do Operário. Queria que tivesse avançado da Rotunda do Operário até ao Tortosendo.” Eu também queria. Enfim, dada a dimensão da obra, não foi possível avançarmos com tudo ao mesmo tempo e, portanto, lá chegaremos e dar-lhe conta, a si e a todos, que não há nenhuma intencionalidade de discriminação de qualquer tipo nestas decisões. Aquilo que vamos decidindo é em função dos recursos que temos, da urgência e do Estado, às vezes até ou quase

sempre no caso de degradação das estradas e, portanto, a oportunidade de realização. Portanto, lá chegaremos a esse lado do TCT para irmos fazendo essa reparação. -----

Em relação ao Senhor Presidente da Junta da Boidobra, agradeço-lhe o reconhecimento do arranjo do espaço exterior da infraestrutura da *Cerzir Afetos*. Como sabe, o Município da Covilhã está profundamente comprometido com esse equipamento e, já no mandato anterior, tinha apoiado de forma substancial naquilo que foi a realização da obra financiada com fundos comunitários. Aquilo que fizemos ao tomarmos a decisão, já neste mandato, de avançar com a reparação e requalificação dos espaços exteriores, foi acompanhar aquilo que é, naturalmente, a construção de um equipamento muito importante para a nossa comunidade. Não é só para Boidobra, mas para toda a comunidade. Agradeço muito sobretudo à equipa que está a dirigir a *Cerzir Afetos* e que tem levado este projeto para a frente e de todo o trabalho que fazem neste particular da solidariedade social que é, felizmente, transversal a todas as IPSS do nosso concelho. Fazem um trabalho absolutamente excecional, em colaboração com a Câmara Municipal, para conseguirmos dar resposta capaz e de qualidade às nossas populações, nomeadamente às nossas populações mais experientes. -----

Dizer-lhe que, da Rua Álvaro Ferreira Pinto, tem de perceber desde logo se antes estava transitável ou se não estava vou ter de perceber com os nossos serviços, nomeadamente se isso ocorre, como o Senhor Presidente disse de uma intervenção privada e tentar perceber se está ou não sinalizado na nossa fiscalização. Obviamente que a rua tem que estar transitável. Compreendo que as obras, quando são feitas, têm desgaste e incómodos. -----

TCT-Municipal 507: quero-lhe dizer que está no processo de avaliação das expropriações dos terrenos necessários para que possa ser construída a rotunda, nomeadamente a ligação do TCT para a 507. Espero que seja possível, desejo que aconteça e que uma das nossas próximas intervenções neste mandato a fazer seja, de facto, também resolver esse problema. -----

Em relação ao estaleiro da Boidobra, compreendo aquilo que é o impacto que as imagens que o Senhor Vereador Eduardo Cavaco transmitiu e aquilo que é o conhecimento do Senhor Presidente da Junta têm, mas para que não exista nenhuma dúvida ou para que não exista aqui confusão, estamos a falar de um estaleiro exterior que é, no caso em concreto, utilizado pela Câmara Municipal, localizar veículos que são abandonados no espaço público e que depois também, de acordo com a lei, seguindo os prazos e os trâmites legais, eles devem ser alienados porque não somos recicladores de metais. Aquilo que acontece é a Câmara Municipal, de acordo com a lei, retira os veículos do espaço público e, dentro dos prazos e dos termos legais, ao fim de algum tempo, ganha poder para se desfazer deles com a alienação pública, com as hastas públicas de alienação. Portanto, aquilo que é habitualmente feito não é a cada carro que é retirado do espaço público e que é colocado ali, fazemos uma hasta pública, até porque habitualmente ficariam desertos. Um empresário deste tipo de resíduos provavelmente não tinha nenhum interesse em vir fazer o transporte de uma viatura e aquilo que habitualmente acontece é, ao fim de algum tempo, a venda de algumas viaturas faz-se por hasta pública. -----

Em relação à limpeza das silvas, reconheço que há lá silvas. Basta andarmos com este tempo e percebermos o crescimento rápido das infestantes e das ervas. Iremos naturalmente ter cuidado naquilo que é a limpeza do nosso estaleiro. Agradeço a preocupação, mas dar conta, para que

todos os covilhanenses saibam, tratar-se de um estaleiro exterior de armazenamento de materiais do Município. -----

Em relação à questão do jardim-de-infância, temos que avaliar. Senhor Presidente, a questão da infância e a questão dos jovens é absolutamente prioritária. É oportunidade para reafirmar aquilo que é o compromisso da Covilhã para criar as melhores condições para que os jovens aqui possam fixar a sua residência e qualquer jovem, em início de vida, que queira escolher um sítio para residir naturalmente e constituir família provavelmente uma das coisas que vai avaliar é as questões dos infantários, dos jardins-de-infância, das creches, do pré-escolar e das escolas. Estamos a trabalhar com todos os agentes, desde logo os agentes educativos, mas também aqueles que, à volta da educação do Estado, prestam este tipo de serviços para que possamos dar respostas, incluindo as IPSS que, como sabe, têm também muitas delas este serviço de creche e de infantário. -----

Em relação ao Tortosendo, tal como já tinha dito e a respeito das estradas, se forem pegar nos documentos que aprovámos nesta Assembleia Municipal em dezembro de 2025, onde aprovámos o Orçamento para 2026, e depois naquilo que foi a Assembleia Municipal, se não me falha a memória, de fevereiro de 2026 onde integrámos o saldo de gerência e reafectámos essas verbas, vão encontrar lá um conjunto de projetos que dá pistas sobre aquilo que são os investimentos que pretendemos e desejamos fazer em 2026. -----

Compreendo que seja mais fácil vir aqui dizer “não há estratégia, não há planeamento, não há ideia nenhuma daquilo que fazem”. O que acaba por incomodar é que as coisas vão acontecendo mesmo sem, como vocês dizem, estratégia, planeamento e capacidade. Aquilo que vai acontecendo, de facto, depois está à vista dos covilhanenses. -----

Isto para dizer ao Senhor Presidente da Junta do Tortosendo que espero que, ainda no mês de maio, entre para concurso público aquilo que é a obra de requalificação entre a rotunda do TCT e a Estrada Nacional 18 – a Rotunda da Zona Industrial do Tortosendo. É uma intervenção em que vamos requalificar toda aquela estrada, incluindo passeios e, portanto, Senhor Presidente, quero dar-lhe nota que, de acordo com a informação que tenho dos serviços, espero que ainda no mês de maio seja possível avançar com o procedimento de contratação pública e, se tudo correr bem, ainda este ano vamos ter obra porque, cumprindo aquilo que são os prazos da contratação pública e contando que, naturalmente, haja concorrentes e contando com o prazo de execução estou convencido que, nos oito meses que faltam, ainda vamos ter tempo para fazer essa obra até ao final do ano como é nosso desejo. -----

Em relação ao Ourondo, ainda não consigo dar nenhuma resposta porque ainda não obtive do Estado nenhuma informação sobre qual a razão da disparidade no cálculo deste Fundo de Financiamento das Freguesias que muito bem identificámos já no passado e, já agora, peço também à Senhora Deputada eventualmente do PSD que, pela proximidade partidária em que certamente tem mais influência junto do Estado e do Governo, se nos pode dar uma ajuda nisto de tentar junto do Estado ajudar-nos a tentar compreender e esclarecer, de facto, qual é a discrepância que existe no cálculo desta fórmula do Fundo de Financiamento das Freguesias porque ela é, de facto, injusta e cria aqui várias discrepâncias entre as freguesias. Terei todo o gosto que a resposta seja dada pela Senhora Deputada diretamente ao nosso Presidente e que não

seja preciso ser a Câmara Municipal a dar essa boa nova e especialmente que seja uma boa resposta de reajuste da forma a que permita corrigir estas injustiças. -----

O Senhor Deputado Vitor Silva fala-nos na Escola do Tortosendo. Não lhe sei dizer qual é a razão. Iremos naturalmente fazer aquilo que nos compete que é continuar a sinalizar junto com as estruturas regionais, no âmbito da educação, aquilo que é as necessidades de intervenção das escolas. Aliás, teremos esta semana a oportunidade de estar com o Senhor Ministro da Educação e não nos eximiremos de dar nota daquilo que é as reivindicações do Parque Escolar do nosso concelho que, de facto, precisa de várias intervenções, incluindo eventualmente esta ambição antiga da Escola do Tortosendo de ter um pavilhão desportivo. -----

Em termos do pavilhão desportivo acompanho a necessidade e a vontade da Escola de São Domingos também, cujo pavilhão desportivo que tem é exíguo e já com condições deficitárias e, portanto, eventualmente repensar aquele espaço, a ambição que já vamos para a quarta candidatura da Escola Campos Melo que espero que seja desta que finalmente avance. -----

Sobre o PDM dizer-vos que tenho expectativa que durante o próximo mês, mas até ao Verão, seja possível iniciarmos o processo de apresentação da proposta de revisão do PDM e depois partir para consulta pública. E portanto as Senhoras e os Senhores Deputados terão essa informação. Não estou hoje em condições de vos dizer exatamente qual é a data em que isso vai acontecer, mas a informação que tenho dos serviços é que, no próximo mês ou nos próximos meses, seja possível colocar esse importantíssimo documento em consulta pública. -----

Em relação ao PMUS da Comunidade Intermunicipal da Região das Beiras e Serra da Estrela, fazer aqui apenas um esclarecimento: ele apenas está para consulta pública e, dentro da consulta pública, todos podem aceder ao documento que estará *online* na página da CIM Beiras e Serra da Estrela. Peço aos nossos serviços e pedirei ao meu gabinete o favor que lhe façam chegar a todas e a todos diretamente o *link* onde podem descarregar este documento e onde podem naturalmente e eventualmente fazer, se assim o entenderem, propostas no âmbito da participação da consulta pública. -----

O Senhor Deputado Vítor Reis Silva também falou sobre a rede viária. Creio que fui suficientemente esclarecedor. As estradas do Sul do concelho que fala, e estamos, com franqueza a aguardar que venha o Fundo de Emergência Municipal porque o custo substancial daquelas intervenções é muitas vezes de conseguirmos mobilizar meios e empreiteiros para irem trabalhar lá e, portanto, quando for feito esta reparação por razão dos incêndios, vamos aproveitar para fazer uma intervenção dentro daquilo que sejam as nossas capacidades também económicas, mas para fazer uma intervenção que procure dar resposta mais alargada às estradas daquele território e portanto, vamos aguardar. -----

Em relação à rede viária Ferro-Peraboa é perfeitamente identificada. Espero também com brevidade e o compromisso, no âmbito deste mandato, que ela venha a ser reparada. Reafirmei esse compromisso no âmbito de uma participação numa sessão de 25 de Abril que, já agora, aproveito para felicitar e agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia o convite que me endereçou para estar nesta sessão. Foi um gosto e voltei, exatamente nessa sessão perante a população de Peraboa, a dar a nota de que mantemos esse compromisso. -----

Relativamente aos abrigos de passageiros, concordo. Não tenho nenhum problema em fazer esses abrigos. Alguns deles são geridos pela concessionária, outros pela Câmara Municipal e outros ainda com as juntas de freguesia. Portanto, aquilo que desejamos, dentro daquilo que são as nossas capacidades, é que eles sejam todos o melhor possível. Consigo concordar e acompanhá-lo na ideia de que, se já não cumprem sequer a sua função, o ideal é tirá-los. Irei perceber com os serviços o que é que está nessas condições e o que é que conseguimos melhorar para isso. -----

Já agora, tive a oportunidade de dizer à Senhora Secretária de Estado da Mobilidade, com quem reuni há dias, que iremos concorrer no âmbito de uma candidatura de uma linha de financiamento que irá abrir do Governo de 3 milhões € para, a nível nacional, financiar a substituição de abrigos de passageiros. Tive a oportunidade de saudar e felicitar a Senhora Secretária de Estado pela iniciativa que, já agora, aumentou do ano passado para este de 1 para 3 milhões e, portanto, reconhecer o esforço substancial que estão a fazer, mas a verdade é que 3 milhões € para 308 municípios no país é pouco. Iremos fazer o nosso trabalho. Iremos concorrer. Iremos tentar obter ajuda para essas linhas e tentar arranjar aqui alguma verba que nos permita fazer essa intervenção.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Amadeu do CHEGA, não me queira causar um problema institucional porque, em resposta a uma informação que o Senhor Vereador me deu, o Senhor Deputado fez a interpretação de que eu estaria a dirigir-me à sua intervenção e nada tem a ver. Portanto, não me queira causar problemas internos na minha equipa com o meu Vereador que me estava a transmitir uma informação. -----

Quero-lhe dizer que vi com atenção os vídeos que mostrou e que, aliás, correram nas redes sociais. Dizer, porque foi tema no período da manhã, ao dia de hoje os elevadores estão todos a funcionar e já estão a funcionar há alguns dias. Respondendo àquilo que é a sua questão de como é que funcionam, como é que está a manutenção disto, como é que funcionam os contratos de manutenção, eles estão publicados, desde logo e em primeiro lugar, naquilo que são os meios públicos *online* os contratos no âmbito da concessão de mobilidade, os contratos de manutenção operacional dos elevadores são da responsabilidade da concessionária e, portanto, os contratos de manutenção operacional. Depois há aquilo que se chama a manutenção estrutural, isto é, tudo aquilo que sejam desconformidades ou avarias da infraestrutura como um todo. Eles acabam por ser suportados pela Câmara Municipal. Naturalmente, a empresa da manutenção que é contratada pela operadora identifica, faz a reparação, faz a substituição, mas eles acabam depois por serem pagos pela Câmara Municipal porque tem a ver com a infraestrutura e o que seja infraestrutura é da responsabilidade da Câmara. Tudo o que seja manutenção preventiva, tudo o que seja manutenção operacional é da responsabilidade da operadora. -----

Já agora, os nossos elevadores, desde sempre, têm um problema naquilo que é a sua operação e conceção. Mas há uma coisa Senhor Deputado que também quero partilhar: não há nada, mesmo nada que consiga prever aquilo que é, porventura, uma má utilização e falta de civismo. Infelizmente, muitas das vezes, os nossos elevadores e funiculares estão parados por atos de vandalismo e isso não é aceitável. Já pedi, aliás, aos nossos serviços, que temos que avaliar eventualmente a colocação de videovigilância para tentar perceber e tentar, pelo menos, dissuadir estes atos de vandalismo. O Elevador do Jardim que esteve inoperacional durante um período de tempo ainda demasiado longo para aquilo que é o desejo de todos, uma hora de inoperacionalidade é demais. Todos concordamos com isso, quanto mais dias! Mas a verdade é

que, depois de ser reparado e operacionalizado, não chegou a uma semana e estava novamente vandalizado. Enfim, não há manutenção, não há cuidado, não há nada que consiga ultrapassar isto, não é?! -----

Dar-lhe conta em relação à polícia, é uma realidade que conhecemos. A falta de efetivos não é só na PSP, mas nas forças de segurança. Naturalmente que, enquanto responsável do Município, olho para estes temas procurando naturalmente estar ao lado daquilo que são os comandos locais das forças de segurança, reivindicando junto do poder político mais efetivos. Agora também não nos podemos deixar iludir com o seguinte Senhor Deputado: a Covilhã continua a ser uma terra segura. Em todo o seu concelho, nas freguesias e no espaço urbano, continuamos a ser dos espaços mais seguros e, portanto, que não haja sobre isso nenhuma dúvida para os jovens, para os menos jovens, para os que andam de dia, para os que andam de noite. Isso não está em causa. E também, já agora, tenho total confiança naquilo que é o trabalho desenvolvido pelas forças de segurança, quer pela GNR, quer pela PSP, que aproveito para saudar na pessoa dos seus comandantes e depois todos os efetivos que estão ao serviço porque fazem absolutamente um trabalho notável com os meios e com os efetivos que têm. Isto não me dispensa de reconhecer e de desejar, naturalmente, que existissem mais meios, que existissem mais condições e mais efetivos para o fazer. -----

Em relação às questões que coloca de fiscalização dos estabelecimentos, o nosso serviço de fiscalização funciona. Enfim, haverá sempre mais ladrões do que polícias, como diz o ditado. O nosso serviço de fiscalização atua dentro daquilo que é o trabalho normal de fiscalização. -----

Em relação ao lixo e àquilo que é higiene urbana, temos também melhorado substancialmente. Há sempre espaço para melhorar, condições para fazer melhor, apesar de saudar e agradecer o trabalho que é feito pelas equipas de higiene urbana, nomeadamente ligadas a *Águas da Covilhã* e também, já agora porque é de todo justo, às equipas das juntas de freguesia que fazem um trabalho notável naquilo que é a higiene urbana nos seus territórios. -----

Sala de informática – Vou tentar perceber qual foi a razão e em que termos e em condições é que ela pode ser reaberta, sendo que a sala de informática, até pela dimensão do conjunto de equipamentos que hoje já todos temos em nossas casas, tinha até uma função mais pedagógica e complementar até ao centro das atividades que funcionava ali ao lado. Portanto, vou tentar perceber com os serviços a necessidade porque pode até ter acontecido que deixou de estar aberta porque deixou de fazer sentido. Vou-me informar. -----

Em relação ao espaço que todos denominamos comumente como a antiga loja do Zé André, como já tive oportunidade de dizer na reunião pública, é um projeto que já vinha do passado onde estava previsto e já contratualizado a realocação daquele espaço para uma zona de estacionamento, pelo menos nesta fase, no imediato e o Município que fez foi dar continuidade a esse projeto. Vamos dar continuidade até porque há um problema de estacionamento no centro da cidade. Quem anda nas ruas do centro histórico percebe que temos muitos carros estacionados e muitos deles até em situações de menos regularidade e, portanto, é preciso estacionamento, nomeadamente ao lado do Mercado Municipal para as pessoas que vão comprar, para as pessoas que se deslocam aqui no centro. Não estamos ainda em condições de transformar aquele espaço num espaço verde como eu, pessoalmente, também muito gostaria de transformar. Vamos ver se é possível. Também tive a oportunidade de explicar isso ao grupo de cidadãos que fez a gentileza e a bondade de vir à

reunião pública da Câmara Municipal na sexta-feira. Estamos a avaliar, no âmbito do projeto e da lei, se é possível substituir o pavimento (em vez de ser betuminoso-alcatrão, ser em paralelos). ---

Em relação ao CDS, a captação de investimento é o que fazemos todos os dias. Gostava muito era que o Governo que o Senhor apoia também ajudasse as câmaras, nomeadamente a Câmara da Covilhã, a fazê-lo e cumprisse com aquilo que era a sua obrigação. -----

Em relação às estradas já falei. -----

Em relação ao horário da Biblioteca Municipal, vou tentar perceber se é possível de acordo com aquilo que é os recursos humanos que temos e a disponibilidade que existe em termos de recursos públicos e de recursos humanos que temos. O ideal porventura era, se calhar, conseguirmos fazer aquilo que faz a biblioteca da UBI que era de a ter 24 horas aberto. Não parece que seja possível, nem desejável, nem viável. Se for operacionalmente possível, fá-lo-emos, sendo certo que provavelmente se depois cá trouxermos mais alguém para aumentar o quadro de pessoal, lá o encontrarei dizendo que já estão a criar mais trabalho para os amigos do partido. -----

Depois em relação ao MIPP, agradecer as palavras que teve para com a conferência a *Covilhã Innov Summit* que já vai na segunda edição e que foi, de facto, um sucesso. Não quero cometer-me indelicadeza, até porque é uma organização conjunta com a *UBI*, mas tenho ideias muito concretas e, aliás, creio que já partilhei consigo a título até pessoal, aquilo que são ideias de evolução deste evento que é estruturante e impactante no território, não tenho dúvida nenhuma e que é para continuar porque já há essa certeza entre a Câmara Municipal e a Universidade da Beira Interior. Será para melhorar em relação ao ano anterior. Foi assim este ano em relação ao ano passado. Espero que seja assim em 2027 em relação a 2026. -----

Em relação ao *BUPI*, totalmente de acordo. Exorto, peço e imploro a todos os senhores deputados, a todos os senhores presidentes de junta e a todos os municípios do nosso concelho que avancem com os registos do *BUPI*. É absolutamente crítico e dos números que aqui trouxe, Senhor Deputado, dar-lhe conta que, pese embora sejam baixos, que a Covilhã é dos municípios que está num patamar até mais elevado em termos de registos. Independentemente disso, é pouco e apelo a todos porque rapidamente este período de gratuidade para o registo vai terminar e a seguir as pessoas vão ter que pagar as escrituras, vão ter que pagar os registos e vão ter um custo muito superior para registar a sua terra. A Câmara Municipal está profundamente empenhada. Temos técnicos afetos com esta finalidade. Estamos ao serviço das populações e das juntas de freguesia para isso. -----

Depois, em relação à zona livre tecnológica, teremos oportunidades de falar sobre isso. -----

Em relação às escolas, falarei no contrato da *ICOVI*. -----

Em relação ao PSD, a Senhora Deputada desvaloriza um pouco, do meu ponto de vista, o papel e a importância da Assembleia Municipal. Disse “já não temos aqui condições para fazer nada”. Não é bem assim, Senhora Deputada. Dentro da lei, temos funcionado assim nestes mandatos todos e tem sido produzido trabalho e, portanto, acho que a Senhora Deputada se irá adaptar àquilo que são as regras e as possibilidades da nossa Assembleia. -----

Em relação às questões que fala da mobilidade, aproveito para lhe pedir ajuda (colaboração institucional) porque há um projeto que não conseguiremos avançar sozinhos. Vou ver quais é que

são as condições, mas não me parece que haja dinheiro nos fundos disponíveis e nas várias linhas de financiamento, até porque tinha a expectativa que, por exemplo, a IT da CIM pudesse financiar uma série de coisas e, pelos vistos, já se prepara aí uma reafetação de verbas para outras. Mas uma coisa que é indispensável é a variante de acesso à Serra da Estrela, aqui bem junto no centro da Covilhã, para que possamos tirar aqui este trânsito do Pelourinho e esse é um esforço substancial e, portanto, a Senhora Deputada vai resolver, porventura, parte da Rua Ruy Faleiro.” -----

- **Dra. Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (PSD)** – “Só para fazer aqui um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, já que ele focou uma grande parte da sua intervenção na minha pessoa. Dizer-lhe que, em primeiro lugar, esta Leonor Cipriano que está aqui é Deputada Municipal.

Em segundo lugar, sou sim Deputada da Assembleia da República, eleita pelo distrito de Castelo Branco, e nunca ponho em causa o meu empenho em relação ao distrito e nomeadamente ao nosso concelho. Portanto, onde eu puder ajudar, pode ter a certeza absoluta que lá estarei.” -----

- **Dr. Duarte Nuno Simões Rodrigues (Paul)** – “Relativamente às respostas do Senhor Presidente da Câmara, vim para aqui preocupado, mais preocupado daqui vou por uma razão simples: é que falo no tema e perdoe-me a analogia, mas é a mesma coisa que esteja a pedir para me arranjar a estrada para o Paul e o Senhor Presidente diz-me que já arranjam a estrada do Rio. Ou seja, falo na Ribeira do Paul e o Presidente responde na Ribeira da Erada. São coisas totalmente distintas. A Ribeira da Erada que falou foi limpa, mas ainda não foi acabada. É praticamente uma levada à Ribeira do Paul. Mas referia-me à Ribeira do Paul e o Senhor Presidente responde na Ribeira da Erada que é uma coisa completamente distinta e que ainda não está acabada. -----

Já falei por três vezes com Senhor Eng.º Alfredo Calado e ele disse-me na semana passada que finalmente que iam acabar o tema da Ribeira da Erada. -----

Relativamente aos regadios, fico triste com a resposta que me deu porque sabe perfeitamente bem que este programa que foi aberto não é enquadrável os regadios tradicionais e continuo a ficar com o mesmo problema nas mãos. -----

Ou seja, eu não levo daqui qualquer resposta de absolutamente nada em concreto. Falo numa ribeira e o Senhor Presidente responde-me com outra. Falo no tema dos regadios e o Senhor Presidente responde-me com um programa onde não são exequíveis aquelas obras.” -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio)** – “Primeiro, agradecer ao Senhor Presidente a disponibilização do betuminoso. Às vezes falar compensa quando nos queixamos e quando colocamos os nossos problemas. -----

Em segundo, eu respondi ao email que nos enviou. Acho que nós mandamos em cada uma das nossas casas. Na minha casa mando eu. Na sua casa, manda o Senhor. E é o tema das estradas é um tema que é uma casa sua. Portanto, aquilo que fizemos foi responder a dizer que estávamos totalmente abertos a reunir com os técnicos da Câmara para fazer o levantamento do estado das estradas da freguesia. Não sou eu que vou ter que dizer que a prioridade A, B ou C quando, de facto, o Município é o proprietário dessas estradas. -----

Depois não queria criar mais acrimónia nem azedume com os outros presidentes de junta, mas aquilo que eu estava a falar era sobre o protocolo que foi celebrado com Verdelhos para a Praia Fluvial de Beijames. Não ardeu nada desde 2022. Portanto, aquilo que os senhores escrevem aqui é a informação que é pública é que é no seguimento dos danos e prejuízos provocados pelas intempéries. Portanto, se Verdelhos não há arde desde 2022, se esta praia foi apoiada em 2024 e se é no âmbito dos danos provocados pelas intempéries, acho que é de elementar justiça haver outros protocolos com outras juntas que ainda estão à espera que a CCR se decida. -----

Se o Senhor Presidente quiser ser o mais claro possível e nos disser que o dinheiro para Verdelhos não chegou e tiveram que colocar lá mais 40.000 €, não me importo. Aliás, acho que nenhum presidente está contra protocolos feitos com outras juntas de freguesia. Aplaudimos. Agora não podemos escrever aquilo que efetivamente não é e os senhores escreveram que era para danos e prejuízos decorrentes das intempéries. Portanto, se é nesses moldes, a Junta de Freguesia das Cortes também está em prejuízo. Essencialmente as crianças da minha freguesia também estão com esse prejuízo. Só queremos tratamento igual nas questões que são de igualdade.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Paul que “talvez não tenha sido suficientemente explícito, mas aquilo que lhe dizia e tentei mostrar no nosso slide é que ainda estamos hoje a aguardar aquilo que é a contratualização dos financiamentos no âmbito do PEPAC que nos vai permitir, tal como ali estava descrito, também as questões da erosão, das linhas de água, etc. E portanto, espero chegar lá rapidamente e aquilo que eu disse também podia ter começado pelo Paul, dizendo que já tínhamos feito a intervenção de limpeza entre o Paul e a Erada, mas comecei pela Erada e termina no Paul, mas qualquer que seja o lado que se começa, vamos lá chegar a ambos os sítios. -----

Senhor Presidente Jorge Viegas, não me referenciava a si naquilo que era as respostas à colaboração com os serviços municipais nas estradas, mas vejo que tem uma interpretação diferente. Quero dar-lhe conta de que esse levantamento está a ser feito pelos nossos serviços com a colaboração indispensável das juntas de freguesia. Não estamos aqui em lados opostos. A Câmara Municipal não é a equipa vermelha e as juntas de freguesia são a equipa azul. Somos todos da mesma equipa, independentemente do partido com que concorremos essa parte já ficou lá atrás. Resolvemos isso a 12 de outubro. Agora, durante quatro anos, aquilo que vos proponho é trabalharmos todos na equipa verde do Sporting da Covilhã e do Município da Covilhã para remarmos todos para o mesmo lado. Portanto, é essa a perspetiva de colaboração. -----

Depois, em relação ao protocolo com Verdelhos, quero dizer-lhe que acho que é um bocadinho deselegante. Não tenha receio porque a Praia Fluvial de Verdelhos não vai competir com a capital das Piscinas Naturais de Cortes do Meio. Na Praia Fluvial de Verdelhos aquilo que fizemos foi prestar um apoio à Junta de Freguesia para recuperar um espaço que foi totalmente devastado nas tempestades que não estão cobertas pelos prejuízos da *Kristin* porque, do comboio das tempestades que estamos a falar, vai haver, esperemos nós, dinheiro para suprir os prejuízos como o Senhor teve também na sua Junta de Freguesia. Vão ter uma parte do financiamento que já aqui falei. -----

Esta que estamos a falar é que não estão cobertas por nada e aquilo que era um espaço extraordinário que vem valorizar todo o território que foi recuperado no final do Verão do ano

passado, no início deste Inverno foi totalmente devastado. Aquilo que estamos a fazer é colocá-lo em condições para que, no início deste Verão, ele esteja em condições. -----

Dar resposta às questões levantadas pelo Partido Socialista O Partido Socialista falava das tempestades *Kristin*, da *Bolinha de Neve* e do IEFP. Sobre o IEFP, espero que não tenha passado, de facto, de uma notícia sem qualquer fundamento. Estaremos naturalmente intransigentes naquilo que é a defesa, o reforço e a manutenção da importância da centralidade não só do centro da Covilhã, do IEFP, mas também o centro de formação que aqui funciona. -----

Em relação à *Bolinha de Neve*, dizer-vos que está assegurado o funcionamento a partir de 1 de setembro noutro espaço. Quero agradecer mais uma vez publicamente à família a cedência do espaço durante todos estes anos à nossa comunidade. Estamos numa nova fase. A instituição que hoje gere o Colégio das Freiras vai transferir-se para gerir a *Bolinha de Neve*. A Câmara Municipal está a colaborar com essa instituição, com o Instituto de Segurança Social e em estreita colaboração com a Comissão de Pais, para garantir que a 1 de setembro vai estar aberto em condições de aquelas crianças utilizarem o espaço, sendo certo que vai ocorrer em contínuo com a realização de obras estruturais de reparação do espaço, sendo que isso é totalmente seguro. ----

Saudar e agradecer a intervenção, de manhã, do Senhor Deputado António Saraiva. Apreciei a forma tranquila e serena como fez essa intervenção. Dar-lhe conta também que, sobre as casas de banho, elas já estão abertas há uns tempos. Não lhe sei precisar o dia, mas a casa de banho da Barbacã está aberta. As casas de banho atrás da Câmara Municipal, pese embora façamos no futuro intervenções mais profundas, também já estão abertas. -----

De resto, vamos fazendo estes trabalhos que irritam muita gente das estradas, do alcatroamento, dos passeios, do cuidado daquilo que é o nosso espaço público e, portanto, continuaremos a trabalhar com força e ânimo pela melhoria das condições das nossas pessoas.” -----

3.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 2025 COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA COVILHÃ

--- Na sequência do ofício n.º 792, datado de 31 de março de 2026 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para os efeitos do disposto na alínea j) do artigo 18.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP)** – “O relatório da CPCJ merece a nossa melhor atenção e não apenas pelo trabalho exigente que desenvolve diariamente, mas

também pela sua missão, visando promover os direitos das crianças e jovens e, acima de tudo, prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, tal como refere o n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. -----

Estamos perante um documento que evidencia a existência de um número significativo de situações de risco envolvendo crianças e jovens no nosso concelho. -----

Para nós, a palavra-chave é prevenir e necessitamos questionar as causas que estão na origem dos processos explanados neste mesmo relatório. -----

Quando persistem situações de negligência, absentismo escolar ou conflitos familiares, não estamos apenas perante casos individuais, mas encontramos-nos perante sinais de fragilidade social que exigem respostas mais abrangentes e, mais uma vez, de prevenção. -----

Verificámos que existe intervenção em áreas bastante sensíveis, mas também devemos refletir se essa intervenção está a acontecer demasiado tarde, quando os problemas já estão instalados e é aqui que o Município deve ter um papel ativo. -----

A prevenção, o apoio às famílias, a articulação com as escolas e com as instituições sociais são áreas onde é possível e também necessário fazer mais porque, como conseguimos verificar no ponto 4.8 sobre as problemáticas acompanhadas em 2025, temos com maior incidência crianças e jovens expostos à violência doméstica, seguindo-se o absentismo escolar. -----

Assim, este documento não deve ser visto apenas como um balanço de atividades, mas como um alerta para a necessidade de reforçar políticas que atuem na prevenção dos diferentes problemas que existem e também subsistem no concelho porque proteger as crianças e jovens não é apenas intervir quando algo falha. É, acima de tudo, criar condições para que essas situações não voltem a acontecer.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** – “Só salientar, de facto, o número de casos tratados pelo CPCJ em 2025 e, mesmo assim, os casos ativos transitaram depois para 2026 (205). -----

Espero que esta equipa já integre, porque anos anteriores não integravam, elementos com formação em Direito e Psicologia a tempo inteiro a trabalhar, de facto, nesta área e salientar o trabalho da equipa e da importância da CPCJ, não só nas questões eventualmente porque é mais ao nível da ação, da sinalização e dos casos que, quer por violência doméstica, quer por absentismo escolar, vão acontecendo e as escolas aqui, muitas vezes, são os principais agentes que indicam e que sinalizam, mas o saudar a equipa que trabalhou durante 2025 porque, de facto, é um trabalho fundamental e importante. -----

Por aquilo que vimos é, de facto, uma dimensão extraordinária. A violência doméstica é evidente que tem várias causas, mas é possível alguma prevenção, assim como a boa ligação com as escolas, para, enfim, dificultar-se que aconteça aquilo que acontece que é o absentismo escolar principalmente escolas sinalizadas, há aí freguesias que têm, percentualmente, uma incidência maior, mas é de louvar o trabalho que é feito pela equipa e por todos os intervenientes.” -----

- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS)** – “Relativamente ao relatório da CPCJ da Covilhã, importa começar por reconhecermos o trabalho desenvolvido por esta Comissão que atua frequentemente em contextos exigentes, lidando com realidades complexas e com forte impacto social. -----

A proteção das crianças e jovens em risco constitui uma prioridade absoluta das políticas públicas que defendemos. Trata-se de uma área onde o Estado, as autarquias e a comunidade devem atuar de forma articulada, consistente e preventiva. -----

O relatório demonstra que, no ano de 2025, a generalidade das atividades previstas foi concretizada tanto ao nível da intervenção como da prevenção, daí o nosso reconhecimento. No entanto, mais do que elencar atividades, este relatório deve levar-nos a uma reflexão séria sobre os dados apresentados. Mais do que um documento descritivo, ele representa um instrumento essencial de avaliação da realidade social do nosso concelho. Permite-nos compreender melhor os desafios que enfrentamos, nomeadamente ao nível das dinâmicas familiares, das vulnerabilidades económicas e das situações de risco que afetam as nossas crianças. -----

Desde logo, destaca-se o volume significativo dos processos: 413 crianças e jovens acompanhadas com crescimento muito expressivo ao longo dos últimos anos. Entre 2010 e 2025 verificou-se um aumento de mais de 125% nos processos em acompanhamento e este dado, por si só, não pode ser ignorado. -----

Acresce a isto o aumento preocupante de situações de violência doméstica. Cresceu cerca de 122%, bem como o absentismo escolar com o aumento de 63%. Estes números revelam fragilidades sociais que exigem respostas mais estruturadas e não apenas reativas. -----

É verdade que parte deste aumento também pode estar associado a uma maior sensibilização da população e a um enquadramento legal mais robusto, nomeadamente no combate à violência doméstica. Ainda assim, isso não diminui a responsabilidade de todos nós em garantir respostas eficazes e atempadas. -----

Mais do que reconhecer o trabalho feito, é fundamental perceber que estes dados exigem uma atuação política clara, reforço de meios, maior articulação entre entidades e uma aposta séria na prevenção. Por proteger as nossas crianças e jovens, não pode ser apenas uma prioridade declarada. Tem de ser uma prioridade efetiva e, assim, reconhecendo o empenho e dedicação de todos os intervenientes, o Partido Socialista entende que este relatório reflete um trabalho sério ao serviço das nossas crianças e jovens e salienta a importância de existir compromisso por parte de todos e também da autarquia.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou felicitando “a Senhora Presidente da CPCJ e toda a equipa que foi eleita e agradecer, a título pessoal mas sobretudo enquanto Presidente da Câmara, todo o trabalho que toda a equipa da CPCJ, quer os técnicos da Câmara Municipal, quer todos aqueles que fazem parte desta equipa porque a CPCJ é muito mais do que os técnicos da Câmara Municipal, envolve toda a comunidade nas suas mais diversas vertentes. -----

Quero agradecer muito o trabalho que fazem numa área que é determinante e muito importante para a nossa comunidade e para o nosso concelho, nomeadamente para as famílias e sobretudo para os jovens procurando dar-lhes e transmitir-lhes a mensagem reforçada de que a Covilhã é

também um espaço de segurança para além de ser um espaço de oportunidade para os jovens e também um espaço de segurança para eles. -----

Quero agradecer e valorizar o vosso trabalho, desejando naturalmente para o mandato que agora inicia as melhores felicidades e sucessos para que consigamos e continuemos a fazer este caminho.” -----

--- A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades, referente ao ano de 2025, elaborado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã.

3.4 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO – PROCESSO 60/20 – WINDMILL VILLAGE – EMPREENDIMENTO TURÍSTICO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de março de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 2371/26 de 2026.04.02 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Senhor **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP)** para “dizer que é notável o progresso alcançado no projeto *Windmill Village* que apresenta já a maioria das suas infraestruturas nucleares concluídas ou em fase final de execução.

O relatório evidencia o sucesso na construção de elementos distintivos, como os moinhos holandeses e as áreas de lazer, demonstrando um ritmo de trabalho célere e um compromisso claro com os prazos de licenciamento. -----

A concretização física do empreendimento reflete uma gestão operacional eficiente, apesar de titubeante no seu início, transformando o plano numa realidade tangível para o concelho da Covilhã e, esperamos, com projeção a nível internacional. -----

O documento técnico detalha o estado de execução do projeto até ao final de 2025, indicando que foram decorridos 38 dos 45 meses previstos para a sua implementação total. Com uma execução física de aproximadamente 84%, os trabalhos concentram-se agora na montagem de equipamentos e decoração de interiores. O licenciamento atual, note-se, é válido até julho de 2026 e é, portanto, expectável que a Covilhã passe a incluir na sua oferta turística, com brevidade, mais um empreendimento. -----

Apesar da evolução favorável da obra, o relatório aponta uma falha no rigor metodológico do reporte uma vez que a entidade beneficiária não entregou os relatórios semestrais obrigatórios, optando por uma junção anual. Esta prática, embora tenha sido aceite excecionalmente, dificulta

uma monitorização contínua e rigorosa do investimento e é importante identificar se este é caso único (atenção também dos senhores dos serviços da Câmara, por intermédio do Senhor Presidente da Câmara) pela sua especificidade do projeto ou se esta é uma prática corrente e, portanto, teria que ser relaxada a questão dos seis meses. -----

Além disso, a discrepância temporal entre o reporte da execução física que é de dezembro e financeira que é de setembro, cria alguma dificuldade em analisar os custos de execução no fecho do ano, exigindo uma fiscalização mais apertada nesta reta final em que faltam ainda 15% do projeto restante. -----

Apesar destes pressupostos, o MIPP congratula-se com o facto deste projeto se aproximar da fase final, muito em particular tendo em vista a oferta de postos de trabalho novos, como indicado no relatório. Estes temos a certeza que ainda serão uma realidade este ano. Pelo menos é esse o nosso desejo.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** destacou e realçou “aquilo que é a coragem e a capacidade de investimento deste projeto que, independentemente daquilo que seja a apreciação estética que cada um faça, não tenho dúvida nenhuma que é um projeto de uma dimensão absolutamente extraordinária de um empresário covilhanense, num sector absolutamente estratégico como é o turismo e que teve a capacidade e a coragem de investir na sua terra nesta área. -----

Quero apenas saudar e agradecer o trabalho que é feito também por este empresário, esperando que muito rapidamente este empreendimento venha reforçar aquilo que é a capacidade de oferta hoteleira que o município tem para os turistas que nos visitam e que é também um bom exemplo do quão interessante e atrativo é o nosso concelho para investimento privado porque, garantidamente, nenhum dos empresários que arrisca o seu dinheiro no nosso concelho não tem a expectativa que tem de rentabilizá-lo e não de o perder. -----

Quero saudar este investimento, reforçando que a Câmara Municipal apoiou, digamos, e atribuiu um conjunto de benefícios a este investimento que hoje aqui vem este relatório de acompanhamento a este investimento e, portanto, realçar o papel que a Câmara Municipal teve no passado e que irá manter no futuro de captar, apoiar, atrair e ajudar todos os investimentos que são feitos no nosso território, esperando que outros nos ajudem.” -----

--- A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Relatório de Acompanhamento – Processo 60/20 – Windmill Village – Empreendimento Turístico. -----

3.5 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DE ALDEIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – GRADEAMENTO M512 NA BARROCA GRANDE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de abril de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2363/26 de 2026.04.02 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Aldeia de São Francisco – Requalificação de Espaço Público – Gradeamento M512 na Barroca Grande**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso), Dra. Sónia Isabel Afonso Moura (Vila do Carvalho) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.

3.6 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DO BARCO – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – REQUALIFICAÇÃO DE PASSEIOS NA ESTRADA MUNICIPAL 513

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de abril de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

na sua redação atual, através do ofício n.º 2830/26 de 2026.04.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia do Barco – Requalificação de Espaço Público – Requalificação de passeios na Estrada Municipal 513**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso), Dra. Sónia Isabel Afonso Moura (Vila do Carvalho) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.

3.7 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DE CASEGAS – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – CALÇADA DA RUA DO ROSSIO, DA 1.ª TRAVESSA DA RUA DO ROSSIO E DA 2.ª TRAVESSA DO ROSSIO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de março de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 1955/26 de 2026.03.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Aldeia de Casegas – Requalificação de Espaço Público – Calçada da Rua do Rossio, da 1.ª Travessa da Rua do Rossio e da 2.ª Travessa do Rossio***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso), Dra. Sónia Isabel Afonso Moura (Vila do Carvalho) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.

3.8 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DE CORTES DO MEIO – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – ENVOLVENTE À CAPELA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de março de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2366/26 de 2026.04.02 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor ***Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)*** não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Cortes do Meio – Requalificação de Espaço Público – Envolvente à Capela de Nossa Senhora do Carmo***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.9 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DA COUTADA – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – LARGO DA RUA DO CALVÁRIO E DA FONTE DO LARGO INFANTE D. HENRIQUE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de março de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 1956/26 de 2026.03.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor *Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)* não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia da Coutada – Requalificação de Espaço Público – Largo da Rua do Calvário e da Fonte do Largo Infante D. Henrique*, foi a mesma *autorizada por unanimidade*. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.10 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DA ERADA – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – CALCETAMENTO DE ÁREA JUNTO AO MIRADOURO, LARGO DA CARREIRA E RUA DA VINHA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de abril de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2831/26 de 2026.04.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia da Erada – Requalificação de Espaço Público – Calcetamento de área junto ao miradouro, Largo da Carreira e Rua da Vinha**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.11 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DE ORJAIS – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – IMPLANTAÇÃO DE SANITÁRIOS PÚBLICOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 10 de abril de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2575/26 de 2026.04.13 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Orjais – Requalificação de Espaço Público - Implantação de Sanitários Públicos**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.12 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DO OURONDO – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – REQUALIFICAÇÃO DE PASSEIOS DA RUA DA ESCOLA; REQUALIFICAÇÃO DA CALÇADA DA RUA DA CARREIRA E MELHORAMENTOS NO JARDIM PÚBLICO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de abril de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2833/26 de 2026.04.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia do Ourondo – Requalificação de Espaço Público – Requalificação de passeios da Rua da Escola; Requalificação da calçada da Rua da Carreira e Melhoramentos no Jardim Público***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.13 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DO PAUL – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DR. CARLOS COELHO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de março de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2367/26 de 2026.04.02 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor ***Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)*** não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia do Paul – Requalificação de Espaço Público – Requalificação do Largo Dr. Carlos Coelho***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.14 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DO PESO – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – ESCADARIA ENTRE A TRAVESSA DA LADEIRA E O LARGO 25 DE ABRIL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de março de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 1957/26 de 2026.03.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

---- O Senhor *Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)* não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia do Peso – Requalificação de Espaço Público – Escadaria entre a Travessa da Ladeira e o Largo 25 de Abril**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.15 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DE SÃO JORGE DA BEIRA – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – JUNTO AO CORETO NAS MINAS DA PANASQUEIRA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de março de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 1958/26 de 2026.03.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de São Jorge da Beira – Requalificação de Espaço Público – junto ao Coreto nas Minas da Panasqueira**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.16 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE TEIXOSO E SARZEDO – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – IMPLANTAÇÃO DE SANITÁRIOS PÚBLICO NA BORRALHEIRA E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PEDONAL NA PONTE DA RUA QUINTAS DO VALE DE Mouro

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de abril de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos

do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2835/26 de 2026.04.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo – Requalificação de Espaço Público – Implantação de Sanitários Públicos na Borralheira e instalação de estrutura pedonal na ponte da Rua Quintas do Vale de Mouro**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.17 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE FORMOSO E ALDEIA DO SOUTO – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – REQUALIFICAÇÃO DA FONTE VELHA E DO JARDIM ENVOLVENTE EM VALE FORMOSO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE MERENDAS DE ALDEIA DO SOUTO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de abril de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2836/26 de 2026.04.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto – Requalificação de Espaço Público – Requalificação da Fonte Velha e do jardim envolvente em Vale Formoso e Requalificação do Parque de Merendas de Aldeia do Souto**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.18 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ NA FREGUESIA DE VALES DO RIO – REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – IMPLANTAÇÃO DE SANITÁRIOS PÚBLICOS, MINI-BAR E MIRADOURO NO PARQUE DE LAZER

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de abril de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2837/26 de 2026.04.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** não participou na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** – “Dizer que é com agrado que registamos vários contratos interadministrativos para realização de obras que são, obviamente, no interesse das

juntas de freguesia que, na concretização do princípio da subsidiariedade, devem de facto ser feitos por aqueles que melhor conhecem, melhor sabem e, se calhar, conseguem melhor administrar isto. -----

Fico muito feliz e congratulo-me muito com estes investimentos. Espero que, de facto, os montantes sejam suficientes para a execução das obras que aqui foram feitos, mas acredito que as juntas tenham tido essa capacidade e que sejam pagos atempadamente os valores. -----

Por muito que me custe, mas fazer aqui a ponderação no que diz respeito à injustiça relativamente à própria cidade da Covilhã porque se existem estas obras todas ao longo do concelho, na Covilhã continuamos sem Jardim da Goldra, sem alguns investimentos essenciais que, se calhar, também era preciso fazer um contrato interadministrativo com a própria Câmara para os fazer. -----

Fica só o alerta. Espero que também me deem esta possibilidade de brincar um bocadinho com isto, mas isto é, de facto, revelador isto. Faz parte do desenvolvimento sustentável do concelho. Não pode ser tudo para a Covilhã e nas estradas, nem pode ser tudo para as obras essenciais só para as freguesias e a Covilhã ficar para trás nisto.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** – “Considero a intervenção do Deputado João Bernardo circunstancial porque muitos investimentos municipais são concentrados na cidade e aquilo que devia ser feito era haver mais investimentos municipais concentrados nas freguesias. -

Sobre o tema das transferências para as freguesias e não tem nada a ver com aquilo que aqui está colocado, ou seja, a Câmara Municipal da Covilhã decidiu fazer a atribuição de um apoio para espaço público e só vem aqui estes contratos por se tratar não de protocolo, mas delegação de competências e, portanto, através de contrato administrativo tem que ser feita a deliberação na Assembleia Municipal. -----

Quero reafirmar aqui a importância daquilo que é o principal instrumento de transferência de recursos financeiros para as freguesias que são os autos de transferência de competências. Apesar do aumento que se verificou em 2025, os tais 5%, que se mantiveram em 2026, apresentámos na primeira reunião que tivemos do mandato a proposta de que é necessário cumprir duas questões fundamentais – duas cláusulas que constam do contrato. -----

Por um lado, haver uma efetiva atualização anual, uma vez que, com a inflação e com o aumento do poder de compra, aquilo que está a acontecer é que as freguesias todos os anos ficam com menos recursos financeiros para fazer face às competências que tem. -----

Uma segunda questão é a cláusula 14 do mesmo acordo que prevê que novos espaços que existam nas freguesias ou a inexistência de espaços que, de um ano para o outro, deixam de existir, possa fazer a atualização do acordo. Dou o exemplo que há pouco falávamos e o Senhor Presidente da Câmara também falou: a requalificação da envolvente a *Cerzir Afetos*, que está a ser feita por uma empreitada da Câmara Municipal da Covilhã, vai transformar o espaço envolvente num bonito jardim, num projeto que caracterizo até como exemplar sob o ponto de vista da requalificação do espaço urbano. O que é que acontece? Acontece que, a partir da inauguração digamos assim, é necessário cuidar do espaço. Vai ter rega. É necessário acautelar que está em funcionamento. É necessário acautelar que é preciso jardinar aquele espaço e, portanto, se as juntas de freguesia

não puderem introduzir esse metros quadrados de terreno e essa área que apareceu de novo nesse contrato, quem vai tratar desse espaço público? É a Câmara Municipal que vai à freguesia fazer aquele pedaço em concreto? -----

Estamos em abril. Até junho podemos fazer essa alteração para enviar para a Direção Geral das Autarquias locais. Como dizia o Senhor Presidente da Câmara Municipal há pouco, somos uma mesma equipa e, em conjunto, devemos olhar para os autos de transferência de competências, aprofundá-los, verificar outros exemplos de outros municípios que já tive o cuidado também de ver e de ver como é que reforçamos a capacidade financeira das freguesias, por um lado, e melhoramos o trabalho que é feito. -----

Também uma outra questão: como é que a Câmara Municipal verifica que os contratos e os autos que assina com todas as freguesias estão efetivamente a ser cumpridos? Basta passar nalgumas estradas do nosso concelho que são limites de duas freguesias e olhar para um lado e olhar para o outro para ver como é que estão. É importante, quando se assina um contrato, que ele seja cumprido pelas duas partes: a Câmara Municipal que envia o dinheiro à junta de freguesia que tem de fazer a limpeza da estrada, das bermas, dos taludes, do espaço público. Estamos muito a tempo de até junho possamos ver isso em condições e melhorar efetivamente essa questão. -----

Mas há uma outra questão porque cada uma das freguesias das 25 freguesias que existem no concelho da Covilhã têm a sua autonomia e pode contratar com a Câmara Municipal esse auto de transferência de competências. Não temos que estar à espera de todas para poder fazer com uma e isto é muito importante preservar esta autonomia de cada uma das freguesias. -----

Portanto, faço esse apelo para que se comece a trabalhar rapidamente, tanto na questão da atualização que ela nunca foi feita desde 2022 até 2025 e que, efetivamente, se coloque em cima da mesa uma cláusula que permita, como diz a lei, que no ano seguinte não se pode ter menos verba do que aquilo que se teve no ano anterior ou do que o contrato anterior e que novos espaços que surjam nas freguesias possam ser incorporados ao auto, conforme também está estipulado no acordo e que a Câmara Municipal cumpra esse acordo. -----

Uma outra questão é sobre outros protocolos, nomeadamente dos equipamentos de limpeza que estão a ser feitos pelo Regulamento Municipal de Apoio às Freguesias e, naturalmente, virem 2.000 € é melhor do que não ver nada. É natural que os meus colegas presidentes de junta tenham validado estes contratos porque a Câmara Municipal decidiu e, portanto, *“a cavalo dado não se olha o dente”* como diz o Povo. -----

Só que acontece que o Regulamento Municipal tem regras que devem ser cumpridas. É um Regulamento que foi aqui aprovado em 2022, que foi publicado em *Diário da República* e que devem ser cumpridas as regras que lá estão, nomeadamente e aqui reafirmo aquilo que disse a Junta de Freguesia da Boidobra apresentou no dia 30 de setembro, consoante o Regulamento, um requerimento ao Senhor Presidente da Câmara, o qual não tem resposta até ao momento. Não foi fixado outro prazo durante o ano de eleições. É certo que o Regulamento diz que, em ano de eleições, pode ser fixado outro prazo, mas não foi fixado nenhum outro prazo e a Câmara Municipal tem que responder a esse requerimento pelo Código do Procedimento Administrativo,

naturalmente, e não através de uma resposta política dizendo que a Freguesia da Boidobra ou já é beneficiado ou as outras ficam prejudicadas. -----

Não é essa a resposta que queremos e, portanto, a importância também de fazer cumprir os regulamentos que estão em vigor, que foram aprovados nesta *Casa* e estão publicados em *Diário da República*. -----

Para nós, é uma questão muito importante e apelamos a que sejam cumpridos e seja dada a devida resposta.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** – “Dirigindo-me ao Senhor Presidente da Câmara, há dois dias atrás celebrámos o 25 de Abril e uma das maiores conquistas do 25 de Abril foi o poder autárquico. E coincidência: estamos hoje a celebrar algo que não só honra essa conquista de Abril que é, de facto, esta relação de proximidade que vemos por parte do Executivo e as Juntas de Freguesia. É com esse carácter de proximidade que entendemos que serão resolvidos mais rapidamente aquilo que são os problemas nas nossas freguesias, naquilo que são das nossas populações, dando resposta àquilo que também é a necessidade de os próprios presidentes de junta e os executivos das juntas de freguesias de terem essa capacidade e essa autonomia de decisão das suas prioridades locais. -----

Senhor Presidente, aquilo que também me cabe a mim dizer é que a diligência feita e o anúncio feito em dezembro por parte do Executivo Municipal para o ano de 2026, em abril, está de facto a ser posto em marcha e, portanto, também de saudar a rapidez com que este compromisso eleitoral, este compromisso por parte do Executivo Municipal foi posto em prática. Damos por isso também, de alguma forma, este voto de louvor àquilo que é a ação do Executivo Municipal.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou por agradecer “as palavras do Senhor Deputado Pedro Bernardo. O que estamos aqui a fazer é cumprir, ou melhor, dar corpo àquilo que foi um compromisso político que celebrámos com o eleitorado aquando das eleições, onde tive a oportunidade de definir, enquanto candidato a presidente da Câmara, a questão da requalificação do espaço público e da regeneração urbana que iria ser uma prioridade neste mandato e sempre disse que iria ser uma prioridade para todo o concelho. -----

Também foi por isso que, de imediato, desde o início, delineámos, juntamente com os meus colegas do Executivo, uma estratégia e um instrumento que permitisse transformar este objetivo em realidade, de forma previsível, de forma consistente e de forma impactante ao longo dos quatro anos do mandato. Portanto, foi nesse sentido que definimos um orçamento, regras, distribuição de valores entre as freguesias... -----

Já agora, Senhor Deputado João Bernardo, entre todas as freguesias, incluindo a União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, só aqui não vem o protocolo porque é exatamente um protocolo. Não é um contrato interadministrativo. Para um jurista de mérito como o Senhor, não é preciso explicar por que é que não vem aqui um protocolo e vem um contrato, mas já agora dar conta para os nossos cidadãos que nos acompanham é que o contrato interadministrativo é obrigatório vir aqui porque a propriedade em que vai ser intervencionada é do Município e, portanto, estamos a delegar a responsabilidade numa junta de freguesia para intervencionar algo que é propriedade

do Município. Quando não é propriedade do Município, então realizamos e celebramos um protocolo de apoio que basta apenas ser feito através da aprovação da reunião de Câmara que foi o caso, já agora, Senhor Deputado, do que aconteceu com a União de Freguesias da Covilhã e Canhoso que vai utilizar a verba que está destinada à União de Freguesias da Covilhã e Canhoso no montante de 17.000 € para intervencionar um espaço na localidade do Canhoso, nomeadamente as casas de banho – uma intervenção profunda que saúdo daquilo que é a seleção por parte do Senhor Presidente da Junta e da sua equipa. -----

Este ponto é onde queria chegar: é que estamos aqui a fazer é dar corpo àquilo que foi um compromisso eleitoral de todos e que ficou formalmente aprovado no Orçamento Municipal de transferirmos 250.000 € por ano para o conjunto das 25 juntas de freguesia para que possam melhorar aquilo que é a qualidade do espaço público. -----

Para mim, é uma felicidade grande ver, por exemplo, todas estas intervenções: o gradeamento da Municipal 512 na Barroca Grande que vai ser melhorado através do contrato com a Freguesia da Aldeia de São Francisco de Assis; a requalificação de passeios da estrada no Barco; a requalificação da calçada da Rua do Rossio em Casegas; a envolvente à Capela de Nossa Senhora do Carmo nas Cortes do Meio... Portanto, todos estes espaços que as Senhoras e Senhores Presidentes de Junta fizeram o favor de priorizar e identificar no seu território para aplicarem aquilo que era a verba que não existia antes e que passa a existir. Compreendo a dificuldade de elogiar esta medida. -----

É, de facto, um compromisso. É isto que quero reafirmar com todas e com todos e sobretudo aqueles que são os nossos eleitores, os nossos covilhanenses. É que ao longo destes quatro anos vamos, de forma contínua, previsível e consistente, trabalhar naquilo que é a melhoria do espaço público e também, já agora, da limpeza e foi com base nisso também que temos um montante de protocolos que foram aprovados na sua esmagadora maioria, na última reunião de Câmara de sexta-feira, para apoio à aquisição de equipamentos de limpeza e de materiais que permitam as juntas de freguesia trabalharem e melhorarem as condições de limpeza e higiene nas suas freguesias, no montante total de 50.000 €. Portanto, entre estes dois protocolos, estamos a falar de 300.000. Se lhe somarmos os 2.500 € por freguesia no total de 62.500 € para as 25 freguesias de apoio à promoção do património imaterial do seu território, às manifestações culturais de preservação da memória e dinamização do seu território, percebemos que hoje temos aqui um reforço em relação àquilo que é o ano de 2025, de 362.500 € por ano. -----

Aproveitando para dar resposta ao Senhor Presidente Marco Gabriel, dar lhe conta que, em relação às delegações de competências, já tive a oportunidade de me pronunciar nesta Assembleia, de conversarmos pessoalmente e, portanto, já tive a oportunidade de falar sobre isto. Aquilo que lhe posso dizer é que esta é uma competência da Câmara Municipal que é delegada nas juntas de freguesia com o acordo das mesmas. -----

Compreendo as limitações que me fala. Se eventualmente alguma junta de freguesia entender que não está em condições de exercer essa competência, naturalmente que a Câmara Municipal terá que assumir essa competência porque é a competência que a Câmara tem, portanto, que no fundo, acaba por delegar e transferir nas juntas de freguesia os recursos financeiros para a executar. -----

Compreendo aquilo que me diz. Aquilo que lhe posso dizer é que se, porventura, a Junta de Freguesia da Boidobra entender que não tem condições para isso, naturalmente à Câmara Municipal terá que assumir. -----

Quero dizer-lhe também outra coisa em relação à fiscalização. A Câmara Municipal faz o seu trabalho, mas mais do que fazer o seu trabalho dizer-lhe que confio em todas as Senhoras e Senhores Presidentes de Junta do nosso concelho. Não me passa pela cabeça que alguma senhora ou algum senhor presidente de junta seja desonesto e que, no exercício daquilo que são as competências delegadas e aquilo que é as verbas transferidas, não faça o trabalho com que se comprometeu. Portanto, não o acompanho nessa desconfiança em relação àquilo que são as juntas de freguesia ou os outros colegas de juntas de freguesia no sentido de achar que algum deles assume o compromisso e assina um contrato com a Câmara Municipal, recebendo uma verba para cumprir determinada finalidade e depois que não o faz. -----

Naturalmente que os serviços do Município procedem à fiscalização e ao acompanhamento das execuções, mas mais importante do que isso, tenho a certeza absoluta que todas e todos os senhores presidentes de Junta do concelho da Covilhã, incluindo o Senhor Presidente Marco Gabriel, são pessoas honestas e íntegras que cumprem naturalmente, escrupulosamente, dentro da lei, aquilo que são os compromissos que assumem.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** – “Há duas questões que se continuam a confundir. -----

A transferência de competências prevista na Lei 50/2018 e 51/2019, penso eu, não está ao alcance da Câmara Municipal da Covilhã, dos municípios deste país ficarem com essas competências. O Estado, o legislador disse, de uma vez por todas, que a gestão e a manutenção de espaços verdes, a limpeza de vias, espaços públicos, sarjetas e sumidouros, a manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano, a gestão e manutenção de feiras e mercados, as pequenas obras nos jardins-de-infância e escolas e a manutenção dos espaços envolventes são competências das freguesias que as câmaras municipais pagam às freguesias. Não são competências da Câmara Municipal. Essas competências são das freguesias. -----

Eu nunca disse que não temos essa capacidade. Nós queremos mais competências e digo até outra coisa: do auto de transferência de competências assinado em 2022, já me disponibilizei para poder ajudar. Tem competências que são, do âmbito destas duas leis, deste enquadramento legislativo nacional, que são transferência de competências e tem também competências que estão transferidas que deviam ser contratos interadministrativos – a sinalização vertical, os passeios que lá constam nesses autos de 2022 nem sequer deviam lá estar. Deviam vir aqui à Assembleia Municipal por via dos contratos interadministrativos. -----

Relativamente às delegações de competências que estão a ser feitas, não digo das feiras ou das festas ou do património imaterial, digo a propósito da questão das máquinas e equipamentos, nem sequer é transferir competências, a Câmara Municipal entendeu que devia dar 2.000 € a cada uma das freguesias para comprar máquinas e equipamentos. Tudo bem. Aquilo que estou a exigir é uma outra questão: é que, através de um regulamento municipal, a que a Freguesia da Boidobra se candidatou, que tenha a devida resposta. O Regulamento prevê que as candidaturas devem ser

avaliadas, devem ser ponderadas, devem ser do conhecimento público aquilo que foi essa avaliação e que seja dada a devida resposta. Portanto, não é porque entendemos que dávamos 2.000 € a cada uma. Ou seja, não se confunda “*alhos com bugalhos*”. -----

Uma outra coisa: o não cumprimento de um contrato não tem que ser por razões de desconfiança nem de desonestidade. Portanto, não ponha nas minhas palavras essas duas questões. O que digo é factual. Vá-se a algumas vias e limites de freguesias e olhe-se para um lado e olhe-se para o outro. Do dinheiro de todos nós, deve ser efetivamente verificada a avaliação, a execução do contrato nos espaços verdes, nas escolas, ... Vi aqui na informação escrita há pouco, alguns pavimentos intervencionados das escolas, por exemplo e eu digo assim “esta competência está no auto de transferência de competências!” -----

Portanto, a ver se, de uma vez por todas, conseguimos levar isto para um patamar superior. Quem quer mais, possa ficar com mais e, por exemplo, o que colocámos do Regulamento de Apoio às Freguesias é tão só o pedido de apoio para a aquisição de um equipamento que nos vai permitir fazer melhor aquilo que é o nosso trabalho e para respondermos mais rapidamente às solicitações das pessoas. Ou seja, não precisamos se calhar de uma tonelada de alcatrão dada. Agradeço naturalmente que tenha sido colocada essa questão em cima da mesa que é uma competência que não é nossa e colocámos duas toneladas de alcatrão depois das chuvas todas e das intempéries. -----

O não cumprimento do contrato não tem a ver com estar a desconfiar de um colega meu ou de estar a acusá-lo de desonestidade. Tem a ver com os dinheiros públicos que têm que estar ao serviço da população e, portanto, as vias têm que estar limpas, os espaços têm que estar cuidados, etc. -----

Aquilo que coloco é de olharmos para o contrato, estamos a tempo para isso, por um lado, a atualização e, por outro lado, a introdução de áreas novas que todos os anos podem surgir numa freguesia e já dei um caso em concreto.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, “de facto, como diz a lei e nesse caso em concreto, não são competências delegáveis. Falava das outras, naturalmente. -----

A lei também diz que é entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia a definição da verba, nomeadamente através da Câmara Municipal. Com toda a franqueza e transparência, quando olhamos para os números aquilo que é o quadro que a DGAL publica sobre aquilo que é o financiamento dessas competências por parte dos municípios nas juntas de freguesia, o Município da Covilhã, em 308 municípios, aparece creio que em 22.º lugar na ordem dos municípios que mais dinheiro transfere. -----

Gostava de transferir mais. Confesso-lhe que, neste momento, não temos condições até porque, como já aqui falámos, existe esta aposta, esta transferência de recursos em políticas direcionadas muito concretas e aquilo que hoje, com franqueza e factualidade, podemos dizer é que, em 2025, tínhamos 1.600.000 € aproximadamente afetos a estas competências e às juntas de freguesia para este tipo de coisas. Neste momento temos o mesmo valor com a tal atualização de 5% que fala, mas mais do que isso, temos estes 362.500 € associados, o que nos posiciona comparando com 2025 na transferência de quase mais de 400.000 €. Isto é, em 2025, por esta via, as Juntas de

Freguesia receberam da Câmara Municipal 1.600.000 €. Em 2026, as Juntas de Freguesia vão receber da Câmara Municipal quase 2 milhões €. -----

Compreendendo aquilo que é a sua expectativa e a sua argumentação, aquilo que lhe posso dizer neste momento é que não estamos em condições de rever e visitar esses montantes porque não estou disposto a abdicar deste compromisso e desta estabilidade de durante estes quatro anos melhorarmos aquilo que é a qualidade do espaço público, regeneração urbana, limpeza e higiene dos nossos territórios. -----

Eu poderia tomar a decisão de retirar estes 362.500 € deste investimento da promoção imaterial e da regeneração pública e urbana e colocá-los, como o Senhor Presidente quer, na transferência de competências para as Juntas de Freguesia. Ora, esta é uma prerrogativa que cabe ao Presidente da Câmara Municipal de definir aquilo que são também as prioridades políticas e quero honrar o compromisso com os Covilhanenses de que a regeneração urbana, a requalificação do espaço público, a higiene e a manutenção dos espaços é uma prioridade nestes quatro anos em todo o concelho e, portanto, vou manter estes montantes durante os quatro anos afetos a esta finalidade.

Senhor Presidente da Junta, neste particular, desencontramo-nos, mas também não há nenhum problema e vamos continuar a trabalhar.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** – “Não é todas as vezes que temos a oportunidade de debater assim o futuro das freguesias e, portanto, é de facto muito importante até porque o número que o Senhor Presidente aponta, em valores absoluto absolutos, efetivamente o Município da Covilhã é o 24.º que mais paga transferência de competências. Apenas 181 municípios, dos 308, pagam transferência de competências que é uma coisa incompreensível. Como é que há 120 que não estão a cumprir a lei?! -----

Mas falta também dizer que, dos 308 e neste caso o Município da Covilhã ocupa o 38.º lugar, em termos daquilo que é a participação dos impostos do município nos impostos do Estado, a Covilhã está num honroso 34.º lugar. Portanto, ainda tínhamos capacidade de passar no 38.º para o 34.º, Senhor Presidente. Ainda estamos a tempo de rever isto e havemos de nos encontrar.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Covilhã na Freguesia de Vales do Rio – Requalificação de Espaço Público – Implantação de sanitários públicos, mini-bar e Miradouro no Parque de Lazer***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. --

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso) e ainda o Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.19 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E ATIVIDADES 2025 DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ E PRESTAÇÃO DE CONTAS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de março de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, através do ofício n.º 2349/26 de 2026.04.01 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** – “As demonstrações financeiras do Município da Covilhã, referentes ao ano de 2025, evidenciam um ativo total de mais de 360 milhões €, um total de património líquido de 322 milhões €. O Município da Covilhã tem hoje um passivo de 40 milhões €. -----

Em 2025 teve de rendimentos mais de 51 milhões € e de gastos mais de 55 milhões €, gerando um resultado líquido negativo de mais de 3.200.000 €. -----

A taxa de execução da receita em 2025, 85,6%, foi a mais baixa de há cinco anos a esta parte. -----

Já em relação às despesas, as despesas com pessoal estavam previstos 20 milhões € e foram executados 17.600.000 €. Na aquisição de bens e serviços que estavam previstos mais de 20 milhões € e foram apenas executados pouco mais de 13 milhões €. Nas transferências e nos subsídios correntes estavam previstos 8.950.000 € e foram executados 6,6 milhões €. Já na aquisição de bens de capital estavam previstos 21 milhões € e foram apenas executados 5,6 milhões €. -----

Muito ficou por executar que é o mesmo que dizer que muito ficou por fazer. -----

O Município da Covilhã começou o ano com um saldo de gerência do ano anterior de 16,5 milhões € e finalizou o ano com um saldo de 18,7 milhões €. -----

É opinião do Revisor Oficial de Contas que “A rubrica “Participações Financeiras” não reflete os efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, dado que as sociedades participadas não disponibilizaram, até à presente data, as suas demonstrações financeiras correspondentes àquela data de registo.” Só a título de exemplo dizer que a AdC – Águas da Covilhã, as últimas contas publicadas são do ano de 2023 e o último Plano de Atividades e Orçamento publicado é também de 2023. -----

Diz o Revisor que, “Desta forma, não nos é possível determinar os eventuais impactos no ativo, resultados do período e património líquido”, ou seja, as contas de 2025, o último ano do mandato

que hoje a Câmara Municipal da Covilhã apresenta a esta Assembleia podem não ser exatamente estas. -----

Uma última nota que também diz o Revisor Oficial de Contas *“verificámos que o saldo da rubrica de provisões é, essencialmente, explicado pela contabilização dos montantes referentes a indemnizações compensatórias a transferir para a empresa municipal ADC – Águas da Covilhã, E.M., relativas aos períodos de 2010 e de 2012 a 2025, previstos nos instrumentos previsionais desta empresa. O montante acumulado em 31 de dezembro de 2025 ascendia a 13.149.036 euros. De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estes contratos terão que ser aprovados pelo Órgão Deliberativo do Município, situação que até à data não ocorreu.”* -----

Isto é um parecer com reservas do Revisor Oficial de Contas e um texto concreto que o Revisor Oficial de Contas envia a todos os deputados municipais para terem em conta na deliberação que hoje vamos ter.” -----

- **Francisco José Neves Farias (CHEGA)** – “O sentido de voto contra que hoje apresentamos não é um ato público simbólico. É uma consequência direta da leitura técnica dos documentos da prestação de contas e, sobretudo, de que neles fica exposto por quem tem competência para os auditar. -----

As demonstrações financeiras de 2025 evidenciam um resultado líquido negativo de 3.272.234,33 €, num exercício em que a execução orçamental da receita foi de 85,60%. Este não é um desvio marginal. É um sinal iníquo de previsão, execução e sustentabilidade da gestão municipal. -----

Mais grave ainda: as contas são apresentadas com opinião e com reservas, como já foi dito, e não por um detalhe menor. *“A rubrica “Participações Financeiras” não reflete a aplicação do método da equivalência patrimonial”* porque as entidades participadas não entregaram as suas demonstrações financeiras atempadamente. Isto significa que nem o auditor consegue determinar o real impacto destas participações no ativo, nos resultados e no património líquido do Município.

Estamos, portanto, a votar contra contas cujo efeito real sobre a posição financeira do Município é, em parte, indeterminado. Acresce um ponto particularmente insensível: a existência de 13.149.036,33 € registado em provisões relativo *“a indemnizações compensatórias a transferir para a ADC – Águas da Covilhã, E.M.”*, referentes aos períodos de 2010 e de 2012 a 2025, sem que os respetivos contratos tenham sido aprovados pelo Órgão Deliberativo, como exige a Lei n.º 50/2012. -----

Estamos perante encargos acumulados durante mais de uma década que nunca passaram pelo crivo desta Assembleia. Isto não é uma nota de rodapé contabilística. É um problema estrutural da governação financeira. -----

O próprio relatório do Revisor Oficial de Contas recorda que a taxa de execução da receita se aproximou perigosamente do limiar que, por lei, obriga a comunicação à DGAL quando fica abaixo dos 85%. Em 2025 ficou em 85,60% e estamos a décimas de entrar num mecanismo legal de alerta extremo sobre a capacidade preditiva e execução orçamental do Município. -----

Perante isto, votar favoravelmente este relatório seria validar contas com reservas do auditor, participações financeiras com impacto real e desconhecido, provisões milionárias sem aprovação

do Executivo ao longo dos anos, um resultado líquido negativo expressivo e uma execução orçamental no limiar mínimo legalmente inaceitável. -----

O voto contra é, por isso, um voto de responsabilidade institucional. Não é contra a existência de relatório. É contra o modelo de gestão que ele se revela. Não podemos normalizar que a Assembleia Municipal seja chamada apenas a ratificar, a apreciar consequências financeiras de decisões que nunca passaram por aqui. Com estas razões, votamos contra.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** – “Vou começar de uma forma que, se calhar, não tem muito a ver com as contas, mas tem a ver com a forma e com as fórmulas que são utilizadas pela atual gestão municipal, nomeadamente pelo Senhor Presidente da Câmara. Deixo-lhe um repto que acho que é importante percebermos. Fiquei preocupado, quando assisti há pouco aqui à sua troca de galhardetes com a Deputada Municipal Leonor Cipriano, com esta forma de “leve lá o recado ao seu Governo”, desta forma de tratar as coisas como quase denunciar “leve lá”. Pensava que quem representava o Município era o presidente da Câmara e era o presidente da Câmara que tinha que ir a Lisboa aos ministérios e a quem de direito exigir o que tem que exigir. Pensava eu, mas afinal de contas, parece que não. -----

Só estou a referir isto porque, perigosamente, isto faz-me lembrar muito do que era mau do antigo presidente da Câmara, que espero que não copie, que de facto tem a ver com esta questão de mandar atoardas para o ar. Quando eu disse que fez a tal emboscada ao Ministro da Economia, pergunto-lhe se teve a capacidade, pelo menos, de aproveitar a vinda do Ministro para lhe apresentar nem que seja um plano de localização dessa zona industrial que quer instalar na Covilhã. Pelo menos para lhe dar indicação de onde é que iria fazê-lo. Só para perceber que as pessoas que tem de decidir tem que ter uma base de confiança e dizer, se calhar, esta gente merece que, de facto, eu me debruço sobre isto. Não é dizer que somos os maiores, mas depois nem sequer não há trabalho feito. -----

Estou a dizer isto por uma razão muito simples: é que o Senhor Presidente da Câmara hoje tem uma opção clara e tem a possibilidade, de facto, de fazer esta decisão que é a decisão consequente à aprovação ou desaprovação destas contas. -----

Por muito que se venha aqui dizer outra coisa qualquer, estas contas são o balanço de 12 anos de governação socialista no concelho da Covilhã, presidido pelo Senhor Vitor Pereira e o atual Presidente da Câmara tem uma opção clara perante estas contas: ou se assume como uma posição nova e diz que vamos fazer diferente daqui para a frente e, portanto, não pode estar de acordo com elas, estamos a falar politicamente, ou vem fazer a parte de que “também fiz parte disto, também tenho que aguentar isto e, portanto, eu também sou responsável por isto e vou continuar a fazer o mesmo”. -----

Este é o grande desafio que o Senhor Presidente da Câmara tem hoje porque, de facto, destas contas, é evidente que a gestão socialista foi, nos últimos 12 anos, desastrosa. E foi desastrosa porque gastou-se muito e, sobretudo, fez-se muito pouco. Os níveis de execução orçamental e os níveis de execução que apresentam nas contas dos últimos 12 anos aí estão para confirmar. -----

Com resultados negativos acumulados de muitos milhões de euros que comem os exorbitantes saldos de gerência que vêm transitando pelo menos desde 2020, constata-se o que sempre nos

levou, e falo por mim enquanto membro do CDS – Partido Popular que fiz parte desta Assembleia, a estar sempre contra esta forma de governança na Covilhã nos últimos 12 anos. -----

Incompreensivelmente, no final de 12 anos de mandato socialista, existe de facto aquilo que digo que é um manifesto défice de qualidade de vida e de bem-estar para com os covilhanenses e que os custos da inércia são enormes e comprometem grande parte dos, aparentemente, favoráveis saldos de gerência. -----

Só em 2025, o resultado líquido do período foi de 3.272.000 € aproximadamente de prejuízo. Notem bem, isto é 20% do valor que esta administração não gastou no mesmo período. Portanto, o total de saldo de 18 milhões €, que foi apresentado como saldo de gerência para o mandato de 2026, só estes prejuízos representam 20% desse saldo. São estas contas que refletem, de facto, o final de um ciclo de 12 anos. -----

Ao longo destes 12 anos, os eleitos do CDS – Partido Popular votaram, sistematicamente, contra esta forma de gestão e de administração do Município da Covilhã. -----

Estas contas têm, ainda assim, a virtualidade de reconhecerem, objetiva e expressamente, algumas das questões que foram sendo levantadas e que representam ameaças sérias para o futuro próximo deste Município e que ao Senhor Presidente lhe calha a obrigação de resolver. Não só as contas que ficaram para pagar. Pergunto-lhe já agora, só para ter a certeza: em 2014 ou 2015, quando se aprovou o plano de pagamento da Parque C, recorde-me que era um plano prestacional em que a última prestação eram cerca de 4 milhões € para o ano de 2026. Já foi pago? Só estou a perguntar porque não tenho a certeza se, entretanto com as ajudas financeiras e da reformulação dos passivos, isto foi incluído ou não foi incluído. -----

Faço aqui um pequeno reparo e peço aos serviços da Câmara e do Município que nos ajudem também a colaborar na apreciação dos documentos que nos são enviados para a Assembleia Municipal. Vêm em formato PDF, mas digitalizado sem possibilidade de fazer pesquisas. Hoje em dia já não se utiliza e, aliás, é perfeitamente incompreensível porque até no relatório que é enviado a parte do relatório e do parecer do Revisor Oficial de Contas vêm em formato pesquisável e tudo o resto vem em formato não pesquisável. Acho que é simples de enviar, mas felizmente temos o nosso Vereador que nos vai partilhando estas coisas e estes documentos. É extremamente fácil partilhar o que são uns documentos pesquisáveis por forma a facilitar a quem se quer dar o trabalho de analisar as contas de o fazer. -----

As referências que faço aqui às páginas têm a ver com esse documento que foi a reunião de Câmara e não a este documento que nos foi disponibilizado só para que nos entendamos. -----

Consta da página 521, da nota 15 já aqui foi falado, das provisões passivas e contingentes e, de facto, temos esta questão que o CDS reiteradamente veio falando ao longo destes 12 anos. Neste momento são 13.149.000 € que não sabemos se temos que pagar, quando é que temos que pagar, se são devidos porque aquilo que andámos aqui a serem embalados, durante 12 anos, é que afinal de contas isto não era devido. Mas afinal de contas, parece que é. O anterior Presidente Câmara aquilo que dizia era “não porque isto faz parte de um contrato leonino que não existe e que isto não pode ser feito”. -----

Portanto, cabe-lhe a si decidir agora como é que é. É a mesma conversa do passado ou temos, de facto, uma conversa diferente? -----

De facto, é reconhecido afinal aquilo que o CDS veio alertar ao longo de 12 anos. Existe mesmo esta dívida de 13 milhões à AdC? Quem é que é o responsável por ela? Quem é que vai responder por ela para além do Município da Covilhã e de todos os covilhanenses que vão ter que pagar por ela? Quem é que foi o responsável que isto estivesse nestas contas neste estado? Os representantes quer das empresas, quer o Presidente da Câmara e o Executivo têm a responsabilidade nisto porque isto é enganar as pessoas. Isto é violar a lei. -----

Relativamente às empresas municipais, não posso deixar de dizer aquilo que vai que está a partir da página 525, mas que vem dizer aquilo que também já aqui foi dito. É que, de facto, não se pode fazer uma equivalência patrimonial porque os administradores das empresas municipais não disponibilizaram os saldos e os valores. Atenção que temos aqui um Vereador que afinal é administrador duma empresa municipal. Já tivemos aqui um caso que era pior em que era o vereador a aprovar contas na sua empresa, a dizer que a Câmara lhe devia os 12 milhões € e depois na Câmara votava o relatório de contas em que não devia. -----

Aquilo que temos aqui que saber é uma coisa muito simples: as empresas municipais têm que cumprir as regras do sócio maioritário que é a Câmara Municipal da Covilhã. Não se entende que hoje, passados seis meses ou quase seis meses da tomada de posse deste Executivo, tenhamos como Presidente do Conselho de Administração ainda o ex-vereador José Miguel Oliveira que, atualmente é Presidente da Câmara Municipal de Penamacor. Não faz sentido. Não é admissível. Pelo menos é o que está publicado e não foi publicado outra coisa. -----

Não posso deixar de referir aqui uma questão que diz respeito a uma questão que pode ter um impacto brutal nas contas do Município que se chama o resgate do saneamento. Diz-se na página 488 e 531 do documento, e peço desculpa porque quem analisa um documento com 900 páginas não pode fazer aqui uma análise de apenas alguns minutos, que atualmente encontra-se em negociações. -----

Vou só terminar desta maneira: é por demais evidente que os números de execução constantes do documento que foi apresentado merecem, só por cima, uma manifesta e veemente reprovação pelo que votaremos contra. -----

Agora resta, de facto, que o Senhor Presidente da Câmara diga e assuma perante esta Assembleia se valida esta forma de fazer política e esta forma de gestão ou se, efetivamente, vai proporcionar à Covilhã, finalmente, uma forma diferente de administração da coisa pública.” -----

- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP)** – “Tenho a referir que a análise deste relatório exige rigor e não apenas uma leitura formal dos números, mas é importante sublinhar que o Revisor Oficial de Contas emite uma opinião com reservas como já foi referenciado anteriormente. -----

Significa, por isso, que existem matérias relevantes que não puderam ser devidamente avaliadas. Em concreto, estamos a falar da ausência de informação sobre as entidades participadas, o que

impede a correta avaliação do impacto dessas participações nas contas do Município. Ou seja, há uma realidade financeira que não está plenamente refletida nem validada. -----

Por outro lado, o Município apresenta um resultado líquido negativo superior a 3 milhões €. Mais do que um olhar para números isolados, importa perceber que opções de gestão conduziram a este resultado e que perspectiva existe para o futuro. -----

Também ao nível da taxa de execução da receita do Município situa-se nos 85,6%, muito próxima do limite legal que desencadeia mecanismos de alerta. Isso não pode ser ignorado e levanta dúvidas sobre a consistência do planeamento orçamental. -----

Mas há um ponto particularmente relevante que não pode passar despercebido e já não passou – a existência de mais de 13 milhões € em indemnizações compensatórias à AdC – Águas da Covilhã quando os respetivos contratos não foram ainda aprovados por esta Assembleia, como é invocado na análise no ponto 1.6 do relatório e parecer do Revisor Oficial de Contas. Isto levanta uma questão de transparência e também de respeito pelas competências deste Órgão Deliberativo. ---

É certo que o relatório, no seu conjunto, conclui pela conformidade das contas com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, mas esta conformidade não elimina as reservas identificadas nem resolve as considerações que aqui foram feitas. -----

Também é certo, e não queremos deixar de o referir, que a Autarquia é apenas responsável por dois meses deste Relatório de Gestão e Atividades de 2025 do Município da Covilhã e Prestação de Contas. De qualquer forma, a realização deste relatório foi efetuada pelo atual Executivo e é necessário que se reflita sobre a existência de fragilidades que existem, acompanhamento, esclarecimento e, sobretudo, melhor gestão e rigor nessa mesma gestão porque mais importante do que cumprir formalmente é garantir confiança e transparência aos habitantes deste concelho.”

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD)** – “Antes de mais, importa dizer com clareza que este documento não é apenas um conjunto de números, de fotografias, de imagens e de quadros. É um espelho da gestão política do Executivo Municipal e, por consequência, o legado de 11 anos da governação socialista neste concelho. -----

Quando olhamos para os números, o retrato está longe de ser tranquilizador desde logo porque as contas do Município surgem com uma certificação legal com reservas, repito, com reservas, ou seja, existe uma limitação relevante na fiabilidade total das contas apresentadas. -----

A auditoria da *Grand Thornton* diz-nos que “A rubrica “Participações Financeiras” não reflete os efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial”, como já aqui dito, porque as sociedades participadas não disponibilizam atempadamente as suas demonstrações financeiras e isto levanta uma questão política séria: como pode o Município garantir o rigor na gestão de dinheiros públicos se nem consegue ter a informação financeira completa atempadamente da parte das entidades em que participa? Estamos a falar de controlo. Estamos a falar de transparência e estamos a falar de credibilidade. Note-se que isto já aconteceu quando foi a aprovação do Orçamento para este ano. -----

Depois vêm os resultados. O Município apresenta um resultado líquido negativo de mais de 3 milhões € num ano em que ouvimos discursos otimistas, inaugurações, eventos, anúncios

campanha eleitoral, como todos se recordam. Propaganda cresce, mas o resultado financeiro continua a afundar e os gastos que ascenderam mais de 55 milhões €, superando claramente os rendimentos que ficaram nos 52 milhões €. Ou seja, gastou-se mais do que se gerou mais uma vez.

Isto mostra um Executivo mais preocupado em mostrar obra do que garantir a sustentabilidade. É verdade que existe um património líquido elevado, superior a 322 milhões €, mas o património não pode servir para mascarar desequilíbrios operacionais. Uma família pode ter casa paga e estar a viver acima das suas responsabilidades. Será isto normal? Não. Mas no Município também não devia ser. -----

Portanto, no plano orçamental, o Executivo vangloria-se de ter uma receita cobrada líquida de cerca de 69 milhões €, mas executa 51 milhões em despesa paga. Ou seja, continua a existir uma diferença muito significativa entre aquilo que se arrecada e aquilo que verdadeiramente se concretiza. Isto pode significar duas coisas: ou o Executivo sobreorçamenta ou não consegue executar. -----

Importa que as pessoas e os covilhanenses saibam que o Município terminou o ano com tanto dinheiro na conta, cerca de 21 milhões €, e as obras nem as vemos, nem nós, nem os covilhanenses, mas nenhuma delas é positiva. -----

Senhor Presidente, estas contas mostram um padrão: a falta de controlo orçamental, a falta de rigor e a falta de execução que é a que mais preocupa, mas, acima de tudo, mostra aquilo que temos vindo a denunciar. Muda a comunicação, mudam os rostos, mas a gestão continua a ser a mesma. -----

O Senhor Presidente da Câmara, antigo Chefe de Gabinete, é hoje o principal embaixador político deste legado socialista. Volto a dizê-lo porque tem que ser assim dito. É um legado de continuidade, é um legado mais do mesmo. A Covilhã merece mais transparência, mais rigor, mais e melhor gestão e merece que, nos próximos relatórios, tragam menos reservas e mais resultados.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** – “Antes de mais, agradeço a menção do Senhor Deputado do PSD. Vejo bem e a Covilhã ouviu bem a incoerência de algumas das partes do seu discurso quando, por um lado, diz que temos saldo e dinheiro em caixa, não houve obra, mas houve eleitoralismo durante o ano de 2025. Enfim, fica para quem diz. -----

Permita-me, Senhor Presidente da Câmara, na sua pessoa saudar os serviços pelo documento apresentado. Sendo este um exercício da sua complexidade, mas como há dificuldade acrescida de estarmos a falar de um ano em que a responsabilidade política também sobre o atual executivo confere dois meses, mas de facto os serviços conseguiram prestar um esclarecimento e um documento claro sobre aquilo que é a atividade do Município durante o ano de 2025. E digo o Município porque já aqui ouvi falar sobre os relatórios de contas de Contas da AdC e ICOVI, etc., tanto quanto tenho do meu conhecimento, será oportuno e com o tempo teremos aqui a oportunidade para depois apreciarmos o relatório global ou consolidado daquilo que são as contas do grupo do Município e que, portanto, nessa altura, aí sim será necessário termos acesso a estes documentos que certamente estarão disponíveis para uma análise mais detalhada sobre aquilo que foi a atividade do grupo municipal. -----

Do ponto de vista financeiro, permitam-me abordar alguns pontos e alguns já foram aqui referidos, nomeadamente a receita corrente continua a ser maior que a despesa corrente em mais de 6.5 milhões € e a despesa de capital continua a ser maior que a receita de capital em mais de 2.1 milhões €. O que é que isto nos permite entender? É que continuamos a financiar investimento com a atividade corrente, sendo este um sinal de um município que investe no seu futuro sem se hipotecar. -----

Exemplo deste sinal e deste dado é a diminuição do ativo em apenas 1.5 milhões €, quando as depreciações ascenderam a mais de 10 milhões €. -----

Um outro dado sobre este relatório visa o saldo de gerência e que, neste ano, aumentou 2.3 milhões €. Resultado, e como já fui também aqui referido, a taxa de execução e de receitas e despesas com margem de melhoria. Somos concordantes com essa necessidade de melhoria por parte deste mandato. Mas o que é verdade é que tenhamos consciência que a redução deste saldo é uma dificuldade transversal e referenciada um pouco por todo o país, dada a dificuldade que frequentemente ouvimos de se conseguir encontrar empresas para empreitadas e prestação de serviços. Quantos exemplos tivemos ao longo do mandato anterior? E quem esteve aqui do mandato anterior de que obras eram lançadas a concurso e que não havia empresas para participar nelas. Uma delas, que me recorde, estamos a falar do posto da GNR do Tortosendo e, portanto, estamos a falar até mesmo de obras de um volume bastante elevado de investimento. -----

No entanto, ainda existem outros números que importa realçar. A receita obtida através de impostos e taxas aumentou em mais de 300.000 €. Imagine-se a nossa oposição, especialmente de parte da direita, aumentou sem se aumentarem as nossas taxas, os nossos impostos municipais. Sabem Senhores Deputados o que é que isto quer dizer (e já ouvi aqui dizer também muito que a Covilhã não é atrativa)? Isto é sinal de que existe investimento na Covilhã. Existe uma melhoria económica no concelho. Se mantemos as taxas em mínimos, tal como aconteceu em 2025 e que aconteceu em 2026, aumentamos a nossa receita e para que a nossa atividade económica aumente. -----

Outro número dá-se no aumento das transferências obtidas em mais de 1.6 milhões € que revela que a atividade desenvolvida pelo Município tem representado uma evolução que leva a estas transferências aumentarem, o aumento do fornecimento e serviços externos que aumentaram em cerca de 2.5 milhões € que, em larga medida, é explicado pelos contratos-programa da AdC, tal como já foi referido, relativo aos serviços de resíduos e espaços verdes que não eram habitualmente contabilizados. -----

As transferências e subsídios concedidos aumentaram consideravelmente, sinal de atenção que a administração local tem tido e somos adeptos do princípio da subsidiariedade. -----

Por fim, é também particularmente importante um dado que refere a diminuição paga de juros com uma diminuição de mais de 25% os juros pagos, um custo que atualmente representa 1% da total despesa que o atual Executivo tem ou que o Executivo teve em 2025. Este dado é particularmente relevante numa Assembleia em que já aqui foi feito um exercício de saudosismo do passado e que a verdade é que fazermos para os outros pagarem não deve ser um princípio que devemos adotar e aquilo que o anterior Executivo manifestou, e estas contas assim o demonstram,

é que são assumidos compromissos que podemos pagar e não hipotecamos aquilo que são as decisões do futuro. -----

Por fim, por todas as razões que aqui foram anunciadas, o Partido Socialista irá votar favoravelmente relativamente a este Relatório de Contas.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que “é atribuída uma frase, creio que erradamente, a Voltaire que terá dito ou escrito que “posso não concordar com nenhuma palavra do que dizes, mas darei a minha vida para que continues a dizer.” Não terá sido Voltaire, mas isto reflete aquilo que é a filosofia voltairiana e eu subscrevo totalmente. Dizer que, mesmo discordando frontalmente e totalmente daquilo que os senhores porventura possam dizer ou defender, defenderei sempre até à morte o direito de o dizerem. -----

Depois dar também conta à Senhora Deputada Leonor, para descansar o Senhor Deputado João Bernardo, aquilo que foi a minha intervenção e os meus apelos à Senhora Deputada Leonor foi, em bom rigor, uma profunda demonstração de humildade, isto é, tenho noção daquilo que é a minha capacidade e responsabilidade enquanto Presidente de Câmara, mas tenho também consciência e noção daquilo que é a importância e a relevância política que a Senhora Deputada Leonor tem enquanto representante do círculo eleitoral de Castelo Branco na Assembleia da República e a influência que a Senhora Deputada tem no seu partido e no Governo. -----

Aquilo que este humilde Presidente de Câmara veio dizer é que, não abdicando, como o demonstrei frente ao Senhor Ministro, de defender intransigentemente aquilo que é os interesses da Covilhã e dos covilhanenses, tenho também a capacidade e a humildade de pedir ajuda a todos, sobretudo a quem está mais próximo e tem mais poder de influência do que eu. -----

Foi isso que fiz perante a Senhora Deputada Leonor Cipriano, pessoa que estimo, considero e que reconheço estas capacidades e qualidades e, portanto, esclarecer o Senhor Deputado João Bernardo que é esta a intenção. Pelo contrário, o Senhor interpretou que era uma atitude de arrogância. Quero-lhe dizer que é uma atitude de profunda humildade, de facto, de pedir ajuda a todos, incluindo a si que também é do partido que suporta o Governo, porventura com menos influência do que à Senhora Deputada Leonor Cipriano, mas que porventura ajude também na defesa daquilo que é a defesa dos nossos covilhanenses e das nossas políticas. -----

Em relação a este ponto que nos traz aqui, quero começar por dizer que este Executivo Municipal é responsável por 2 dos 12 meses que ele diz respeito, mas enquanto eleito Presidente da Câmara do Partido Socialista assumo-o totalmente e por completo. E, já agora, pegando nas palavras do Senhor Deputado do PSD que diz que este é o espelho do exercício do mandato de 12 anos do Partido Socialista, quero-lhe dizer que gosto daquilo que vejo. Comparando com o último exercício do PSD à frente da Câmara Municipal, em 2013 tivemos um resultado negativo de 4.515.620 € e tivemos uma taxa de execução de 66,5%. Também por isto gosto daquilo que vejo. Revejo-me nessa imagem que o espelho me reflete em relação a este relatório de contas e atividade que aqui apresentamos com a consciência de que não fizemos tudo o que era necessário, mas fizemos tudo o que era possível para continuar a desenvolver a Covilhã. -----

É com orgulho que apresentamos esta taxa de execução de 85,6% que nas palavras do Senhor Deputado do CHEGA é uma coisa preocupante. Não é. Preocupante, era porventura quando, aqui

nesta Assembleia, o Senhor Deputado naturalmente não estava, se analisava relatórios de atividades e contas com taxas de execução de 20-30%, como aconteceu no passado. Aliás, acabei de lhe dar este número extraordinário de 2013 em que é, substancialmente, abaixo daquilo que hoje apresentámos. Não é nada de dramático. -----

Também lhe quero dizer que estamos profundamente comprometidos em melhorar este resultado e espero que, no ano de 2026, seja possível melhorar esse resultado. Mas este é sobretudo o Relatório de Gestão e Atividades que permitiu fazer uma série de coisas, uma série de concretizações porque é isso que as pessoas querem saber. “O que é que isto se traduziu na minha vida?” Traduziu-se numa série de coisas: pavimentação do troço da Estrada Municipal 506 entre a Ponte de Alvares e a rotunda que inicia a 506, portanto aquele pedaço entre a Ponte de Alvares e a rotunda que vai para o Ferro ou para Peraboa; pavimentação do Caminho Municipal 1021 da Aldeia de Souto a Vale Formoso; ampliação das infraestruturas do Loteamento da Quinta da Grila; reabilitação dos pavimentos betuminosos da Rua do Ribeiro de Flandres, isto é, entre o Continente Bom dia e a entrada da Covilhã; construção dos reservatórios de defesa contra incêndios que inaugurámos já neste mandato; requalificação da Piscina Municipal dos Penedos Altos que ainda decorre; organização da Trienal de Design pela primeira vez na nossa cidade, naquilo que é uma afirmação e um caminho de afirmação da Covilhã no âmbito da cultura e no âmbito da Cidade Criativa da UNESCO na parte do Design; melhoria das infraestruturas, por exemplo, das nossas escolas. O parque de estacionamento em frente à Escola do Refúgio, por exemplo, é um bom exemplo para aquilo que é essa ação; e depois reflete-se também já agora naquilo que é uma gestão orientada pelo rigor financeiro, pela transparência e pelo compromisso político com uma boa gestão dos dinheiros públicos. -----

As dúvidas que os Senhores Deputados levantam em relação aos dados, e aqui felicito o Senhor Deputado Pedro Bernardo pela excelente intervenção que fez muito ponderada, muito bem informada factualmente e tecnicamente bem fundamentada, trazem o tema da questão da discrepância ou do facto de não existirem valores das empresas municipais. Os Senhores Deputados terão oportunidade, na consolidação das contas em junho nesta Assembleia, de verificar a conformidade das contas, quer da Câmara Municipal, quer do grupo Câmara Municipal, das empresas municipais. -----

Já agora, em relação aos Conselhos de Administração, dar a explicação que também tive a oportunidade de dar ao Vereador que foi eleito na coligação CDS – Iniciativa Liberal que, já agora, também votou diferente daquilo que o Senhor já anunciou que vai votar neste relatório de contas. Em relação à questão das empresas municipais, a lei prevê que os conselhos de administração das empresas municipais que já terminaram os seus mandatos tivessem a oportunidade de fazer a apresentação das contas que executaram durante o seu mandato. Agora que chegámos a essa parte que concluímos essa missão de apresentar as contas de 2025, quero descansar o seu espírito que a breve prazo iremos assumir a responsabilidade que temos de nomear novos conselhos de administração ou propor a nomeação de novos conselhos de administração porque, em bom rigor e como o Senhor sabe, são as assembleias gerais das empresas que o fazem. Portanto, a Câmara Municipal, como acionista maioritário, o que vai fazer é propor a essa aprovação. -----

Em primeiro lugar, daqueles montantes que o Senhor fala, o Senhor Deputado Pedro Bernardo creio que já foi suficientemente explícito naquilo que são as suas dúvidas dos montantes dos 13

milhões € e de onde é que isto vem. É que havia uma discrepância naquilo que era a interpretação do Município com o montante contabilístico que estava provisionado na prestação dos serviços da AdC, nomeadamente dos resíduos, da higiene urbana, da jardinagem, ... Havia essa discrepância e, por isso, é que isto está provisionado também em termos contabilísticos, mas se o Senhor Deputado tivesse analisado os números, como diz que o fez, tinha percebido que os montantes não são 13 milhões em relação a esse passado. São de 11 milhões e qualquer coisa e depois temos 1.400.000 €, aprovado por nós, aprovado por este mandato, que diz respeito já ao ano de 2025. Isso é que perfaz essa totalidade, mas fique descansado que o vamos pagar e o vamos resolver. --

A título de informação, porque falou da questão do resgate do saneamento, quero-lhe dizer que estamos em conversações com a concessionária do saneamento que tem encontrado a disponibilidade e a abertura da entidade privada para nos sentarmos à mesa e resolver definitivamente este assunto. Portanto, quero descansar o seu espírito que não estão esquecidos esses problemas. Estamos a trabalhar com responsabilidade com os vários parceiros da Câmara Municipal no sentido de resolver esses problemas. -----

Em relação aos prejuízos que foram falados por várias bancadas, também vos quero dizer, com toda a franqueza e frontalidade, que comigo a Câmara Municipal não é uma empresa privada e não contarão com este presidente e com esta maioria para pôr a Câmara a dar lucro. Seria porventura muito simples. Era só aumentarmos os impostos, reduzirmos o apoio às famílias, reduzirmos os investimentos e conseguimos pôr a Câmara a dar resultados positivos e a dar lucro. Mas quero-lhe dizer, para seu desagrado ou desencanto, que comigo como presidente da Câmara Municipal isso não vai acontecer. -----

Vamos continuar a priorizar aquilo que é o investimento público, o apoio às famílias, o apoio às associações, o apoio às IPSS, o apoio e a dinamização da nossa comunidade. Este caminho de rigor financeiro, transparência e compromisso com o interesse público vai ser prosseguido por este Executivo que tem a honra de presidir e que a Covilhã apresenta, com este exercício, contas equilibradas, com uma forte execução na receita e com um investimento sustentado.”-----

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD)** – “Sobre a comparação que o Senhor presidente da Câmara fez sobre o estado do Município em 2013 para o estado do Município em 2025 ou 2026, tem que recordar que as grandes obras que se fizeram nesta cidade os senhores herdaram-nas em 2013. Passaram 12 anos e não consegue evocar uma obra de relevo municipal durante os últimos 12 anos. Já o dissemos na campanha eleitoral e acho que não consegue mentir. -----

Depois outra grande diferença: em 2013 não havia tanto dinheiro, mas havia obra feita e em 2025 há dinheiro na conta e não nenhuma obra feita. Portanto, essa é uma evidência. Mais ainda: a despesa de pessoal em 2025 é muito superior comparado em termos orçamentais do que em 2013. Portanto, acho que, contra factos, não há argumentos.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** – “Não quero aqui enveredar de quais eram as fontes de financiamento no início da década do ano 2000. Falaram aqui da Goldra: do investimento no valor de 2 milhões na altura, o que é que lá foi feito, o dinheiro que lá se meteu, a forma como foi feito e o abandono que ficou por erros de construção. -----

Sobre as despesas do pessoal e essa comparação que dá sobre as despesas de pessoal, o Senhor Deputado não conhece a realidade do Município. Qual é que é a responsabilidade do Município hoje sobre as escolas, sobre a saúde, sobre aquilo que é o nível de responsabilidade de funcionários que hoje o Município tem comparativamente de há 13 anos atrás. É completamente diferente. É uma responsabilidade muito maior. -----

Basicamente, quando se faz essas comparações e quando se apresenta esses dados, o Senhor Deputado não conhece o Município. Qual é que é o número de funcionários que hoje tem dado aquilo que são as delegações de competências na área da educação, sobre o número de funcionários que tem dado dada a delegação de competências na área da saúde? -----

Senhor Deputado, é uma realidade completamente díspar comparativamente com aquilo que vivíamos há 12 anos atrás. Viver no passado não nos faz olhar para a frente e isso é aquilo que o Senhor Deputado e o PSD continuam a fazer – é viver no passado.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** – “Quando o PS começa a discutir com o PSD e quando o PSD começa a discutir com o PS, nunca vão chegar a uma conclusão de quem é que trouxe a Troika para Portugal. Portanto, vamos assistir a um chorrilho de acusações de um lado e de outro e aquilo que dizemos é que tanto é culpado um como o outro. -----

Esta questão de dizermos que hoje em dia temos mais competências, por um lado apetece dizer a mesma coisa de há bocado, ou seja, se a Câmara Municipal não quer estas competências, então que diga ao Governo, ao Estado “não aceitamos estas competências” e o Senhor Presidente da Câmara podia preparar quais é que eram o pessoal que estava e as despesas que tínhamos no setor da educação na altura e quais é que temos agora para fazer uma devida comparação. O Senhor Deputado Pedro Bernardo acabou também por não dizer qual é que era a diferença. Perguntou, mas depois também não obtivemos a resposta.” -----

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD)** – “Senhor Deputado Pedro Bernardo, sabe qual é a diferença entre o Polis e o PRR? O PSD com o Polis transformou a cidade e o PS com o PRR não fez nada.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu “ao Senhor Deputado Nuno Ezequiel que só fui buscar os números de 2013. O Senhor Deputado falou nesses números para apreciar aquilo que era a execução de 2025. Quero-lhe dizer que respeito e valorizo o trabalho de todos os ex-autarcas que aqui estiveram. Podemos discordar nas prioridades, podemos discordar na quantidade, mas eu respeito. O meu compromisso é fazer mais e melhor. É para isso que estou profundamente empenhado. -----

De facto, temos a nossa apreciação individual sobre aquilo que é o trabalho que cada um fez enquanto exerceu o mandato. Não vale a pena é trocarmos e, digamos, alterarmos as regras por desconhecimento, porque não há de ser propositado, para comparar aquilo que não é comparável. O Senhor Deputado vem-me comparar àquilo que são os recursos humanos de 2013 com os recursos humanos de 2025! -----

Vou procurar ser claro. Para além daquilo que são as transferências de competências que o Senhor Deputado não conhece, mas pode com facilidade descobrir em termos da saúde, em termos de ação social e em termos da educação, a Câmara Municipal aumentou talvez mais de 300 trabalhadores só com essas transferências de competências. De facto, há uma diferença em termos de gestão municipal daquilo que foi o PSD na Câmara Municipal e aquilo que é o Partido Socialista na Câmara Municipal na abordagem aos serviços da Câmara. Aquilo que podemos perceber daquilo que foi a gestão e que o PSD defende como gestão autárquica é desqualificar, reduzir ao mínimo a capacidade operacional do Município e reforçar ao máximo aquilo que é a contratação de serviços para responsabilidades das câmaras municipais, nomeadamente da Câmara Municipal da Covilhã. Aquilo que é uma aposta deste Executivo e minha pessoalmente é capacitar e reforçar a capacidade de trabalho e a capacidade operacional da Câmara Municipal, por exemplo, brigada de alcatrão, serviços operativos, capacidade de intervenção e já lá vamos, a seguir, nas habitações sociais, nas escolas e nas extensões de saúde. Nós aqui, de facto, divergimos. -----

O PSD entende que é reduzir e desqualificar os serviços públicos, os funcionários públicos da Autarquia, pegando nesta necessidade de intervenção e entregá-lo aos privados contratualizando serviços. Nós temos outra versão. Entendemos que o que faz sentido é densificar e capacitar os recursos humanos da Câmara Municipal da Covilhã, dando-lhes capacidade de meios humanos e operacionais para eles fazerem aquilo que é necessário ser feito sem dispensando, já agora, aquilo que é também a valorização dos recursos humanos da Câmara, mas aquilo que é a colaboração com os serviços privados, isto é, com as empresas privadas com as quais temos também o relacionamento legalmente necessário para que façam, por exemplo, aquela intervenção que espero que façamos agora, a curto prazo, entre a Rua General Humberto Delgado e a Rotunda do Operário porque com os serviços municipais não conseguimos fazer esse alcatroamento e vamos pedir a boa colaboração dos privados para a concretizar. -----

Senhor Deputado, quero dizer-lhe que, do ponto de vista da gestão dos recursos humanos, há estas duas diferenças. Em termos políticos, ideológicos e estratégicos, vemos as coisas diferentes e, em termos substanciais, as regras mudaram e temos hoje a obrigação legal de ter mais esta quantidade de funcionários todos dentro da Câmara Municipal, nomeadamente na Educação, na Ação Social e na Saúde.” -----

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD)** – “Nós não comparámos, nem falámos de 2013. Falámos apenas dos 12 anos do Partido Socialista. Não dissemos “foi em 2013 ou foi 2012 ou 2010”. Foi os últimos 12 anos. Foi só isso. E em 2013, esta Câmara tinha sensivelmente 430 trabalhadores e hoje tem cerca de 600, fora os 250 da educação, mais saúde e mais ação social.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “vem, neste relatório, que são 753.” -

- **Mestre Nuno Ezequiel Mendes Pais (PSD)** – “Menos os 200 dá quanto? Continua a ser mais de 450, não é? Portanto, está a dar-nos razão.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Relatório de Gestão e Atividades 2025 do Município da Covilhã e Prestação de Contas** – foi a mesma **apreciada e votada favoravelmente**

por maioria com 28 votos a favor (PS e DMI), 07 votos contra (CHEGA, CDS-PP, PCP e Presidentes das Juntas de Freguesia de Boidobra e Unhais da Serra) e 11 abstenções (PSD, MIPP e Presidentes das Juntas de Freguesia de Casegas, Cortes do Meio e Paul). -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Jaime Afonso Rodrigues (Coutada), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso).

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “A bancada do CDS – Partido Popular votou contra esta contas de 2025, não só pelas razões expressas no relatório e parecer do Revisor Oficial de Contas, que acho que são substancialmente preocupantes, mas sobretudo porque as contas em si, e vou só referir aquilo que cá está, em termos de execução orçamental da receita, uma execução de 85,14%, corrigida como está na página 561, mas mais uma demonstração da execução orçamental da despesa na ordem dos 61%, como consta do relatório na página 570, nos termos das grandes opções do plano a nível da execução financeira anual de 62% e a nível de execução financeira total de 45,43% é manifestamente negativo para além de que, e esta é de facto a grande razão e a constatação de que aquilo que aqui é dito e que nos querem enfiar pelos olhos adentro, mas os investimentos são os investimentos e os números são os números e, de facto, podiam ser outros se houvesse capacidade para fazer isto, a nível de execução do Plano Plurianual de Investimentos, na página 683, o previsto era de 29.000.621 € e o executado é de 11.000.665 €, ou seja, uma execução anual de 39%. Isto revela aquilo que é o contrassenso e que, aliás, o Senhor Presidente da Câmara confessa na intervenção de que, efetivamente, foi na falta de investimento. São estes 18 milhões € de saldos de gerência que não permitem qualquer dúvida sobre a negatividade destas contas. -----

O repto que foi lançado, infelizmente, não foi aceite. Aquilo que assumiu hoje foi a continuidade do passado e, nesses termos, o seu período de elã terminou hoje.” -----

- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP):** “O MIPP abstém-se uma vez que, no ano de 2025, não teve qualquer intervenção política e também porque, como já tinha sido referido, o atual Executivo só exerceu funções durante os últimos dois meses, embora o Senhor Presidente se queira responsabilizar sobre todo esse ano.” -----

- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CHEGA):** “O sentido de voto contra que hoje apresentamos reflete-se essencialmente pelos seguintes motivos: -----

- 1º As demonstrações financeiras de 2025 evidenciam um resultado líquido negativo de 3.272.234,33 €; -----
- 2º A execução orçamental da Receita foi de 85,60 próximo do limiar; -----
- 3º As próprias contas são apresentadas com opinião com reservas pelo Revisor Oficial de Contas; -----

4º A rubrica “Participações Financeiras” não reflete a aplicação do método da equivalência patrimonial porque as entidades participadas não entregaram as suas demonstrações financeiras; -----

5º Nem o auditor consegue determinar o real impacto destas participações no ativo, nos resultados e no património líquido do Município. -----

O voto contra é, por isso, um voto de responsabilidade institucional. Não é contra a existência do relatório. É contra o modelo de gestão que ele revela. -----

Porque acreditamos e confiamos no trabalho imparcial do Revisor Oficial de Contas, votámos contra. Após as notas do Revisor Oficial de Contas, seria uma irresponsabilidade votar noutro sentido.” -----

3.20 - TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL DO ANO DE 2025

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de março de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 2361/26 de 2026.04.02 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** – “Estava a dizer que se encontrava prejudicada a discussão, mas não posso deixar de realçar aquilo que está expresso no relatório do ROC, dizendo que, afinal de contas, a documentação que é facultada ao próprio ROC também não está em devidas condições. -----

A única recomendação que se pode fazer é que sejam preparados e entregues ao ROC os documentos atempadamente e em condições para poderem ser analisados e porque não faz sentido estarmos a aprovar as contas anuais e estarmos a discutir faseadamente relatórios semestrais. -----

Isto não faz sentido e a Câmara tem que alterar o procedimento rapidamente.” -----

- **Dra. Ana Catarina Baptista Bernardino Trindade Branco (MIPP)** – “O relatório limita-se a referir que nada chegou ao conhecimento do auditor que indicasse desconformidades materiais, o que não corresponde a uma validação plena da situação financeira, mas antes de uma conclusão compatível no âmbito restrito dos procedimentos realizados de 1 de janeiro a 30 de junho de 2025. -----

Por outro lado, importa referir que, no primeiro semestre, o Município apresentava um resultado líquido negativo superior a 2.5 milhões € que se traduz na diferença entre a receita total e o somatório dos custos, despesas, impostos e juros, o que demonstra que já deveria levantar sinais de preocupação. É necessário perceber se este prejuízo é pontual ou se, por outro lado, é estrutural. -----

Quando a demonstração da execução orçamental da receita temos cerca de 41.9 milhões € e na despesa cerca de 23.3 milhões €, levanta, por isso, questões sobre a sustentabilidade da gestão até porque a Autarquia não deve apenas ter dinheiro para as despesas correntes para viver o dia-a-dia. -----

Este relatório deve ser lido com prudência e deverá ser enquadrado na análise global das contas. Não pode, nem deve ser utilizado como argumento de validação da situação financeira do Município, embora nada tenha chegado às mãos do auditor que não esteja preparado de acordo com o SNC-AP. -----

O facto de ter mais receita que despesa no semestre em análise é relevante, mas é preocupante o valor negativo também apresentado, o que pode revelar um passado menos criterioso na gestão dos recursos financeiros. -----

Não queremos deixar de dizer que, independentemente de quem lidera, os números refletem opções de gestão e é sobre as diferentes opções que importa prestar essas mesmas contas.” -----

--- A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Relatório de Revisão Limitada Sobre a Informação Financeira Semestral do ano de 2025 – período de seis meses compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2025. -----

3.21 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A ICOVI – INFRAESTRUTURAS E CONCESSÕES, E.M. – HABITAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E SAÚDE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de abril de 2026, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, através do ofício n.º 2838/26 de 2026.04.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** – “A Junta de Freguesia da Boidobra tinha apresentado à Câmara Municipal a proposta de uma vez que, reabilitadas as habitações municipais, faltava tratar das partes comuns e disponibilizamo-nos para fazer parte do processo de solução para que demos mais dignidade a quem mora na habitação pública municipal. -----

Não foi o entendimento de que seria através da Junta de Freguesia. Pelos vistos será através da empresa municipal *ICOVI* que é um contrato-programa em vários domínios. Eu tenderia fazer um contrato-programa para cada domínio de intervenção. As necessidades de um parque habitacional público municipal são enormes. Não conheço tão bem a questão do Parque Escolar Municipal e também não conheço tão bem a questão do Centro de Saúde, mas só pela parte do parque habitacional municipal dava para fazer um contrato-programa com uma empresa que tratasse só desta questão. -----

No fundo, espero que isto resolva o problema, nomeadamente das partes comuns na habitação da Freguesia da Boidobra. Tem a ver, sobretudo, com alguns arranjos não de muita monta e que são relativamente fáceis de fazer e que resolva também, já agora, por via da participação da Freguesia da Boidobra e também na Beira Serra – Associação de Desenvolvimento, no parque habitacional público das Nogueiras no Bairro das Nogueiras, na Freguesia do Teixoso, encontram-se, por exemplo, elevadores que não funcionam há bastante tempo ou de eletricidade de lotes que não funciona. -----

Não me parece que este contrato resolva esse problema, uma vez que é um *ex-post*, portanto, não é um antes e era importante assegurar que efetivamente há luz nos lotes de habitação municipal, que há elevadores que funcionam e faço votos para que este contrato possa resolver os problemas que se tem vindo a desenvolver ao longo do tempo e a arrastar também ao longo do tempo. -----

Faço votos que isso seja resolvido por aqui, embora me pareça que misturar estas três grandes áreas seja muita areia para a mesma camioneta, como o Povo também diz.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** – “O CDS – Partido Popular tem algumas reservas relativamente a este contrato-programa, umas de natureza legal que tem a ver primeiro se isto se enquadra efetivamente no objeto social do que é a *ICOVI*, ou seja, se a *ICOVI* pode efetivamente assumir estes encargos que aqui são contratados, mas sobretudo por aquilo que é a limitação prevista no Regime Jurídico da Atividade Empresarial e Local e de Participações Locais, nomeadamente no seu artigo 36.º que refere claramente que *“a contratação respeitante à adjudicação de aquisições de bens ou serviços, locações, fornecimentos ou empreitadas não pode originar transferência de quaisquer quantias, pelas entidades públicas participantes, para além das devidas pela prestação contratual”* e o n.º 3, pelo facto de estarmos a fazer uma adjudicação de serviços, de obras e de empreitadas, diz claramente que *“as adjudicações referidas no número anterior não podem integrar os contratos-programas previstos nos artigos 47.º e 50.º”* que é exatamente aquilo que estamos a fazer. -----

A minha reserva, e confesso que naquilo que consta da documentação não me esclarece esta impossibilidade, é preciso saber o que é que estamos a fazer e como é que estamos a fazer. Quando

a própria lei diz que isto não pode integrar contratos-programa, não podemos agora fazer um contrato-programa. Para mim, reserve-me esta dúvida. -----

Agradecia que o Senhor Presidente esclarecesse, antes de decidir efetivamente o meu sentido de voto. -----

A segunda parte tem a ver com aquilo que é a realidade da *ICOVI* que todos conhecemos. É uma empresa, de facto, de administração de património municipal, onde não estão incluídas estas habitações porque esta habitação faz parte da Câmara e fico preocupado com aquilo que é a posição do Senhor Presidente da Câmara que, por um lado, vem aqui no ponto anterior dizer que afinal de contas vamos reforçar os serviços da Câmara e valorizar os trabalhadores da Câmara e, no momento seguinte, propõe a esta Assembleia o esvaziamento da Câmara das competências nesta matéria para passar para a *ICOVI*. -----

Das duas, uma: isto vai ser acompanhado com pessoal da Câmara para a *ICOVI* ou vai ser subcontratado na *ICOVI* ou vão ser contratadas outras pessoas na *ICOVI* para fazer o serviço do pessoal da Câmara que acabou de dizer que tinha que ser valorizado? -----

Portanto, isto é uma questão operacional que é uma dúvida que quero ver esclarecida antes de decidir o meu sentido de voto.” -----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP)** – “Este contrato-programa tem um conjunto de pressupostos. Da documentação remetida pela *ICOVI*, resulta que o objeto material do contrato deve incidir exclusivamente na habitação municipal, estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e redes de Centros de Saúde e Unidades de Cuidados de Saúde Primários e respetivas intervenções correntes, designadamente pequenos arranjos, pinturas interiores, correção de avarias nas redes interiores de água e eletricidade, limpeza, bem como na preparação de fogos devolutos com vista à redução do respetivo período de vacatura, a sua mais célebre disponibilização. -----

Estamos, no fundo, perante uma conta corrente do Município para efetuar este tipo de intervenções. -----

Para 2026 apurou-se um cenário financeiro de 209.492,92 €. Para a análise desta Assembleia Municipal e conhecimento dos cidadãos, seria importante saber, com base nos pressupostos do Orçamento que não foram partilhados, a quantas intervenções e tipologias padrão isto corresponde e que impacto percentual as intervenções terão sobre o total do parque afetado. ----

Em última análise, estes valores podem ser ridículos face às necessidades ou então estamos a prever uma futura alteração, como o insinuado no artigo 11.º de um reforço. Isto significa que a Câmara deixou de confiar também nos seus serviços, como também já aqui se referiu, e nos seus trabalhadores para este tipo de obras? -----

Diz o contrato proposto, no ponto 2 do artigo 12.º, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, “a celebração do presente contrato-programa depende do parecer prévio do Fiscal Único da *ICOVI*, documento que se junta.” Infelizmente não recebemos o documento. Não sabemos se os restantes colegas o receberam. -----

Por outro lado, verificamos que o atual Executivo camarário em funções pretende continuar, no presente mandato, com o mesmo Conselho de Administração herdado da Câmara anterior, pois ainda não fez qualquer substituição apesar de ter tomado posse em outubro passado e, como indicado no Portal da Justiça na última apresentação referente à designação dos órgãos sociais, este tem a duração do quadriénio correspondente ao mandato dos autarcas dos órgãos locais. ---

Aproveitamos ainda para recordar, e isto também esclarece aqui algumas dúvidas que foram já levantadas, que a *ICOVI* tem registado como CAI principal o 36001 – Captação e tratamento de água e tem ainda registado o 2400 – Serviços de apoio à silvicultura e exploração florestal. Tem ainda registado o 41000 – Construção de edifícios residenciais e não residenciais completos, mas não tem CAI de *bricolage* que é o 43390 (Pequenas reparações). -----

Ora, é precisamente o 41000 – Construção de edifícios residenciais e não residenciais – que o anexo 1 do presente contrato proíbe determinantemente dizendo que são permitidas apenas as obras, excluindo do âmbito material do contrato as obras novas e ampliações. Ou seja, pretendem que aprovemos aqui um contrato que não explicitou uma justificação clara para o Orçamento e que, além disso, visa uma atividade económica que a *ICOVI* não ter registada, apesar de o poder fazer facilmente no Portal das Finanças, como sabemos. -----

Ora, já que irão alterar este CAI, sugerimos ainda umas sugestões. É que além destes, a *ICOVI* tem ainda registado um outro terceiro CAI que é o 560301 – Cafés o que, em nossa opinião, é um bocadinho limitado pelo que sugerimos que, além do CAI da *bricolage* para viabilizar este contrato, seja ainda acrescentado o CAI 56303 – Pastelarias, Indústria de Panificação, Pastelaria e Confeitaria, Café, Snack-bar porque é muito mais geral e permite outro tipo de serviços.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** – “A celebração deste contrato-programa é a evidência da razão pela qual a lei permite também a criação de empresas municipais. No caso da Covilhã, existem mais de 40 pelouros no Município, todos eles com um sem número de atividades a desempenhar que implicam uma complexidade e variedade de tarefas que, na prática, dificulta uma progressiva especialização que potencie eficácia e eficiência dos serviços. -----

É sob o espetro de uma especialização nos pontos particulares aqui previstos, canalizamos a celebração do presente contrato-programa. -----

Identificada a necessidade de uma resposta mais célere e mais eficaz, o Município com este contrato pretende entregar estas tarefas à *ICOVI* que, recordemos, já teve no passado a responsabilidade de outras infraestruturas tituladas pelo próprio Município, não sendo por isso alheia às necessidades identificadas e aos problemas que se levantam. -----

Sendo este um contrato-programa celebrado pela primeira vez, como é evidente haverá a necessidade de o acompanhar, verificar se os objetivos são de facto atingidos e quais as melhorias necessárias a alcançar e outras que se poderão ainda vir a obter. A melhoria contínua é uma coisa em que acreditamos. -----

Ficamos assim expectantes quanto à prestação de contas finais, sobretudo para perceber qual o impacto que este contrato-programa teve nas intervenções previstas. -----

Os valores que nos são apresentados para a sua execução parecem-nos ser razoáveis, sendo de esperar que o valor global poderá não ser totalmente executado, dado que nos encontramos a meio do segundo trimestre. Isto, pelo menos, é aquilo que se entende como correntes e respondendo ao Senhor Deputado Prof. Páscoa, ..." -----

- A intervenção foi interrompida pelo Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** que questionou se o Líder da bancada do PS "já é da Câmara ou é a Câmara que responde?" -----

Referiu estar preocupado "com a condução dos trabalhos porque podemos estar aqui claramente com um claro, típico e crime de abuso de poder e de usurpação de funções porque o Senhor Presidente da Câmara é que tem competência para responder a estas coisas." -----

- O Senhor **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** retomou o uso da palavra dizendo que sabe que "o Senhor Deputado do CDS está habituado ao insulto fácil e aquilo que é as pessoas de quem está do lado de cá. Aquilo que o Senhor Deputado não entende é que, de facto, dedicarmos algum tempo a analisar os documentos, fazermos uma interpretação daquilo que está exposto é o nosso direito e é nossa responsabilidade enquanto deputados municipais. Seja ele deputado, seja ele membro do Executivo, seja dele quem seja. Mas a primeira responsabilidade que o Senhor Deputado tem e qualquer um de nós que aqui está nesta Assembleia, é o de analisar os documentos que são apresentados e ter uma interpretação política dos mesmos. -----

Aquilo que estou aqui a apresentar é a minha interpretação política e a interpretação política do grupo municipal. Se o Senhor Deputado não está satisfeito com esse esclarecimento ou que acha que isso é uma usurpação, enfim fica-lhe mesmo muito mal esse tipo de comentários. -----

Ao Senhor Prof. Páscoa, aquilo que nos parece é que essa viabilização de pequenas anomalias que existem nos edifícios e estamos a falar, se calhar e provavelmente, de mudança de umas luzes, umas lâmpadas, etc., que com este contrato-programa podem vir a ser mais ágeis e dar respostas a necessidades mais rápidas daquilo que são os serviços da Câmara e, por este motivo, a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente a este ponto." -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse, "no seguimento de algumas intervenções que fiz, quer no período da campanha eleitoral, quer já depois em período de exercício do mandato, em que partilhava a vontade e a ambição de dotar e capacitar a empresa e de outro tipo de responsabilidades e de outro tipo de capacidade de intervenção, considero uma empresa 100% pública, 100% municipal e considero que é um veículo extraordinário para a prossecução daquilo que são as políticas públicas e as políticas municipais. -----

Portanto, aquilo que hoje aqui trago para avaliação e aprovação é a celebração de um contrato-programa que procura a colaboração da *ICOVI* para intervencionar três áreas muito importantes daquilo que é a prioridade do Município da Covilhã, nomeadamente a habitação, as escolas e as extensões de saúde. -----

Começando do fim para o princípio, as extensões de saúde são, para nós, absolutamente crítico que os serviços de saúde de proximidade sejam adequados e prestados nas melhores condições, quer para os profissionais de saúde que se vão deslocar às nossas aldeias para prestar esses

cuidados de saúde, quer para os utentes que se deslocam a essas extensões de saúde. Portanto, é preciso que essas extensões de saúde tenham capacidade e condições para a sua função. -----

Depois, em termos das escolas e sem colidir com aquilo que são as competências e a articulação com as juntas de freguesia, há intervenções que são necessárias serem feitas da responsabilidade do Município e, portanto, queremos garantir que as escolas têm as melhores condições para os alunos. -----

A habitação, por maioria de razão, não só habitações que é preciso reparar e requalificar quando mudam de inquilino, mas mesmo aquelas têm inquilino, por alguma razão, é preciso intervencionar. -----

Aquilo que procuramos com isto é reforçar a capacidade de resposta e não é desvalorizar nada aquilo que é, por um lado, a capacidade operativa e qualidade de operação dos nossos serviços operacionais do Município. Pelo contrário, é reforçar aquilo que é a capacidade que a Câmara Municipal tem de dar resposta aos vários problemas que tem porque os serviços operativos do município têm, para além destas funções e deste trabalho, também outras coisas para fazerem. --

Já agora, dizer-vos também o seguinte, desiludindo porventura algumas mentes que aqui estão, não vão ser estes 209.492,92 € que vão resolver todos os problemas que temos nas habitações, nas escolas e nas extensões de saúde. Vamos continuar a ter necessidade de intervencionar e de canalizar verbas para resolver os problemas na habitação, nas escolas e nas extensões de saúde. -

Aquilo que proponho é que, com este contrato, vamos fazer um exercício de capacitar a empresa municipal *ICOVI* de dar resposta e é um contrato, já agora, de acordo com aquilo que me fazem e não tenho capacidade nem competência técnica para responder as questões do Senhor Deputado João Bernardo que é um artista desse ofício jurídico, mas confio naquilo que é a informação que os nossos serviços nos prestam e que todas as condições técnico-jurídicas estão asseguradas com este contrato. Confio naquilo que são os pareceres jurídicos do nosso departamento jurídico do melhor daquilo que tenho visto também junto de outras autarquias. Tenho, de facto, muito orgulho naquilo que é os serviços que temos e temos essa informação de que estão de acordo com a lei e aquilo que estamos aqui a fazer é reforçar e isso é que é preciso reter. -----

Saibam que a vossa Câmara Municipal vai canalizar mais de 209.000 € para procurar agilizar com mais rapidez intervenções nas habitações, nas escolas e nas extensões de saúde e, se isto correr bem como eu espero, vamos continuar no futuro a utilizar a empresa municipal *ICOVI* para este tipo de intervenções. Já agora, deixem-me dizer-vos que, no passado, teve algumas responsabilidades, nomeadamente naquilo que foi a gestão do Jardim das Artes, de outras infraestruturas municipais como o Complexo Desportivo. -----

Dizer-vos que a nossa ambição e o nosso objetivo é melhorar a resposta. Já agora Senhor Presidente de Junta, agradeço a disponibilidade da Junta de Freguesia, mas como vê a intenção era ser transversal a todo o território e, portanto, não me parece que fosse depois adequado à Junta de Freguesia da Boidobra ir requalificar as casas na Junta de Freguesia do Teixoso ou as partes comuns ou que seja. -----

Vamos reforçar a capacidade de resposta da Câmara Municipal com este contrato-programa que espero e peço às Senhoras e aos Senhores Deputados que aprovelem nesta Assembleia.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta da Celebração de Contrato-Programa entre o Município da Covilhã e a ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, E.M. para a prestação de serviços de interesse geral no domínio da manutenção do parque habitacional municipal, parque escolar municipal (excetuando as competências descentralizadas) e centros de saúde durante o ano de 2026**, foi a mesma **autorizada por maioria com 33 votos a favor (PS, PSD e DMI), 06 votos contra (MIPP, CHEGA e Presidente da Junta de Freguesia de Cortes do Meio) e 06 abstenções (CDS-PP, PCP, Dra. Magna Carla Sousa Lourenço (IND) e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Boidobra e Unhais da Serra).** -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Jaime Afonso Rodrigues (Coutada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso). -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “A nossa abstenção vai no sentido de que, não tendo sido esclarecidas, enfim, a confiança ou o voto de fé que nos é pedido nos serviços, continuamos com as nossas reservas relativamente à legalidade que aqui levantámos. -----

Sem querer obstaculizar e a nossa abstenção vai nesse sentido, é que, de facto, é preciso fazer alguma coisa nestas áreas urgentemente e que tenha capacidade de resposta. Para nós é indiferente se o Município contratualiza, se subcontratualiza, se utiliza a *ICOVI* como sociedade veículo, se não utiliza outros meios que tenha ao dispor. Isso é uma opção sua que terá que prestar contas dela aos munícipes daqui algum tempo e é nesse sentido que a abstenção se justifica.” ----

- **Prof. Doutor José Carlos Páscoa Marques (MIPP):** “O voto contra do MIPP centra-se no facto de preferirmos, obviamente, que a Câmara não desista dos seus trabalhadores e dos seus serviços, em vez de colocar isto em empresas que, embora sendo de capital integral municipal, estão um bocadinho fora do controlo dos serviços. -----

Além disso, temos obviamente por séria a Administração da *ICOVI* e temos por séria a Câmara Municipal e, portanto, vamos assumir que estes valores, digamos, das prestações foram balizados de acordo com o que é os critérios do mercado.” -----

- **Prof. Amadeu Luís Pinto Fragas Alberto (CHEGA):** “O Grupo Municipal do CHEGA vota contra a proposta de autorização para a celebração do contrato-programa entre o Município da Covilhã e a *ICOVI - Infraestruturas e concessões, E.M.* nas estruturas de habitação social, educação e saúde.

Esta decisão assenta, desde logo, na ausência de uma relação objetiva, mensurável e devidamente fundamentada entre as necessidades concretas identificadas e o montante financeiro inscrito no contrato. -----

Não é apresentado um quadro técnico que permita perceber como se chegou ao valor proposto, quais os critérios utilizados, que indicadores suportam essa quantificação e que metas operacionais se pretendem atingir. -----

Estamos perante um instrumento financeiro relevante que envolve recursos públicos significativos, mas cuja fundamentação carece de transparência técnica e rigor orçamental suficientes para permitir uma deliberação plenamente esclarecida. -----

Sem esta correspondência clara entre a necessidade, planeamento e valor, não estão reunidas as condições mínimas de confiança, controlo e responsabilidade que devem presidir à gestão de dinheiros públicos.” -----

- **Mafalda Lourenço Nunes (PSD):** “A bancada do PSD votou favoravelmente o contrato-programa entre o Município da Covilhã e a *ICOVI* no âmbito da habitação social, educação e saúde porque importa destacar que o presente contrato-programa visa a prestação de serviços de interesse geral, designadamente na manutenção do parque habitacional municipal, dos estabelecimentos de ensino e dos centros de saúde, áreas fundamentais para o bem-estar da população e para o bom funcionamento dos serviços públicos locais. -----

Este tipo de instrumento, quando acompanhado de uma gestão rigorosa, pode permitir reduzir os tempos de resposta, bem como melhorar a eficácia e a eficiência dos serviços prestados, traduzindo-se na capacidade de fazer mais e melhor com menos custos. -----

Nestes termos, consideramos estarem reunidas as condições para a aprovação do presente contrato-programa.” -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezanove horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

Sessão Ordinária — 27 de abril de 2026

VOTO DE PESAR

A Deputada Municipal Independente **Magna Lourenço**, no âmbito do período de Antes da Ordem do Dia — Ponto 2.3 (Declarações de âmbito político e de interesse municipal) —, apresenta o seguinte:

A Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de **João Paulo Cardona Fazenda de Almeida**.

João Paulo Cardona Fazenda de Almeida foi uma figura de referência no tecido empresarial do concelho da Covilhã, tendo dado um contributo notável ao setor da restauração e da hotelaria, com investimentos relevantes que valorizaram o município e dinamizaram a sua economia local.

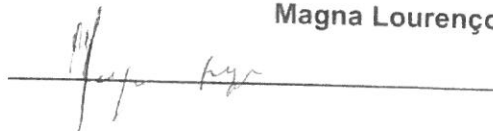
O seu empenho, visão empresarial e dedicação ao concelho deixam uma marca positiva e duradoura na vida económica e social da Covilhã.

A Assembleia Municipal endereça à família enlutada as mais sentidas condolências.

Covilhã, 21 de abril de 2026

A Deputada Municipal Independente

Magna Lourenço





fl 11

Voto de Pesar

João Paulo Fazenda

Voto de Pesar pelo falecimento de João Paulo Fazenda, aos 55 anos de idade.

João Paulo Fazenda foi um empresário Covilhanense que deixou uma marca profunda e duradoura na comunidade e no tecido económico e social.

Reconhecido pela sua generosidade, convicções fortes e espírito empreendedor, destacou-se, entre outras iniciativas, pela dinamização do Centro Histórico da cidade, nomeadamente através da criação do emblemático restaurante “Paço 100 Pressa”, um espaço de referência pela qualidade, hospitalidade e promoção cultural.

Mecenas das artes e profundamente ligado à comunidade, deixou uma marca indelével de profissionalismo, valorização da região, compromisso e proximidade.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, aprova este voto de pesar pelo seu falecimento. A sua partida prematura é profundamente sentida por todos os que o conheceram, mas o seu legado humano e profissional permanecerá nas suas memórias como um exemplo e inspiração.



Covilhã, 27 de Abril de 2026

Voto de Pesar – Luís Manuel Ferreira Martins Sardinha

A Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luís Manuel Ferreira Martins Sardinha, natural da Covilhã, ocorrido no passado dia 21 de março de 2026, aos 60 anos de idade.

Luís Manuel Ferreira Martins Sardinha foi uma pessoa profundamente ligada à vida associativa e à comunicação social no nosso concelho. Entre os treze elementos fundadores da RCC – Rádio Clube da Covilhã, C.R.L., constituída em 1986, encontrava-se o seu nome, refletindo o seu importante contributo para este projeto marcante da nossa cidade.

A RCC nasceu da continuidade do trabalho desenvolvido no NERC – Núcleo Experimental de Rádio da Covilhã, criado a 26 de março de 1983, sendo este percurso demonstrativo do empenho, dedicação e espírito de iniciativa que sempre caracterizaram Luís Sardinha.

O seu contributo para a rádio local e para a dinamização da comunidade covilhanense deixa uma marca de reconhecido valor, que importa recordar e homenagear.

Neste momento de dor e saudade, a Assembleia Municipal da Covilhã endereça à sua família e amigos as mais sentidas condolências, associando-se ao luto pela sua partida.

Que a sua memória permaneça viva entre todos aqueles que com ele privaram e que o seu legado perdure como exemplo de dedicação à sua terra e à sua comunidade.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã abaixo-assinados:

Nuno Pais

Leonor Cipriano

António Saraiva

Ana Simões

Mafalda Nunes



Grupo Municipal do Partido Socialista

4/1

Voto de Pesar

Luís Sardinha

Voto de pesar pelo falecimento de Luís Manuel Ferreira Martins Sardinha, aos 60 anos.

Natural e residente na Covilhã, Luís Sardinha exercia a sua atividade profissional no setor bancário, mantendo ao longo da vida uma ligação próxima à vida cívica.

Luís Sardinha participou ativamente na criação do Núcleo Experimental de Rádio da Covilhã (NERC), grupo constituído por jovens covilhanenses amantes de rádio, numa altura em que esta ainda se encontrava nos seus primórdios.

Posteriormente, em 1983, Luís Sardinha foi um dos fundadores da RCC - Rádio Clube da Covilhã, ficando, por isso, para sempre ligado à história da comunicação social local e regional, nomeadamente na vertente radiofónica.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, aprova este voto de pesar pelo falecimento de Luis Sardinha, reconhecendo o seu relevante contributo para o desenvolvimento da rádio na Covilhã e, dessa forma, para a dinâmica cultural e social do concelho.



Covilhã, 27 de Abril de 2026

Voto de Pesar – António João Pereira do Lago de Oliveira Saraiva

A Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Sr. António João Pereira do Lago de Oliveira Saraiva, natural da Covilhã, ocorrido no passado dia 9 de Abril de 2026, aos 58 anos de idade, que exerceu funções como Deputado Municipal na década de 1990

Ao longo do seu percurso cívico e político, António João Pereira do Lago de Oliveira Saraiva distinguiu-se pelo seu compromisso com a causa pública, pelo sentido de responsabilidade e pela dedicação ao desenvolvimento do concelho. A sua participação ativa na vida autárquica contribuiu de forma relevante para o fortalecimento da democracia local e para a defesa dos interesses da população.

Neste momento de luto, a Assembleia Municipal da Covilhã presta homenagem à sua memória, reconhecendo o legado de serviço público que deixa e enaltecendo as qualidades humanas que marcaram todos aqueles que com ele conviveram.

À sua família e amigos as mais sentidas condolências, associando-se ao luto pela sua partida.

Que a sua memória permaneça viva entre todos aqueles que com ele privaram e que o seu legado perdure como exemplo de dedicação à sua terra e à sua comunidade.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal da Covilhã abaixo-assinados:

Nuno Pais

Leonor Cipriano

António Saraiva

Ana Simões

Mafalda Nunes



Voto de Pesar

Manuel Ribeiro

Faleceu no passado dia 26 de março, aos 96 anos, Manuel Ribeiro, proprietário da loja “Sonho Dourado” e histórica figura do Associativo e Desporto concelhio.

Manuel Ribeiro, comerciante covilhanense, foi associado e dirigente de várias coletividades covilhanenses, sendo o sócio nº1 do Gimnásio Clube da Covilhã e o sócio nº 5 do Sporting Clube da Covilhã, onde deixou uma marca profunda e inolvidável, tendo igualmente pertencido aos órgãos sociais da Associação de Futebol de Castelo Branco durante vários anos.

Já tendo sido considerado como “pai da formação serrana”, Manuel Ribeiro foi uma figura ímpar no desenvolvimento do Sporting Clube da Covilhã. A sua dedicação, pautada por um profundo espírito de entrega e abnegação, foram publicamente reconhecidos, culminando na distinção de “Pastor de Honra”, que lhe foi atribuída na gala dos 102 anos do clube.

Em 2019, no âmbito das comemorações 149.º Aniversário de Elevação da Covilhã a Cidade, foi agraciado com a Medalha de Mérito Municipal atribuída pelo Município da Covilhã, em reconhecimento dos serviços prestados à comunidade.

Por tudo isto, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, aprova este voto de pesar pelo falecimento de Manuel Ribeiro, reconhecendo toda a sua dedicação à comunidade covilhanense, nomeadamente na vertente da formação desportiva.



Grupo Municipal do Partido Socialista

[Handwritten signature]

Voto de Pesar

Fernando Lopes da Silva

Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Lopes da Silva, aos 78 anos de idade.

Fernando Lopes da Silva dedicou grande parte da sua profissional ao comércio local, tendo fundado e gerido, durante décadas, a Tabacaria situada no Centro Comercial da Estação, um espaço que se tornou um ponto de referência e passagem para muitos covilhanenses.

O seu trabalho e presença diária contribuíram significativamente para a dinamização do comércio tradicional e para a preservação de um local de encontro, partilha e convívio intergeracional.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, aprova este voto de pesar pelo seu falecimento. Amplamente reconhecido pela sua atenção e generosidade, permanecerá na memória dos covilhanenses como um homem simples, trabalhador e profundamente ligado à cidade.

Voto de Pesar**Carlos Salema**

Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Carlos Eduardo Rego da Costa Salema.

Nascido em 1942, em Ponta Delgada, o Professor Carlos Salema destacou-se como um prestigiado académico e cientista pelo seu relevante contributo para o desenvolvimento da ciência e das telecomunicações em Portugal.

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico e doutorado pela Universidade de Londres, foi professor catedrático no Instituto Superior Técnico entre 1979 e 2003. Ao longo da sua carreira, publicou mais de 30 artigos científicos e cinco livros, tendo sido também membro da Academia das Ciências de Lisboa e integrado a secção portuguesa do Capítulo de Educação do Institute of Electrical and Electronics Engineers.

Desempenhou importantes funções de liderança científica, nomeadamente como presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), entre 1989 e 1992, e do Instituto de Telecomunicações, além de outros relevantes cargos na área.

Ao longo da sua vida, foi distinguido com diversos prémios e homenagens, entre eles o Prémio do Institute of Electrical and Electronics Engineers, 1973; o Prémio Marconi do Institution of Electrical Engineer em 1974; o Prémio de Carreira da União Internacional de Rádio-Ciência, em 2009; o título de Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa, em 2010; a Medalha de Mérito Científico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 2021, e o grau de Doutor Honoris Causa pelo Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, em 2025.

Na Universidade da Beira Interior, assumiu o importante papel de ser o primeiro Presidente do Conselho Geral, reforçando o ecossistema científico da Instituição, nomeadamente com a criação do Instituto de Telecomunicações - Covilhã. Pelo contributo ímpar que prestou à Universidade, em 2014 foi-lhe outorgado o grau de Doutor Honoris Causa.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, apresenta este voto de pesar pelo seu falecimento. O seu legado de trabalho, rigor profissional e dedicação perdurará como uma referência inspiradora para todos.



Voto de Louvor**Comandante António Fonseca**

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, deliberou a aprovação deste Voto de Louvor ao Comandante António Fonseca, que cessou funções no passado dia 6 de abril, após desempenhar o cargo de Comandante Operacional Sub-Regional das Beiras e Serra da Estrela.

Nascido em Almeida, em 1958, o percurso de António Fonseca foi pautado pela dedicação ao serviço público e à segurança das populações.

Licenciado em Biologia pela Universidade de Lisboa, complementou a sua formação com estudos nos setores da Educação e da Administração Social, tendo também realizado diversas especializações na área da proteção e socorro, quer em Portugal quer no estrangeiro.

Iniciou a sua carreira profissional no ensino secundário, mas foi no âmbito dos bombeiros e da proteção civil que consolidou o seu percurso. Ao longo da sua carreira, desempenhou funções de elevada responsabilidade, entre as quais Comandante do Corpo de Bombeiros de Almeida. Mais tarde, passou ao patamar superior da Proteção Civil, enquanto inspetor e coordenador distrital de Proteção Civil e Comandante Operacional Distrital da Guarda durante mais de uma década. Já em 2023, assumiu a liderança da sub-região das Beiras e Serra da Estrela, coordenando a resposta operacional numa das áreas mais exigentes do país.

Ao longo da sua trajetória, António Fonseca afirmou-se como uma referência na proteção e socorro, sendo a sua atuação amplamente reconhecida pelas corporações de bombeiros pela sua competência técnica, capacidade de coordenação e elevado sentido de serviço público.

Ao Comandante António Fonseca, a Assembleia Municipal da Covilhã expressa o seu agradecimento e endereça as maiores felicidades nesta nova etapa da sua vida.



B 17

Voto de Louvor**Associação Desportiva da Estação - 50 anos**

Fundada em 1976, a Associação Desportiva da Estação afirmou-se, desde logo, como uma referência incontornável no panorama desportivo, particularmente no futebol, assumindo um papel preponderante na formação desportiva de várias gerações de jovens da Covilhã e da região.

Além da sua vertente desportiva, no decorrer destas cinco décadas a Associação tem desempenhado também uma relevante função educativa e social, contribuindo decisivamente para a construção de cidadãos mais ativos e responsáveis, ao promover valores como o espírito de equipa, a disciplina, a inclusão e o sentido de responsabilidade.

As comemorações do cinquentenário não só enaltecem a sua trajetória e os resultados já alcançados como reforçam a afirmação da sua ambição e visão de futuro, com destaque para a aposta contínua na formação desportiva, consolidando a ADE como uma verdadeira escola de desporto e cidadania.

Pelo seu percurso tão meritório e pelo contributo ímpar no desenvolvimento desportivo e social da Covilhã, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, aprova este voto de louvor à Associação Desportiva da Estação, enaltecendo todo o seu trabalho ao longo dos últimos 50 anos e desejando os maiores sucessos para o futuro.



Voto de Louvor

Carolina Pombo

Num mês particularmente simbólico, em que se comemora a data maior da nossa democracia, a participação cívica e a cidadania ativa assumem um significado ainda mais relevante.

A sua participação e, nomeadamente, esta meritória passagem à fase nacional do Parlamento Europeu dos Jovens não só constitui uma honra para a nossa comunidade como reforça o legado de “Abril”, projetando os seus contributos para as novas gerações.

A jovem Carolina Pombo é, inegavelmente, um exemplo inspirador do envolvimento da juventude na vida pública e reflete também o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na promoção da cidadania ativa dos jovens no nosso território.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de abril de 2026, deliberou a aprovação deste voto de louvor à jovem Carolina Pombo, enquanto reconhecimento pela sua seleção para a fase nacional do Parlamento Europeu dos Jovens, endereçando votos de maiores felicidades e sucessos.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2026

(Doc. 12)

11

Saudação

Aos 52 anos do 25 de Abril e 50 anos da Constituição da República Portuguesa

Saudamos e celebramos a Revolução de Abril. Comemoramos esse acontecimento maior da nossa história contemporânea e um dos mais altos momentos da nossa secular vida colectiva, neste ano que faz também 50 anos que foi aprovada e promulgada a Constituição da República Portuguesa – uma das mais progressistas e avançadas do mundo -, emanação do processo revolucionário que aqui celebramos e da luta do nosso povo.

Constituição que nestes cinquenta anos da sua vigência provou ser um importante suporte da nossa vida democrática e que hoje continua a ser um instrumento de salvaguarda na defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo.

Saudamos e Comemoramos a Revolução de Abril reafirmando a actualidade da sua Constituição, a exigência do seu cumprimento e a vital importância da sua defesa face às ameaças de novas iniciativas mutiladoras dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais dos inimigos do projecto libertador de Abril - as forças políticas conservadoras e reaccionárias que servem os grupos económicos e financeiros - que viram e continuam a ver a Constituição como um obstáculo à reconstituição do seu poder hegemónico e à satisfação dos seus interesses.

Comemoramos a Revolução convictos de que é no respeito pela Constituição, com os olhos postos na concretização dos seus princípios, valores e normas que se abre e retoma o necessário e inadiável caminho da construção de um Portugal mais fraterno e solidário, mais livre, democrático e desenvolvido.

Ao comemorarmos a Revolução do 25 de Abril, não esquecemos e engrandecemos

o valoroso acto dos capitães de Abril, o esforço heróico da Resistência antifascista, a abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas. Evocamos e exaltamos o amplo e vigoroso levantamento popular que irrompeu nessa manhã de Abril, que transformou o levantamento militar libertador em Revolução.

Essa libertadora e emancipadora Revolução, assumida pela larga maioria do povo que, com a sua acção, conduziram a profundas transformações económicas, sociais, políticas, culturais e civilizacionais que se traduziram em grandes conquistas dos trabalhadores e do povo, em todas as áreas da nossa vida colectiva.

Revolução que instaurou as liberdades e a democracia, promoveu a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo. Revolução que pôs fim ao domínio dos monopólios com a nacionalização dos sectores chaves da economia nacional e a democratização do uso da terra com a realização da Reforma Agrária na zona latifúndio. Conquistas que a contra-revolução destruiu ou amputou em prejuízo do povo e do País. Revolução que construiu o poder local democrático e autonomia regional. Revolução que pôs fim às guerras coloniais e ao isolamento internacional do País, com o estabelecimento de relações diplomáticas com todo o mundo.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária no dia 27 de Abril, saúda todos aqueles que organizam e promovem e participam nas comemorações dos 52 anos do 25 de Abril e dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa mantendo a esperança de um futuro melhor, numa sociedade livre e democrática, e de uma vida digna tendo por base os valores de Abril e as liberdades e garantias consagradas na Constituição da República Portuguesa.

Assembleia Municipal da Covilhã, 23 de Fevereiro de 2026

O Grupo Municipal do PCP

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

Sessão Ordinária de 27 de abril de 2026

RECOMENDAÇÃO**Plano de Saúde Municipal e Apoio ao Transporte para Cuidados de Saúde**

A Deputada Municipal Independente Magna Lourenço, nos termos regimentais, apresenta a seguinte Recomendação à Câmara Municipal da Covilhã:

Considerando que:

- Muitos munícipes da Covilhã são obrigados a deslocações frequentes para aceder a cuidados de saúde, nomeadamente consultas de especialidade, exames complementares de diagnóstico e sessões de fisioterapia, em instituições fora do concelho e por vezes no próprio Hospital da Covilhã, percorrendo dezenas de quilómetros sem qualquer apoio nos custos das deslocações;
- Os doentes oncológicos enfrentam uma situação particularmente gravosa, sendo obrigados a deslocações constantes para Coimbra, Lisboa ou Porto, a distâncias que podem atingir os 300 km, para consultas, exames e tratamentos em instituições do SNS ou sem fins lucrativos. Durante a fase de investigação diagnóstica, em que ainda não têm diagnóstico confirmado, não beneficiam do transporte gratuito assegurado pelo SNS e suportam integralmente todos os custos numa fase de grande incerteza e desgaste físico e emocional;
- Os transportes públicos disponíveis a partir da Covilhã representam custos significativos em deslocações frequentes e são muitas vezes incompatíveis com os horários das consultas e tratamentos, obrigando os munícipes a recorrer a transporte privado com custos ainda mais elevados;
- O acesso aos apoios sociais de transporte exige que o agregado familiar se encontre em situação de insuficiência económica, cujo limiar em 2026 é de 805,70 euros mensais, valor inferior ao salário mínimo nacional fixado em 920 euros. Isto significa que um munícipe que aufera o salário mínimo já não tem direito a qualquer apoio no transporte para cuidados de saúde, mesmo que as deslocações recorrentes representem um encargo incomportável para o seu orçamento familiar;
- Existe assim um vasto conjunto de munícipes que, não se encontrando em situação de insuficiência económica e por isso excluídos dos apoios existentes, não dispõem de rendimentos suficientes para absorver os custos recorrentes de deslocações para cuidados de saúde, ficando numa situação de desproteção que o atual sistema não resolve;
- Vários municípios portugueses, como Óbidos e Figueira de Castelo Rodrigo, já implementaram Planos de Saúde Municipais financiados pela autarquia, através de concurso público adjudicado a seguradora, garantindo acesso a consultas, exames e transporte a todos os munícipes como complemento ao SNS, com

custos na ordem dos 250 mil euros anuais e resultados expressivos em número de consultas e exames realizados.

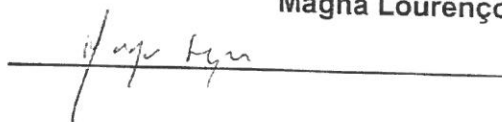
A Assembleia Municipal da Covilhã recomenda à Câmara Municipal da Covilhã que:

1. Implemente um Plano de Saúde Municipal acessível a todos os munícipes recenseados no concelho, mediante o pagamento de uma quota simbólica anual, que inclua:
 - a) Acesso a consultas médicas de clínica geral e de especialidade, exames de diagnóstico e sessões de fisioterapia, com comparticipação municipal que reduza significativamente o custo para o munícipe, funcionando como complemento ao SNS;
 - b) Apoio ao transporte para cuidados de saúde fora do concelho, cobrindo deslocações para consultas, exames e tratamentos num raio até 300 km, nos casos em que os transportes públicos disponíveis sejam incompatíveis com os horários ou representem um encargo desproporcionado face ao rendimento do munícipe;
2. Garanta, no âmbito do referido Plano de Saúde Municipal, uma cobertura reforçada e gratuita para os doentes com suspeita ou diagnóstico de doença oncológica, disponível desde a primeira consulta de investigação diagnóstica, incluindo transporte gratuito para instituições do SNS ou sem fins lucrativos num raio até 300 km, independentemente da disponibilidade de transportes públicos compatíveis com os horários dos tratamentos.

Covilhã, 21 de abril de 2026

A Deputada Municipal Independente

Magna Lourenço





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2026

pf

Moção

1 - Na Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro de 2025 foi aprovada por este órgão uma moção de protesto que salientava a decisão injusta e discriminatória do Executivo no tratamento diferenciado da população do concelho da Covilhã.

O Executivo Municipal decidiu reduzir os aumentos iniciais para valores residuais.

Salientava-se na moção que *“ a intervenção da CMC teve por âmbito a concessão da Transdev " Covilhã Mobilidade" (Teixoso, Covilhã, Boidobra, Tortosendo), da qual a CMC é Entidade Gestora.” E que “ na área onde a CIM BSE é entidade gestora (por delegação da CMC), que abrange as freguesias do Norte (Vale Formoso/Aldeia de Souto e Verdelhos, Ferro e Peraboa) e Sul do Concelho (Unhais da Serra, Paul, Aldeia de S.Francisco de Assis, Sobral de S. Miguel, S.Jorge da Beira e Corda do Rio - Dominguiso - Barco), não existiu qualquer intervenção municipal na redução dos 20% de aumento da bilhética e passes mensais.*

A situação anterior, que já era de gritante injustiça, agravou-se em mais de 20% no custo da bilhética e passe.

O facto de a CIM das BSE ser entidade gestora, por delegação da CMC, não isenta de responsabilidades a entidade delegante da gestão do serviço de transporte”

A Assembleia Municipal aprovou o seguinte texto:

“A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 26 de fevereiro 2025, aprova o presente protesto e exige coerência, justiça, equidade, igualdade de tratamento e imparcialidade nas políticas municipais, onde, entre outros, devem estar presentes os princípios constitucionais da igualdade e da imparcialidade, também referidos no Código do Procedimento Administrativo.

Recomenda, ainda, que EM TODO O Concelho, no mínimo, se aplique um único passe intermodal, de 30 €, à semelhança do que se pratica nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, tendente para a gratuitidade já verificada na Região do Oeste, sem prejuízo dos regimes mais favoráveis já existentes para os jovens estudantes, detentores do cartão social municipal e dos antigos combatentes.

2 - Em 29 de Dezembro de 2025, com a atual composição, a Assembleia Municipal não aprovou, de forma incompreensível e incoerente, uma moção que procurava reforçar a moção aprovada em Fevereiro de 2025, da qual se transcreve aqui, o texto final das medidas propostas:

- a) Gratuitidade dos transportes para os portadores do cartão social.*
- b) Redução em 50% no valor dos passes sociais dos transportes urbanos.*
- c) Implementação de um passe social não superior a 30 euros nos transportes em geral das freguesias rurais para a Covilhã e vice-versa.*
- d) Recomendar à Câmara Municipal que pondere a revogação da delegação de competências em matéria de transportes à CIM das Beiras e Serra da Estrela e assumida ela essa autoridade.*

3 – Ora a situação de incoerência, injustiça, iniquidade, desigualdade de tratamento e parcialidade mantém-se na política municipal de transporte, onde, entre outros, deveriam estar presentes os princípios da justiça e equidade e princípios constitucionais da igualdade e da imparcialidade, também referidos no Código do Procedimento Administrativo.

4 – Em Março de 2026 a Comunidade Intermunicipal da Beira e Serra da Estrela (CIM-BSE) assinou contrato de concessão à empresa Transportes das Beiras e Serra da Estrela que fica com a gestão integral da rede de transportes públicos rodoviários, o que inclui a organização das linhas, horários e tarifários, num total de 9 milhões e seiscentos e oitenta mil euros. Uma rede e uma frota de 120 viaturas. A concessão mereceu contestação da empresa BusVouga.

5 – Na concessão, o concelho da Covilhã também está envolvido, nomeadamente os serviços de transporte públicos rodoviários das freguesias do Norte (Vale Formoso/Aldeia de Souto e

Verdelhos, Ferro e Peraboa) e Sul do Concelho (Unhais da Serra, Paul, Aldeia de S. Francisco de Assis, Sobral de S. Miguel, S. Jorge da Beira e Corda do Rio - Dominguiso - Barco), mas nada se conhece quanto às linhas, horários e tarifário previsto.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 27 de Abril, decide instar o Executivo Municipal;

- 1 – A informar do que se encontra previsto no contrato da CIM-BSE no que às freguesias acima referidas diz respeito;
- 2 – Que os valores praticados em passes e bilhética seja uniformizado no Concelho, abrangendo nas mesmas condições toda a população, ou seja;
 - e) Gratuitidade dos transportes para os portadores do cartão social municipal /maiores de 65 para todos os residentes no Concelho;*
 - f) Passes dos transportes urbanos e suburbanos de 30 € e igual valor nos transportes em geral das freguesias rurais para a Covilhã e vice-versa.*

3 – Que se assegure o funcionamento multimodal no transporte público, ou seja, a circulação nos transportes com os mesmos passes, independentemente da concessionária.

4 – Que se promova o programa MOBIFLEX (transporte a pedido) já em funcionamento nos Concelhos de Manteigas, Gouveia e Sabugal.

Covilhã, 27 de Abril de 2026

Os proponentes

O Grupo Municipal do PCP



Pela Reposição Urgente e Eficaz dos Serviços e Circulação Ferroviária na Linha da Beira Baixa

Desde o passado dia 11 de fevereiro, na sequência de estragos significativos provocados por condições meteorológicas adversas ao longo do rio Tejo, a circulação ferroviária na Linha da Beira Baixa encontra-se severamente condicionada, estando atualmente limitada a comboios regionais no troço entre Castelo Branco e a Guarda. A dimensão dos danos obrigou à suspensão de uma parte substancial dos serviços, prevendo-se que a reposição integral da circulação na linha só seja possível a partir do final de 2026.

Esta situação tem vindo a causar graves prejuízos às populações que dependem diariamente desta infraestrutura estruturante de mobilidade. São muitas as pessoas que utilizam a Linha da Beira Baixa para se deslocarem para o trabalho, para estabelecimentos de ensino ou para acederem a serviços essenciais, encontrando-se agora privadas de um meio de transporte fundamental.

Acresce a esta realidade o facto de muitos utentes continuarem a pagar o passe ferroviário sem poderem usufruir plenamente do serviço para o qual contribuem, o que agrava ainda mais as assimetrias territoriais do país. Verifica-se uma redução drástica da oferta, o que representa um retrocesso inaceitável na resposta às necessidades das populações do concelho da Covilhã, e da região da Beira Interior em geral.

Embora tenha sido, entretanto, implementado um serviço de transbordo rodoviário para os serviços Intercidades, esta resposta revelou-se tardia e, até à data, insuficiente. Para além de não assegurar uma cobertura adequada, verifica-se que muitos dos serviços regionais entre a Covilhã e a Guarda, que eram anteriormente realizados por composições Intercidades, não foram devidamente substituídos.

É ainda de lamentar o facto de a estação de Belmonte não ter sido incluída nesta solução de transbordo, o que limita de forma significativa a mobilidade de muitos utilizadores que dependem da ferrovia.

Posto isto, a mobilidade ferroviária de serviço regional para sul do concelho da Covilhã está minimamente assegurada. Mas é inaceitável a redução de oferta na direção norte, deixando quem depende deste eixo ferroviário nas suas deslocações regulares entre as estações da Covilhã, Caria, Belmonte-Manteigas, Maçainhas, Benespera, Sabugal-Barracão e Guarda, sem uma alternativa realista e adequada.

Apela-se a que não se permita que o Interior seja progressivamente abandonado. A mobilidade é um fator determinante para a fixação de pessoas, para a dinamização económica e para a igualdade de oportunidades. No futuro, a Linha da Beira Baixa deve ser encarada como uma prioridade em termos de manutenção e investimento, de forma a evitar que situações de encerramento tão prolongado voltem a repetir-se.



FE2

*Grupo Municipal do Partido
Socialista Covilhã*

pf

A Assembleia Municipal da Covilhã pede à CP - Comboios de Portugal, à IP - Infraestruturas de Portugal e, em especial, ao Governo, que tutela o setor ferroviário, respostas rápidas, soluções eficazes e um compromisso claro com a defesa do Interior e da coesão territorial, exigindo desde já a inclusão de Belmonte na solução temporária de transbordo rodoviário, reposição de todos os serviços regionais entre a Covilhã e a Guarda e um acompanhamento rigoroso das obras de reparação, para que estas decorram da forma mais célere possível.

Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã